

SUMARIO

Bertha K. Becker

A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil 3

Hamilton C. Tolosa

Diferenciais de Produtividade Industrial e Estrutura Urbana 37

Jane Souto de Oliveira

Regina de Paula Santos Prado

Tereza Cristina Nascimento Araujo Costa

Lúcia Helena Garcia de Oliveira

O Biscateiro como uma Categoria de Trabalho: Uma Análise Antropológica 57

J. H. Galloway

Nordeste do Brasil 1700-1750 — Reexame de uma Crise 85

NOTICIÁRIO

Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas 103

Estudos e Pesquisas Atuais da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento ... 104

Mapeamento Topográfico de Santa Catarina 106

Sociedade de Sensores Remotos 106

Fundamentos de Geomorfologia — lançamento 106

Curso para Professores de Geografia n.º 19 107

Geografia da Guanabara — 2.ª edição 107

A Amazônia na estrutura espacial do Brasil

BERTHA K. BECKER *

Instituto de Geociências, UFRJ
Conselho Nacional de Pesquisas

1. Introdução

Embora até recentemente o estudo do desenvolvimento econômico ignorasse os seus aspectos espaciais, aceita-se, hoje, a existência de uma dimensão espacial do desenvolvimento, tão importante quanto a sua dimensão temporal.

Com efeito, o desenvolvimento nacional, num certo sentido, é um composto de atividades conduzidas em quadros naturais específicos e a eficiência com que uma economia opera é, em grande parte, uma questão de localização das atividades e do padrão resultante de suas relações, ou seja, da estrutura espacial. Esta, por sua vez, tem uma relação lógica com um nível de desenvolvimento econômico. A cada mudança nos níveis de desenvolvimento corresponde mudança na estrutura espacial.

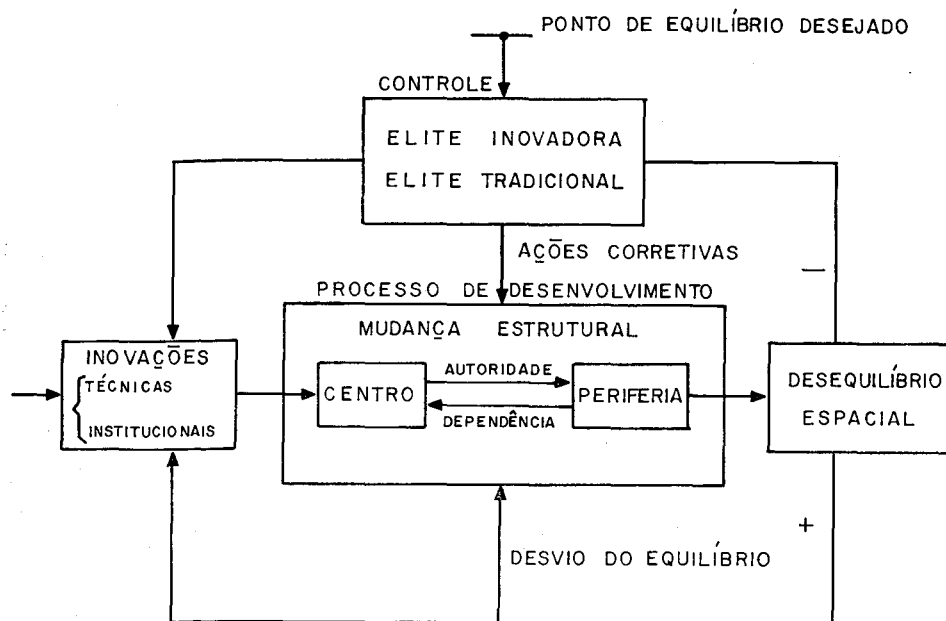
Se a estrutura espacial influi no processo de desenvolvimento, ela constitui um elemento da capacidade econômica e política dos Estados, existindo, assim, objetivos nacionais para o padrão de localização dos investimentos no espaço. Esses objetivos também variam, obviamente,

* A autora deseja manifestar seu agradecimento a Lia de Domênico Osório pela crítica construtiva que ofereceu a este trabalho.

de acordo com o nível de desenvolvimento. Em sociedades não industrializadas, a política de desenvolvimento visa implantar a industrialização; nas sociedades já industrializadas, em que o espaço está plenamente integrado, o problema fundamental que se coloca é o metropolitano, orientando-se a política de desenvolvimento para a qualidade da vida nas grandes cidades; finalmente, nas sociedades em industrialização, onde a concentração industrial provoca estrutura espacial fortemente desequilibrada, o foco da ação governamental dirige-se para o desenvolvimento regional.

Sociedade em industrialização, o Brasil possui estrutura espacial fortemente desequilibrada, mas em virtude da extensão do seu território apresenta uma especificidade. Se a grande extensão, em termos de recursos e população, contribui certamente para o acelerado ritmo de industrialização e urbanização verificado nas últimas décadas, certamente contribui, também, para a acentuação do desequilíbrio espacial (BERRY, GOTTMANN, KUZNETS). Com efeito, dentre 24 países, o Brasil acusa o maior índice de desequilíbrio regional (WILLIAMSON, 1965). Este fato se reflete em sua estrutura espacial; a formação de regiões metropolitanas e o crescimento de centros urbanos são simultâneos e interdependentes, com a elaboração de grandes desigualdades regionais de desenvolvimento. Assim, os objetivos nacionais quanto à estrutura espacial têm que considerar tanto os problemas metropolitanos como os do desenvolvimento regional.

ESQUEMA – SISTEMA ESPACIAL SEGUNDO FRIEDMANN



DivEd/D-J.A.C.

Neste trabalho abordar-se-á o tema da estrutura espacial do Brasil do ponto de vista do problema dos desequilíbrios regionais, no caso, a Amazônia. Trata-se de um caso em que se verifica a predominância absoluta dos processos políticos sobre a organização do espaço, quer no que se refere às motivações quer no que se refere à ação. Trata-se de assunto merecedor de uma abordagem de Geografia Política que, infelizmente, é extremamente fraca em suas bases conceituais e teóricas. Considerando que qualquer ação política inevitavelmente se vincula a problemas de desenvolvimento, adotou-se como base de estudo a teoria do desenvolvimento polarizado (FRIEDMANN, 1968) que, embora voltada para os problemas do desenvolvimento, parece a mais abrangente e a mais fiel à realidade, elaborada que foi com grande conhecimento dos processos que presidem a elaboração dos sistemas espaciais em países latino-americanos.

Representa assim, esta comunicação, uma continuidade nos estudos sobre estrutura espacial (BECKER, 1969, 1972, 1973), enriquecidos, contudo, por um contato com a realidade amazônica. Ainda que limitado tanto no que se refere ao tempo quanto à área percorrida (Acre, Rondônia, Cuiabá e Manaus), esse contato causou grande impacto, abalando as bases teóricas nas quais se vem trabalhando.

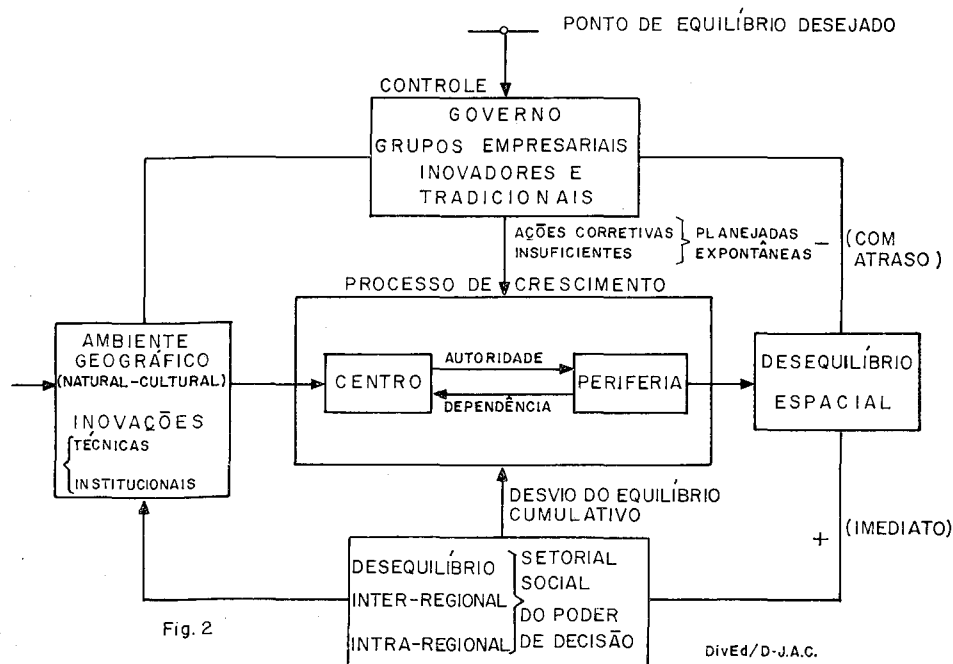
A teoria citada explica e apresenta soluções para o equilíbrio de sistemas espaciais e sua evolução. Fundamentando-se na premissa de que desenvolvimento é inovação, capaz de provocar mudança estrutural, estabelece que: a) a inovação emerge ou é adotada nas grandes cidades graças à possibilidade de ampla troca de informações; b) a posse das inovações dá a essas cidades poder sobre o meio exterior, que delas passa a depender, elaborando-se então o sistema espacial através de relações de autoridade — dependência entre o “centro” ou “core region” — representado pelas regiões inovadoras — e a periferia, ou seja, o restante do sistema espacial definido por suas relações de dependência com o “centro”; c) esta estrutura polarizada, em que o “centro” cresce às custas da periferia, tende a se modificar à medida que o centro, difundindo inovação para todo o sistema espacial, provoca o aparecimento de novos centros, reduzindo gradativamente a periferia.

A teoria identifica, portanto, o processo de desenvolvimento espacial com a difusão da informação ou dos valores da sociedade moderna, e sugere um padrão cíclico de *feedbacks* positivos e negativos que mantêm o equilíbrio do sistema em níveis cada vez mais altos de desenvolvimento. Assim, o aparecimento das inovações no centro, criando desequilíbrios espaciais, implica na existência de um *feedback* positivo, no sentido de tirar o sistema de seus padrões costumeiros, o que gera um *feedback* negativo, que move o sistema de volta ao equilíbrio, representado por ações corretivas de difusão de inovações na periferia; esta ação, a seu turno, cria novos desvios do equilíbrio (*feedback* positivo), o que dá origem a crescentes pressões para a integração espacial (*feedback* negativo) (FRIEDMANN, 1972). Implícito nessa formulação está, portanto, o sentido de evolução do sistema (figura 1).

Duas insatisfações se colocam quanto à teoria. A primeira diz respeito ao próprio “centro”. Se suas origens são bem explicadas e ênfase é dada ao conflito entre as elites novas e tradicionais, passa ele, depois, a ser considerado como um organismo, sem que se distingam os seus componentes político e econômico. É claro que há uma identidade de interesses entre esses componentes, porém, circunstancialmente, pode haver uma defasagem entre suas motivações como parece ser o caso atualmente no Brasil.

A segunda insatisfação refere-se à minimização do papel da periferia dentro do processo. Desencadeado pelo centro, e com uma visão a partir do centro, o processo se efetua sem considerar a realidade e as necessidades da periferia do ponto de vista de suas populações, acarretando grandes inconvenientes. Por um lado, perde-se imensa força para o desenvolvimento, representada pelas potencialidades e capacidade criadora da periferia. Por outro lado, há uma falha na informação para a decisão, e as políticas nem sempre atuam no interesse da periferia, gerando tensões; acresce que, mesmo quando se trata de recuperá-la, essa recuperação é vista em termos de seleção de áreas com maior receptividade à adoção de inovações; ora, nem toda a inovação é sinônimo de desenvolvimento para a periferia, muitas vezes significando a anulação das potencialidades locais, o que constitui novo elemento de tensão. Estudos de Geografia Política mostram que o ambiente só influi na tomada de decisão através da maneira pela qual é percebido e considerado pelo ator, mas que nos resultados operacionais da decisão o que pesa é o ambiente real (SPROUT, 1960).

ESQUEMA – SISTEMA ESPACIAL-HIPÓTESE ALTERNATIVA PARA O BRASIL



Uma hipótese alternativa seria, pois, que tanto o processo real quanto o teórico minimizam, no padrão acima apontado, a força da periferia e o conseqüente lastro de tensões sociais que se acumulam, de tal sorte que o *feedback* positivo pode se fortalecer a ponto de suplantar a ação corretiva e interromper o processo de modernização e a volta ao equilíbrio do sistema (figura 2).*

* Trata-se de hipótese ainda não plenamente elaborada, dado à própria complexidade do tema e a dificuldade que a Geografia vem sentindo ao tentar relacionar processos e padrões espaciais.

Considerando as limitações, tanto do instrumental teórico quanto do conhecimento da realidade da área, uma tentativa preliminar será feita de analisar a Amazônia no sistema espacial do Brasil, segundo as idéias acima expostas, considerando as forças em atuação no processo, sua concretização na estrutura espacial e as possíveis repercussões dessa estrutura sobre o sistema.

2. A elaboração do sistema espacial nacional e a posição da Amazônia

Em diferentes etapas do crescimento econômico do país modificou-se sua estrutura espacial, mas as forças econômicas e políticas, que atuaram nesses quatro séculos, não conseguiram alterar substancialmente a face da Amazônia, nem quebrar o seu isolamento físico e mental, do restante do País.

Se fatores históricos e econômicos explicam tal isolamento e tal preservação, os fatores espaciais — dimensão e posição — não são menos importantes.

Porção mais setentrional, mais larga e interiorizada do território brasileiro, participando amplamente da masa continental sul-americana — o Heartland — é a área mais distante da costa, fato desfavorável num país que se forjou orientado para o mar. Tais dimensões e posição situam-na igualmente a maiores distâncias dos focos de comando da expansão econômica: a metrópole e suas pontas de lança representadas por Salvador e Rio de Janeiro, no passado, e hoje por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A posição equatorial, resultando em fantástica massa florestal, aliada à impossibilidade de navegação no alto curso encachoeirado dos tributários da margem direita, por sua vez, não favoreceram às ligações terrestres. Tem a Amazônia, portanto, uma posição extrínseca em relação ao bloco uno constituído pelo Planalto Brasileiro, aproximando-se dos domínios do Caribe e dos Andes. Em contrapartida, a fabulosa massa de água do Amazonas, com sua disposição transversal, permite a penetração do mundo marítimo até o âmago do heartland sul-americano, assegurando a sua vinculação com o Atlântico.

Por sua posição, sempre esteve mais exposta às influências externas e permaneceu até hoje à margem do sistema espacial nacional. Pelas características de seu quadro natural, teve dificultada sua plena ocupação, a intensidade do povoamento se fazendo sentir em função da valorização momentânea de seus recursos e da força dos centros que comandavam o sistema espacial.

2.1 - A ação de "centros" externos

Numa primeira fase do processo de crescimento nacional, que se estendeu até o início do século XX, o Brasil, como toda a América Latina, constituía grande fronteira de recursos, fornecedora de matérias-primas valorizadas para o "centro" europeu.

Nessa fase, em que a estrutura espacial se caracterizava pela presença de grandes regiões de produção voltadas para a metrópole, a Amazônia não fugiu à regra; percebida como manancial de recursos, constituiu-se como grande "ilha" econômica, fornecedora de especiarias

ao exterior. Sua ocupação, contudo, diferiu das outras regiões de produção baseadas na agropecuária ou na mineração, que tiveram povoamento espacialmente contíguo. A força da Metrópole não era suficientemente poderosa, econômica e tecnologicamente, frente às condições de espaço e posição da região. Limitou-se, assim, à utilização dos fatores naturais mais abundantes e ostensivos da região — a floresta, barreira à ocupação, mas base da economia extrativista; os rios, eixos de penetração e circulação, mas também de dispersão.

Resultou, portanto, a ocupação da Amazônia em penetração muito extensa em área, mas com povoamento reduzido a linhas e pontos. Pontos, representados pelos povoados implantados nas confluências estratégicas de transbordo da navegação fluvial, e linhas, representadas pela ocupação esparsa ao longo dos rios, que convergiam para um grande ponto: Belém, elo na cadeia de exportação para a metrópole, porta de entrada e saída do heartland.

A valorização da borracha em fins do século XIX, como decorrência da revolução industrial, traz à região forças mais poderosas, representadas pelos centros dinâmicos de então — Inglaterra e USA. Resultou daí uma intensificação da economia extrativista, capaz de, com a mão-de-obra nordestina, ultrapassar as corredeiras dos afluentes da margem direita e conquistar o Acre. A maior intensidade de exploração deixou marcas mais profundas do que as decorrentes dos quatro séculos anteriores; implantou-se uma economia colonialista mais violenta, grandes desníveis econômicos e sociais se elaboraram na parca população, que permaneceu na área, as terras foram apossadas em grande escala, embora não povoadas, e um processo de crescimento urbano se desencadeou, em Belém e Manaus, centros que incharam com o refluxo da população, após a decadência da borracha.

2.2 - A emergência de "centro" nacional e elaboração de desequilíbrios espaciais

Uma segunda fase no processo de crescimento econômico brasileiro é representada pelo processo de industrialização. Provocando drásticas mudanças na estrutura espacial, esse processo cria no País um "centro", que passa a dirigir a elaboração do sistema espacial nacional. Depauperada pela crise, totalmente dependente do exterior, a Amazônia não conseguiu se articular ao País, sob o comando do centro emergente.

Inovador e cumulativo, o processo de substituição de importações, dominante da primeira guerra mundial aos primeiros anos de 1960, concentra-se no Rio de Janeiro e São Paulo, cujo rápido crescimento impõe no País uma estrutura polarizada tipo centro-periferia, esfacelando gradativamente o antigo "arquipélago" econômico.

As relações entre o centro e periferia se fazem segundo as necessidades do centro, e a vantagem comparativa das periferias no que tange a sua capacidade de suprir o centro e de absorver seus produtos manufaturados. Regiões mais próximas, bem dotadas em recursos e com mercados razoáveis, suprem satisfatoriamente as necessidades do centro em sua fase inicial de crescimento. A primeira região a se articular é o Sul, e após a segunda guerra mundial inicia-se a do Nordeste.

Quanto à Amazônia, ressentida da distância e de vantagens comparativas, constituindo verdadeiro ônus para a administração pública, a depressão econômica da borracha, o desastre da ocupação agrícola na Bragantina, fornecendo uma imagem pessimista do "inferno verde"

e dos solos tropicais que rapidamente se deterioram. O fraco reativamento econômico aí verificado, a partir de 1930, não modifica o quadro nem a imagem regional. A inovação é vinda do exterior, representada pelos japoneses que produzem juta e pimenta-do-reino, principalmente para a exportação. Fracos laços regionais se elaboram através da produção comercial para Manaus e Belém, e as ligações que se estabelecem com o "centro", através da exportação de borracha, juta e malva, e importação de manufaturados e alimentos por via marítima (que chegam ao local com preços exorbitantes), embora débeis, são suficientes para acentuar a economia colonialista implantada com o ciclo da borracha. A diferença é que, agora, o centro fornecedor de manufaturas desloca-se do exterior para o SE do País.

Permaneceu, assim, a região à margem da elaboração do sistema espacial nacional como uma periferia não integrada, ainda vista como uma "ilha" voltada para o exterior, verdadeira colônia ultramarina.

No que tange à Amazônia, do que se pode depreender da atuação dos "centros" até essa fase, paradoxalmente, frente às forças que atuaram motivadas por interesses imediatistas, os fatores ambientais, se por um lado constituíram um freio a essa atuação, por outro conseguiram preservar a região de uma ação predatória maior. Quanto mais fracas as forças em ação mais preservada a região; quanto mais poderosas mais desastrosas as consequências. Tais ensinamentos se afiguram extremamente importantes no momento em que o centro dinâmico do País, extremamente fortalecido, econômica e tecnologicamente, decide lançar-se à conquista definitiva da Amazônia.

Quanto ao sistema espacial, um balanço da fase de substituição das importações revela a elaboração de uma estrutura espacial do tipo centro-periferia em que, sob o comando do centro dinâmico, articula-se o território nacional, ao mesmo tempo em que grandes disparidades regionais se elaboram: o Sul com periferia dinâmica, o Nordeste como periferia deprimida e a Amazônia como periferia não integrada, as duas últimas constituindo regiões-problemas.

As disparidades regionais implicando num *feedback* positivo geram um *feedback* negativo, representado pela emersão de uma política nacional de desenvolvimento regional, para atender às necessidades políticas e econômicas. Por um lado, tensões socioeconômicas e políticas no Nordeste surgem, passando a ser objeto da preocupação política. Por outro lado, o dinamismo crescente do centro exige vazão para suas manufaturas, mediante a tentativa de ampliar o mercado interno. Surge, então, a necessidade de integração nacional induzindo à gradativa elaboração de uma política nacional de desenvolvimento regional.

2.3 - Ações corretivas. O fortalecimento do desequilíbrio interno e a nova percepção da Amazônia

Como uma contingência dos modos com que se desenvolveu a industrialização, prenuncia-se nova etapa do crescimento econômico no País, por volta de 1960. Essa etapa de integração nacional, caracteriza-se, inicialmente, por duas ações corretivas induzidas pela elaboração espacial: a criação da SUDENE (1959), que reflete simultaneamente a preocupação com a periferia e com os interesses do "centro"; a construção de Brasília, que simboliza a nova percepção do espaço nacional, decorrente das motivações geradas pela nova conjuntura econômica, social e política. Data dessa época o lançamento das primeiras rodovias

para articulação da grande “ilha” amazônica ao sistema espacial: a Belém—Brasília e a São Paulo—Cuiabá—Acre que, num movimento de pinças, estabelecem grande arco em torno da *Hiléia*.

A ação corretiva do desequilíbrio representada pela SUDENE e por Brasília gerou, contudo, fortes tensões no sistema. Paralelamente, a crescente industrialização de São Paulo é freada, não mais apenas pela fraqueza do mercado interno como pelas dificuldades em importar e pela inflação. Desacelera-se o processo de industrialização, indicando o esgotamento do modelo de substituição de importações.

Tal situação conflita com os interesses de uma nova elite empresarial urbana, que se fortalecera com o crescimento industrial do “centro” e que, provavelmente, apoiou a mudança política verificada no país. Com esta mudança, orienta-se a política econômica para a racionalização da produção industrial, mediante a contenção de créditos e salários, gerando a concentração de empresas que exigem escalas mínimas de produção. Essa concentração refletiu-se no espaço por uma concentração na *core region*, implicando *feedback* positivo para o sistema. O desvio do equilíbrio espacial foi ainda acentuado com os resultados da política adotada pela SUDENE. Efetuada a partir do “centro”, sem atentar para a realidade da periferia, essa política deu ênfase à implantação de rodovias e de modernas fábricas. Embora criando um “centro” industrial na periferia, representado por Salvador e Recife, e absorvendo população, principalmente no setor terciário, essa política criou um forte desequilíbrio intra-regional e não solucionou o problema do desemprego e da falta de uma infra-estrutura agrícola, numa região onde cerca de 60% da população depende desse setor. Por outro lado, embora houvesse o deslocamento físico das unidades de produção para a região, o poder de decisão permaneceu no “centro”, contribuindo para reforçar a estrutura econômica polarizada (BECKER, novembro de 1972).

Como resultado da poderosa concentração industrial e da ação governamental, modifica-se a estrutura espacial. A mudança se faz sentir em imenso arco à volta do “centro” e no intenso crescimento urbano e a elaboração do sistema espacial interessando à metade do território nacional. Nas áreas mais próximas ao “centro” moderniza-se a agricultura, multiplicam-se as indústrias, amplia-se o setor terciário, e novos centros surgem, espontaneamente, na periferia, representados por Belo Horizonte e Porto Alegre. Como resultado da ação governamental, novo “centro” surge também no NE — representado por Salvador e Recife — esboçando-se, ainda, um outro centro correspondendo a Goiânia e Brasília. Em decorrência da formação de regiões metropolitanas na fachada costeira, a grande periferia nacional começa a ser reduzida a periferias intermetropolitanas, como é o caso do Nordeste de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo.

Enquanto tamanhas transformações se processam, metade do território, a Amazônia, permanece à margem do sistema espacial. A implantação de rodovias que a contornam, desencadeando movimento pioneiro ativo, constituído por grandes pecuaristas do “centro”, e pelo excedente demográfico das regiões deprimidas, representam um primeiro passo na vinculação terrestre da região com o “centro”, captando a fímbria da *Hiléia* para a órbita do “centro”.

A modificação da estrutura espacial, indicando uma segunda fase no modelo centro-periferia, não eliminou, contudo, o grande desequilíbrio estrutural, uma vez que o poder de decisão se concentra cada vez mais no “centro”, e o substrato de tensões sociais persiste.

A acentuação do desequilíbrio teria, pois, que gerar nova ação no sentido de volta ao equilíbrio e continuidade de crescimento, uma vez

que as tensões não foram solucionadas. Ao que tudo indica, contudo, a partir daí, esboça-se uma momentânea defasagem entre as prioridades políticas e os interesses imediatos da elite empresarial. Dado a dificuldade em ampliar o mercado interno, a iniciativa privada interessa-se, sobretudo, pela exportação de manufaturados, inicialmente para a ALALC e, posteriormente, para áreas extracontinentais. Embora também interessado na exportação, o governo, diante dos desequilíbrios internos e de interesse quanto à política externa, opta por uma política de integração nacional e continental.

Nesse contexto, modifica-se a percepção da Amazônia, que assume posição-chave frente às prioridades políticas de ordem interna e externa.

No plano interno, a integração regional é vista como capaz de promover o equilíbrio geopolítico interno, oferecendo uma solução conjunta para os problemas da tensão demográfica da periferia deprimida e da continuidade do crescimento do "centro". O desvio das correntes migratórias do Nordeste para a Amazônia não só aliviaria a periferia deprimida como o próprio "centro", já saturado com o êxodo rural. Simultaneamente, abrir-se-iam para o "centro" perspectivas quanto a novos investimentos, mobilização de novos recursos e absorção de suas manufaturas.

As implicações geopolíticas de ordem externa não são menos importantes. O grande vazio demográfico e a posição setentrional, extrínseca ao sistema espacial nacional, tornam a região extremamente vulnerável a interesses estranhos.

A possibilidade de organização de focos revolucionários é uma primeira preocupação. O problema de segurança nacional se coloca, também, em relação ao dinamismo interno dos países vizinhos, com os quais o Brasil tem contato através de 11.000 km de fronteira. As fronteiras, faixas de transição e contato com países vizinhos, são forças centrífugas dentro de um Estado que tem a contínua preocupação de integrá-las. Fronteiras mortas até o momento, pois que despovoadas de ambos os lados passam, as fronteiras amazônicas, a adquirir significado maior no momento em que também os países vizinhos elaboram seus sistemas espaciais. Ainda que com menor intensidade, países mais avançados no processo de industrialização, como Venezuela, Colômbia e Peru, têm também seus centros dinâmicos, suas periferias deprimidas e seus excedentes demográficos, que se dirigem para suas respectivas Amazônia em movimentos espontâneos ou dirigidos. Por sua menor dimensão, esses países têm uma vantagem em relação ao Brasil, pois que seus "centros" vitais estão mais próximos das respectivas fronteiras. Na Venezuela constrói-se o imenso complexo industrial de Guyana e estendem-se rodovias em direção às fronteiras, com forte influência sobre Boa Vista, que é, em grande parte, suprida por essa estrada. No Peru, a presença de Iquitos, centro regional importante, com mais de 150.000 habitantes, as refinarias aí instaladas, os projetos agropecuários em andamento na Amazônia peruana e a proximidade de Pucallpa, constituem motivo de preocupação quanto à possível influência sobre a população brasileira da fronteira. Surge daí a necessidade de assegurar a vivificação e a integração das regiões fronteiriças.

Essa preocupação está intimamente associada a uma terceira, a necessidade de assegurar a presença do Brasil na valorização da Amazônia sul-americana. Por um lado, a crescente tendência a aumentar as exportações do país, reforçada pela conjuntura mundial recente, que amplia as perspectivas de valorização das matérias-primas, torna importante garantir a exploração imediata ou futura dos recursos da região com a participação brasileira. Por sua posição de contato com

os domínios andinos, poderia ela ser capturada para a órbita do Pacífico e do Caribe, escapando ao controle do País. Os projetos do Instituto Hudson, a construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva, rasgando o interior amazônico, são possíveis manifestações desses interesses.

Por outro lado, em decorrência de seu poderio industrial crescente, projeta-se o País em âmbito extranacional, tentando estreitar suas relações com os países vizinhos. O crescimento das exportações de manufaturados para a ALALC, a exportação de automóveis para a Venezuela, os acordos para a exploração de gás e implantação siderúrgica na Bolívia, a construção de Itaipu, os financiamentos ao Equador e ao Chile, os estudos para exploração do carvão colombiano, parecem ser manifestações da nova conjuntura.

Entende o País que, embora constituída por nove unidades políticas, em virtude da homogeneidade de seu quadro natural e socioeconômico, a Amazônia requer esforços conjuntos para sua valorização. Por sua posição no âmbito do grande vale, porque contém 63,4% da Amazônia total, e por seu dinamismo econômico, caberia à Amazônia brasileira ter, além do comando do rio, a iniciativa da ação desenvolvimentista global amazônica num Programa de Desenvolvimento Integrado Pan-Amazônico.

Diante das prioridades estabelecidas, assumem extraordinária importância justamente os fatores que no passado dificultaram a sua ocupação: o espaço despovoado e a posição. Em contraposição à visão pessimista vigente em fase anterior, a Amazônia passa a ser percebida como região de imensas possibilidades, verdadeira "fronteira de recursos"; além do que alarga-se o espaço percebido não só em termos da vastidão de sua área como em termos de Amazônia sul-americana.

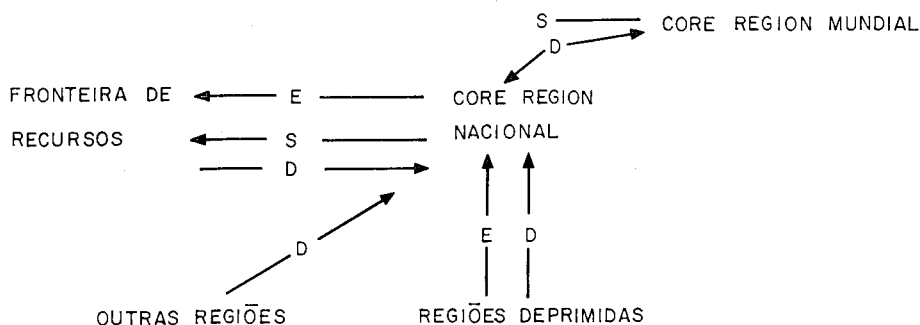
3. A integração da fronteira de recursos: forças atuantes

Fronteiras de recursos são definidas como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. Fronteiras contíguas localizam-se à frente de zonas de povoamento antigo, e correspondem às frentes pioneiras. Fronteiras não contíguas estão separadas dos centros de povoamento por amplas áreas desabitadas. Passam a existir com a descoberta de recursos naturais importantes e o comprometimento do governo e firmas privadas em explorar as oportunidades comerciais que elas apresentam. A presença de recursos naturais em grande escala e economicamente atraentes é uma condição básica e força motivadora central para a iniciativa privada. A preocupação governamental é mais complexa do que a simples maximização dos lucros, visando à ocupação permanente da região, à criação de bases para desenvolvimento de áreas atrasadas e à aproximação da fronteira da órbita da economia. A característica fundamental da fronteira de recursos é a distância em relação aos centros de população, indicando que no passado não eram consideradas excelentes para ocupação e cultivo, situadas que estão em regiões distantes e inóspitas ao homem. A sua ocupação é, portanto, um empreendimento de alto custo. Somente recursos de alto valor ou motivações políticas justificam o empreendimento (FRIEDMANN, 1966).

Por seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a região é capaz de atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvi-

mento, tais como capital, tecnologia, população — tanto de centros nacionais como de centros mundiais — tornando-se verdadeiro campo de atração de forças externas.

Tentativas de operacionalizar as relações no sistema espacial se expressam pelo esquema abaixo (STOHR, 1972):

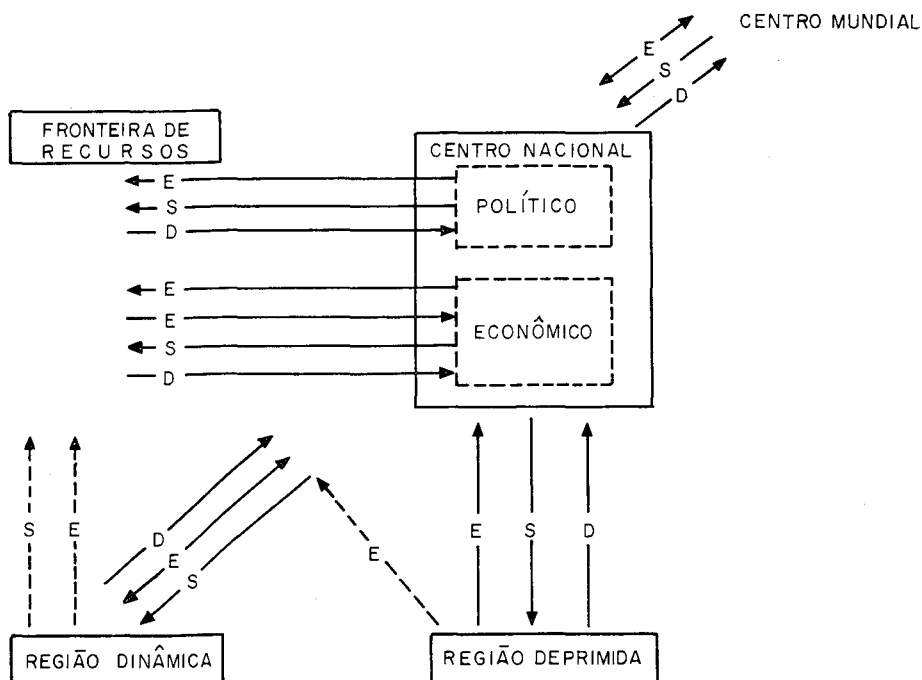


E = potencial econômico (capital, e/ou mão-de-obra, e/ou manufaturas no sentido da fronteira; recursos naturais no sentido inverso)

S = inovação societal (institucional)

D = retirada do poder de decisão

No caso da Amazônia, em decorrência da evolução do sistema espacial, entende-se que se trata, até o momento, de uma fronteira de tipo eminentemente governamental. Modificações devem, pois, ser introduzidas, sugerindo-se o seguinte esquema preliminar para a situação no País:



DivEd/D. J.A.G

(a linha tracejada indica fraca intensidade)

Frente às suas prioridades políticas, é o Governo que promove a atração das forças para a integração da região, cuja análise deve ser feita a partir da intensidade com que essas forças atuam.

3.1 A força política

Em coerência com seus objetivos, a força política é a mais poderosa na integração da região. Representada pelos diferentes órgãos do governo central, atua na implantação da infra-estrutura preparatória à moderna conquista da Amazônia, focalizando principalmente a integração física do território, a integração psicossocial e a captação direta de recursos.

a) *A integração física*

É representada pela implantação da rede rodoviária, elemento primordial para reduzir a distância física e permitir o acesso à região.

A Belém—Brasília e São Paulo—Cuiabá—Porto Velho, implantadas em torno de 1960, articulam a borda da região ao centro vital do País, refletindo as motivações econômicas da época. Divergindo das anteriores, que convergem para o centro dinâmico, a rodovia Transamazônica tem traçado transversal ligando a Amazônia ao Nordeste; articulando os pontos terminais da navegação fluvial com o esquema rodoviário do Nordeste, visa favorecer às relações entre as duas regiões. A par da canalização do fluxo demográfico do Nordeste, sugere também esse traçado, além da maior facilidade de trocas com países vizinhos, a idéia de um “corredor de exportação” de matérias-primas e manufaturados, não só para o Atlântico como para o Pacífico (de Cruzeiro do Sul alcançar-se-á Pucallpa, no Peru, que tem muito boas ligações rodoviárias com Lima).

A Perimetral Norte, cortando a faixa de fronteiras, expressa as motivações geográficas acima mencionadas, e as rodovias com traçado longitudinal — a Cuiabá—Santarém, e a Porto Velho—Manaus — asseguram as vinculações com o “centro” de Sudeste.

O impacto dos eixos de penetração sobre a região é violento. Não só porque abre a região a novas idéias, pessoas, mercadorias, informações, mas pela rapidez com que a penetração da inovação se faz, destoando fortemente do ritmo lento que prevalecia na região. As relações calcadas em via fluvial eram percebidas em termos de meses e dias; sabia-se o mês e o dia da chegada e da saída de uma mercadoria, que demorava 20 dias a 1 mês para chegar de Manaus a Rio Branco, subindo o Solimões, o Purus, o Acre até as corredeiras durante a cheia, pois que na vazante a circulação se interrompia. Mesmo áreas muito próximas, relacionadas por via fluvial, eram extremamente distantes em termos de tempo; de Porto Velho a Rio Branco era necessário descer o Madeira, subir o Amazonas, o Purus e o Acre. Hoje, quando a rodovia permite o deslocamento de São Paulo a Rio Branco em dias, as relações passam a ser percebidas em termos de horas.

Grande transformação se verificou, portanto, nos meios de circulação, com a decadência da navegação fluvial e da navegação aérea, que eram os elementos vitais para circulação na área. Concomitantemente, o transporte direto e constante abalou o comércio local, provocando a marginalização dos atacadistas que, armazenando as mercadorias, vendiam os gêneros por preços exorbitantes na estiagem. Assim, alguns

gêneros se beneficiaram com a vinda da rodovia, principalmente gêneros alimentícios (café, açúcar refinado, que começou a ser adotado na região) e bens de consumo imediato e duráveis, como cigarros, copos, móveis, automóveis etc. Em contrapartida, o material de construção, dado a alta procura e o custo maior de transporte rodoviário, chega à região a preços exorbitantes.

A presença da rodovia trouxe, também, radical transformação na vida de relações da região, capturando o Norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre da órbita de Belém para a de São Paulo; como bem dito por um habitante local, "a BR separou o Acre da Amazônia, ligou-o a São Paulo". Com efeito, a maior parte dos fluxos comerciais se fazem agora com São Paulo, que envia não só combustível, manufaturas, como alimentos (100% do abastecimento de batata, 40% do arroz consumidos em Rondônia). A presença do "centro" nordestino já se faz notar na região pela exportação de eletrodomésticos de Pernambuco, principalmente para Porto Velho que, por ser zona franca para certos produtos, compensa os custos do transporte. Intensificadas as exportações regionais tradicionais — borracha, castanha, madeira — diversificaram-se, destinando-se em parte a São Paulo e em parte para Manaus e para o exterior.

Persiste, portanto, o tipo de economia colonialista, agora muito mais intensa, a região absorvendo manufaturados e exportando matérias-primas.

Como corolário dessa situação, fortes desigualdades se introduzem na região. Áreas estagnadas contrastam com áreas dinâmicas, situadas ao longo dos eixos rodoviários, onde se adensa a população migrante; as cidades fluviais que viviam do comércio atacadista, como Guajará Mirim, decaem, enquanto crescem aquelas situadas junto à rodovia, principalmente as capitais dos Estados e Territórios. Segundo informações locais, Rio Branco está crescendo à taxa de 10,2% ao ano; Porto Velho incha em sua periferia, invadida por migrantes, e contém uma população flutuante de 100.000 pessoas; em Cuiabá projeta-se o deslocamento do centro administrativo para outra área, pois as ruas e os encanamentos da cidade não suportam o tráfego intenso de automóveis e caminhões. Tal crescimento não se processa sem grandes inconvenientes, uma vez que essas cidades não têm estrutura para arcar com a intensidade e rapidez dessa penetração. Em Rio Branco, para suportar a chegada do automóvel, a prefeitura foi obrigada a calçar a cidade com tijolos, pois não há pedras na região. Os problemas de saneamento, residencial, de serviços, se avolumam, sem que se possa solucioná-los, dado os orçamentos restritos das municipalidades, comprometidos, em grande parte, com o funcionalismo (40% em Rio Branco) e a falta de preparo administrativo.

Atordoadas com os problemas que surgem, as prefeituras são assessoradas pela SERFHAU, que promove a elaboração de planos para as sedes estaduais. Elaborados por firmas de São Paulo e do Rio de Janeiro, esses planos nem sempre atendem às necessidades da realidade local, preocupando-se mais em melhor preparar a cidade para a sua articulação com a rodovia. O plano de Rio Branco é essencialmente um plano viário, quando as condições de saúde e educação na cidade são extremamente insatisfatórias. O plano elaborado para Porto Velho foi refutado pela Câmara de Vereadores local.

A penetração dos padrões da sociedade moderna, por sua vez, traz uma grande transformação nas aspirações de consumo e profundos contrastes sociais, que se expressam concretamente em Rio Branco pela presença de lojas de geladeiras, automóveis e até televisores, ao lado das

palafitas, sem os mínimos requisitos de conforto sanitário e material. Contrastes sociais também se elaboram entre as áreas pioneiras, onde uma sociedade nova, dinâmica, sem lei, se estabelece ao lado de áreas tradicionais, com uma sociedade estagnada e estratificada. Em certas áreas, como em Rondônia, um terceiro elemento de diversidade aparece — a Sociedade Indígena.

A intensidade da força de integração física se faz, portanto, desordenadamente, e sua rapidez impede um tempo útil de preparação para suportar o seu impacto.

b) *A integração psicossocial*

Tendo em vista que o poder sobre a opinião é uma das formas de poder mais importantes na atualidade, a força política atua intensamente nesse setor, visando incorporar a Amazônia ao restante do País e, num sentido inverso, através de um fluxo de informação do Centro para a periferia, difundir os valores do Centro para uma população marginalizada no espaço e no tempo.

Esse aspecto assume especial importância na faixa de fronteira que, dado à inacessibilidade, permanece exposta a influências externas. Com efeito, nessa faixa, é mínimo o acesso à informação proveniente das regiões vitais do País, tanto no que se refere à circulação de jornais quanto a ligações telefônicas e ao rádio. As emissoras nacionais, principalmente a Tupi de São Paulo e Rio, alcançam a região durante o dia; mas à noite, justamente quando há maior audiência, sofrem a interferência de rádios estrangeiras — BBC, Voz da América, Albânia, Pequim, Cuba e Moscou.

No campo psicossocial, a força política age através da EMBRATEL, que implanta rede de tropodifusão, e permite ligações telefônicas em minutos; do MOBRAL, cuja atuação tem tido grande penetração, quer nos meios rurais quer nos urbanos, não só na alfabetização de adultos como na transmissão dos valores do centro. Há quem faça restrições ao MOBRAL, referindo-se ao descuido da educação infantil e ao tipo de informação incompleta e pouco operacional que transmite, o que representaria fator de frustração e tensão. O Projeto Rondon é um terceiro agente da integração psicossocial; cristalizando um movimento espontâneo da juventude universitária, procura, de um lado, conscientizá-la quanto à realidade do País através de estágios durante os quais, por outro lado, um fluxo de informação é levado à região, através de assistência à população, quer profissional quer para desenvolver o espírito comunitário e as lideranças locais.

Se o Projeto Rondon teve um grande efeito no sentido de aproximar a Amazônia da mente do restante do País, o mesmo não se pode dizer do seu efeito assistencial às populações locais, dado o caráter esporádico dessa atuação. A implantação dos campus universitários, áreas de atuação permanente da Universidade no interior, embora visando levar a educação de base às áreas selecionadas, parece ter também um sentido, muito mais ativo, de pesquisa e levantamento de informações básicas sobre a região, de modo a contribuir para melhor penetração da sociedade moderna. Nesse sentido, tem função semelhante ao grande agente de levantamento de informações que é o Projeto RADAM.

A observação das Universidades em ação indica as relações especiais em jogo; dos *campus* existentes e em construção, quatro são de Universidades de São Paulo, três do Rio Grande do Sul e duas de Minas Gerais, bem revelando a atuação do “centro” na região.

c) *A captação direta de recursos*

A par da preparação da infra-estrutura, a força política atua mobilizando recursos diretamente para a região.

Recursos financeiros da iniciativa privada são atraídos pelos incentivos fiscais, coordenados pela SUDAM, com o apoio do BASA.

Se a política de incentivos fiscais permite uma dispersão dos investimentos pela iniciativa privada, outros incentivos são orientados para uma concentração espacial, com o intuito de criar pólos de desenvolvimento. É o caso da criação da zona de livre comércio e incentivos especiais em Manaus, para nacionais e estrangeiros, cidade escolhida para pólo, em virtude de sua posição geográfica de posto avançado em relação à Amazônia ocidental e à fronteira Norte. Os incentivos especiais têm conseguido atrair, efetivamente, não só um comércio ativo como indústrias nacionais e estrangeiras, sobressaindo as de jóias, confecções, cristais e eletrônica. Exportadas para o próprio país e para o exterior, essas indústrias não conseguiram, contudo, transformar Manaus em pólo irradiador de desenvolvimento para a região em torno.

A análise das importações das mercadorias através da zona franca de Manaus permite observar as relações espaciais decorrentes dessa força política. Em 1971, de um total de quase Cr\$ 900.000,00, mais da metade desse valor correspondia a importações nacionais, e destas, o Sul contribuía com metade. Se às importações do Sul se acrescentar as importações da Região Leste, então as duas regiões suprem em 3/4 as importações nacionais da zona franca.

No que tange aos incentivos fiscais, têm sido eles utilizados por grandes empresas para exploração agropastoril ou mineral e, se representam um investimento na região, por outro lado, os lucros obtidos são para empresários do "centro", onde também reside o poder da decisão econômica.

A mobilização de recursos humanos é outra faceta dessa atuação, visando ao povoamento da fronteira, à absorção dos excedentes demográficos do Nordeste e à obtenção de força de trabalho.

Além de pequeno, o contingente demográfico da Amazônia encontra-se muito mal distribuído e, em virtude da economia extrativista, grande parte da população é isolada física e culturalmente, sem qualquer sentido comunitário, tornando-se incapaz de suportar o impacto da rápida penetração da sociedade moderna.

Organizou-se, então, um fluxo de recursos humanos para a região. A forma mais imediata de deslocamento de população é através do seu emprego na própria construção de estradas. Calcula-se em 8.000 os trabalhadores da Transamazônica, e quase 2.000 na Cuiabá—Santarém (1.500 civis e 400 militares).

Uma segunda forma de mobilização é representada pelos planos de colonização, a cargo do INCRA, como parte integrante do PIN, * previu-se "planos de colonização e reforma agrária" em faixas de 10 km às margens da Transamazônica e da Cuiabá—Santarém. Em se tratando de áreas despovoadas, certamente não se pode referir a uma reforma agrária, restando, portanto, os planos de colonização. A intensa propaganda feita não conseguiu atrair, em grande escala, a população nordestina. Dos que migraram para a região, muitos retornaram em curto período; as condições climáticas e edafológicas, além de muito diferentes de suas regiões de origem, são também adversas, estabelecendo grandes restrições a um grande número de espécies e tornando difícil a escolha

* Programa de Integração Nacional (1970).

de uma combinação agrícola. Além do que, a distância em relação aos mercados desfavorece a competitividade da produção, já prejudicada pela pouca assistência técnica. A incapacidade de infra-estrutura das cidades locais, que servem de apoio à construção de estradas, em absorver os migrantes, tem trazido repercussões profundamente negativas, não só para os colonos como para as próprias cidades, como bem mostra documento recente do Ministério do Interior.

No que tange a outros núcleos coloniais, não é muito diversa a situação. Com o objetivo de ocupação das terras, na área de São Paulo—Porto Velho—Acre, o INCRA procura apoiar as famílias que migram para a região, organizando núcleos coloniais, com lotes de 100 ha, dos quais 50% têm que ser mantidos em mata, de acordo com o *Código Florestal*. Os projetos de colonização se instalam em áreas do Governo, muitas vezes segundo uma motivação estratégica. A dificuldade de assistência técnica e financeira, a localização de núcleos em áreas de solos pobres, por motivo de segurança (Projeto Sidnei Girão, em Rondônia), e a grande dificuldade de comercialização, especialmente no que se refere ao armazenamento de produção, impedem o progresso desses núcleos, com algumas exceções, como a do Projeto Ouro Preto. Em Rondônia, por exemplo, a produção de arroz nesses núcleos cresceu muito, e seria suficiente para abastecer o Território; dado a falta de armazenamento não há possibilidade de estocagem, sendo a produção escoada totalmente na safra, pelos “marreteiros”, pessoal dos caminhões, que trazem produtos de São Paulo para Porto Velho e levam o arroz como lastro em sua viagem de volta. Na entressafra, o Território é obrigado a comprar arroz de fora.

Paralelamente aos projetos de colonização, o INCRA tem o encargo de discriminar as terras públicas, reincorporando ao patrimônio da União as terras não ocupadas, mediante o reconhecimento das posses legítimas e a análise dos títulos. Parte dessas terras é redistribuída aos pequenos colonos. Ora, dado a estrutura fechada da economia da Amazônia, o seringalista tomou posse de imensas extensões de terras entre dois rios, sem se preocupar com a regularização dos títulos, com exceção das áreas mais povoadas; assim, em todo o Território de Rondônia, existem somente 200 títulos de propriedade! Há, pois, um grande problema na superposição do sistema legal da sociedade moderna ao código da floresta; nessa superposição saem perdendo as forças locais, e principalmente os pequenos, os seringueiros, que recebem indenização irrisória por suas benfeitorias. O mesmo ocorre com os posseiros, que migraram espontaneamente para a área, derrubaram a mata e fizeram suas roças. sem títulos para suas terras, são inexoravelmente expulsos.

Paradoxalmente, portanto, se por um lado o INCRA tenta apoiar o pequeno agricultor, por outro lado, através da regularização das terras, os desfavorece e torna as terras disponíveis para os grandes empresários de fora da região. Essa atuação, somada aos insucessos da colonização, deixa na região uma força de trabalho disponível para os empreendimentos privados extra-regionais.

3.2 A força econômica

Bem mais fraca que a força política, a força econômica tem vários componentes: o investimento público, o investimento estrangeiro, o investimento privado nacional, os técnicos e a mão-de-obra:

a) O componente de maior intensidade da força econômica é o *investimento público* que, para atender aos elevadíssimos custos da

integração física, psicossocial e da captação de recursos, utiliza recursos em parte orçamentários, em parte retirados dos incentivos fiscais e em parte financiados pelo exterior. O investimento público também responde pela implantação da indústria de base.

b) Um segundo componente é o *investimento estrangeiro*, representado tanto pelos financiamentos de Bancos internacionais como por um empresariado privado que atua muitas vezes associado ao nacional, principalmente nos setores da exploração mineral e madeireira, com vistas à exportação.

No que tange à mineração, além da exploração do manganês no Amapá, ressalta a da bauxita no vale do Trombetas—Maecuru, onde atuam os grandes grupos internacionais do alumínio, e a do ferro da serra dos Carajás, que será explorada pela Cia. Vale do Rio Doce e a United Steel. Na exploração da cassiterita, em Rondônia, os investimentos estrangeiros não são tão preponderantes.

Descoberta em 1952, casualmente, a cassiterita somente em 1960 despertou a atenção dos seringalistas, que passaram a pesquisar suas terras. Em 1968 o Departamento Nacional da Produção Mineral instalou-se na área e hoje, sua Residência Especial de Rondônia, subordinada diretamente ao Rio de Janeiro, faz o levantamento dos recursos minerais e a fiscalização da lavra na Província Estanífera, que abrange todo o Território de Rondônia e grande parte do Mato Grosso, Acre e parte do Pará onde se intensifica a pesquisa. A cubagem da cassiterita indica 200.000 toneladas, e as reservas estimadas são de 1.500.000 t, com um teor de 60-70%, enquanto que na Bolívia é de 30-40%.

A exploração até então era feita por garimpagem, que aproveitava somente 40% das jazidas e entulhava os igarapés: à medida que grandes companhias se instalaram, trazendo todo o equipamento por avião, a lavra tornou-se semimecanizada, e os garimpeiros foram sendo eliminados, até que, em 1970, uma portaria do Ministério de Minas e Energia encerrou a atividade da garimpagem, proibindo-a. As companhias mineradoras derrubaram os “tapiris” (garimpos) ateando fogo, extinguindo-se a fase artesanal da exploração.

Hoje, 14 grupos de mineração, englobando 90 empresas, atuam na Província. As companhias em lavra absorvem 1.400 homens registrados, estimando-se em apenas 2.000 o número total de trabalhadores, sujeitos à total instabilidade. O que fica de benefício para o Território é o Imposto Único sobre Minerais que, no ano de 1972, representou 2.900.000 milhões para o Governo do Território, para uma produção de 3.750 t de cassiterita. Essa produção, exportada principalmente para Volta Redonda, por Manaus, é praticamente toda consumida no Brasil, pois ainda importamos do exterior.

Existem mais de 5.000 pedidos de pesquisa, tendo sido outorgados (até o final de 1972) 837 alvarás de pesquisa e concedidos 30 decretos de lavra, mas somente 7 minas estão em funcionamento.

Cada companhia pode ter somente 5 áreas de atuação, cada uma com 10.000 ha; assim, há um número grande de companhias que na verdade são subsidiárias de grandes grupos, como forma de burlar a lei. Dos grandes grupos, participam principalmente capitais paulistas e amazonenses, associados por vezes a grandes grupos canadenses (National Lump), ingleses e americanos (grupo Light), e franceses (Patiño); além da perspectiva de exploração, o setor torna-se sobremaneira atraente pelos incentivos dados à pesquisa — 100% do total do investimento na pesquisa é abatido sobre a renda bruta da Cia. que, além do mais, é financiada pela SUDAM, BASA e BNDE.

Os investimentos privados estrangeiros são também expressivos na exploração da madeira, exportada para o exterior e para o sul do País. Sendo proibida a exportação em toras, numerosas serrarias e mesmo fábricas de compensados e laminados têm sido implantadas, principalmente no baixo Amazonas, por grandes empresas americanas e japoneses.

c) *O empresariado nacional*, terceiro componente da força econômica, ainda é fraco. Induzido a atuar pelos benefícios fiscais e de infra-estrutura, seleciona livremente os setores e áreas de investimento, elegendo além da mineração e da exploração da madeira, o agropecuário, que se lhe afiguram como os de maior rentabilidade.

Analizando os projetos aprovados pela SUDAM até 31-12-72, ressalta que, de um total de 502, 318 eram agropecuários, 167 industriais e 17 de serviços básicos. Os projetos agropecuários são implantados por grandes empresas (grupos ou indivíduos), com vistas basicamente à criação de gado, em grandes extensões de terra — os 318 aprovados, cobriam 7.200 milhões de ha e continham 5 milhões de cabeças de gado. Até 1972, a preferência era pelo norte de Mato Grosso, que recebeu 184 dos 318 projetos, seguindo-se o Pará com 91 projetos e Goiás com 25. A extensão das propriedades é imensa em Mato Grosso, onde os 184 Projetos ocupam 5 milhões de ha, e maior em Goiás do que no Pará (91 Projetos do Pará ocupam apenas 1.408.000 ha, enquanto que os 25 de Goiás incorporam 1.599.000 ha). Paralelamente à implantação de projetos da SUDAM, efetua-se uma expansão espontânea nas mesmas áreas.

Tal distribuição revela a expansão axial do povoamento induzido pela Belém-Brasília e a São Paulo—Cuiabá. Hoje, com a chegada do tráfego rodoviário ao Acre, a expansão se processa naquela direção. Situada na borda das áreas já povoadas, representa a expansão da fronteira agrícola, constituindo parte da fronteira de recursos contígua.

A preferência pela criação de gado se explica por ser ela a atividade mais rentável para ocupar grandes espaços com baixo investimento, e pela valorização do produto nos mercados do Sudeste e também, agora, no de Belém, nas Guianas e na Venezuela. Acresce que a criação de gado é o melhor investimento na luta contra a inflação, permitindo ocupar grandes tratos de terra cujos preços sobem contínua e rapidamente. Assim, a expansão da pecuária nesse grande arco em torno da Hiléia corresponde à dilatação da fronteira agrícola da faixa mais externa de áreas agrícolas especializadas em torno do “centro”; reflete, também, o início da especialização da agricultura para o mercado de Belém e para os mercados externos citados, pois que em Paragominas dividem-se os fluxos, parte girando para o sul e parte para o norte. A perspectiva de exportação, nunca ausente dos interesses fazendeiros, tornou-se mais plausível com a tendência que se esboçou de ampliação das exportações, e a perspectiva de acesso ao Pacífico.

Chamados genericamente de “sulistas”, os empresários originam-se principalmente de São Paulo, seguidos dos do Paraná e Minas Gerais, por vezes associados a capitalistas estrangeiros, principalmente americanos e japoneses. Capitais franceses, com investimentos na Libéria e na Malásia, estão sendo investidos, com vistas à exploração racional da borracha no Acre.

A penetração na área se faz por compra e também por “grilagem” de terras devolutas, de reservas indígenas e de posseiros. Na área da rodovia São Paulo—Acre, em Mato Grosso, por onde se iniciou a expansão, há grandes problemas de terra. Dado a rapidez com que se fez a penetração, o INCRA não conseguiu dominar a situação, e encontram-

se terras com dois ou três donos, possuidores de títulos definitivos dados pelo Departamento de Terras do Estado; o Governo Federal permitiu a venda de 2 milhões de ha no município de Aripuanã, sem saber que muita de sua terra já está comprada. As grandes empresas têm tido fortes atritos com os posseiros no leste do Estado, em Luciara, Santa Terezinha e São Felix, levando os posseiros a pior, pois que sem documentos, sem títulos de propriedade, são expulsos da terra. Em Rondônia, embora a maior atração seja a extração mineral, e o INCRA seja muito atuante, a "grilagem" já se faz sentir na fronteira com Mato Grosso, e na invasão de terras públicas por uma companhia imobiliária particular. No Acre, é intensa a procura de terras por grupos e indivíduos a partir da conclusão da estrada, embora não se sabendo, ainda, a quantidade nem para que são compradas as terras. Talvez pela facilidade pela qual o Governo do Estado ofereça — muito interessado que está em atrair capitais e população do centro-sul através de intensa propaganda — talvez porque os títulos estejam mais regularizados devido à antiguidade da ocupação, a penetração no Acre se faz por compra, e com muito maior intensidade do que em Rondônia.

A expansão do empresariado privado tem sido acompanhada de graves problemas sociais. No Acre, a compra de seringais pelos sulistas, muitos deles contendo verdadeiras "colônias agrícolas particulares" de seringueiros, vem expulsando esta população; interessados no capim, os sulistas não querem manter os seringueiros dentro de suas terras, e trazem muitas vezes mão-de-obra do centro-sul, e até do Paraguai para a abertura da mata. Os seringueiros se interiorizam, procurando os seringais mais distantes, muitas vezes no Peru e na Bolívia, processando-se uma verdadeira indianização dessa população. Em Mato Grosso já ficaram famosos os "gatos", administradores de grandes empresas que fazem verdadeira escravatura branca, trazendo os trabalhadores para suas fazendas, deixando-os à míngua por falta de alimento, dinheiro e por maus tratos.

Os problemas ecológicos não são de menor monta. Pouco se sabe sobre a natureza amazônica; experiências desastrosas já se verificaram com a derrubada predatória da mata, que deixando de alimentar os solos e expondo-os às chuvas contínuas, acarreta sua rápida deterioração. Nada se sabe a respeito do comportamento do solo frente ao capim plantado, se este será ou não capaz de preservá-lo. Acrescente-se que a expansão atual tem ocupado apenas a fímbria da região, área de transição, e não propriamente a área equatorial, que é ainda uma incógnita. Sem falar da imensa riqueza abatida, representada pelas essências nativas, nobres, que bem mereciam uma exploração racional.

Menção especial no setor privado merece a colonização particular realizada pela Colonizadora Sinop S.A., na rodovia Cuiabá—Santarém. contando com larga experiência de colonização no Paraná, essa Companhia realiza um processo distinto de colonização, à base de pequenas propriedades familiares de colonos dotados de experiência e de algum capital.

Assim, a colonização tem em mira principalmente os colonos do norte do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, onde já se faz intensa a pressão demográfica, e pretende produzir para exportação através do porto de Santarém. Situada no município da Chapada dos Guimarães, a 400 km de Cuiabá e 1.150 km de Santarém pela Cuiabá—Santarém (hoje denominada de Euclides da Cunha), a Gleba Celeste totaliza hoje 279.064,8 ha, que serão ampliados em breve.

Tendo em vista a magnitude e o desconhecimento da região, a área foi dividida em quatro partes, processando-se o desbravamento e a ocupação gradativamente. Estudos de solos foram feitos, e planejou-se uma colonização agrícola apoiada por centros urbanos — Cidades Vera e Sinop — que serão centros comunitários para residência e para comercialização e processamento da produção. Considerando a tradição dos colonos e as necessidades das áreas, prevêem-se explorações mistas, aliando sempre a lavoura a um tipo de criação fundamental para a alimentação da população e a adubação dos solos. Após o desbravamento, as culturas selecionadas são a pimenta-do-reino, o rami, café, amendoim, soja e seringueira. Segundo informações recentes, quarenta famílias norte-americanas e muitas japonesas estão se transferindo de seus países de origem para a gleba.

No setor industrial, a par da mineração e da madeira acima citadas, verifica-se, em menor número, o beneficiamento primário da castanha e da borracha — simplesmente esticando a “pela” em rolos — o que facilita a exportação para São Paulo, e dobra o preço do produto. Quanto à indústria manufatureira, tem-se restringido a Manaus, Belém, Santarém.

O setor terciário tem atraído a iniciativa privada, principalmente na construção de obras do Estado, através da concorrência pública, para melhoramento das sedes administrativas, onde também são implantadas as primeiras lojas de automóveis, geladeiras e supermercados. As firmas que atuam têm sede em São Paulo e Rio de Janeiro e, secundariamente, em Belém e Belo Horizonte.

d) A ação dessas construtoras no local integra um quarto componente da força econômica, constituída pelos *técnicos*. Importante inovação societal na região atuam em firmas de planejamento, assessoria, nos governos estaduais e nos organismos governamentais sediados na região. Nesse último setor sobressaem os nordestinos, presentes em número expressivo, revelando uma nova modalidade da migração nordestina para a região. No passado era ela essencialmente uma migração de força de trabalho; hoje é também uma migração de técnicos. No Estado do Amazonas, grande parte dos componentes do Governo é nordestina; no Acre, os 37 técnicos da ACAR são todos provenientes do Rio Grande do Norte e do Ceará, Minas Gerais sobressai nesse campo sobremaneira, uma vez que o Instituto João Pinheiro (sede em Belo Horizonte) é responsável pela árdua tarefa de elaboração dos Planos de Desenvolvimento de vários Estados.

e) O último, mas não menos importante, componente da força econômica é representado pela migração espontânea de meeiros e pequenos proprietários, que constitui uma migração de *força de trabalho*. É a migração da população móvel que sempre existiu no Brasil, e que agora se desloca também para essas paragens. Expulsos pelo empobrecimento de suas terras, ou pela minifundização decorrente da divisão por herança, ou pela valorização excessiva das terras nas proximidades das cidades, ou ainda pela expansão da pecuária de corte, essa população, que sempre impulsionou o avanço da fronteira agrícola, é atraída para a região pela intensa propaganda originária de diferentes escalões — governo central, governo estadual, companhias de “colonização”.

Fato importante a ser registrado é que, se no passado o êxodo intra-rural era alimentado pela população das regiões deprimidas do

Nordeste e do Leste, hoje acrescenta-se a estas as populações do próprio Mato Grosso e do Paraná, que constituem a maioria dos migrantes para a Amazônia Meridional (Mato Grosso, Rondônia e Acre), além de paulistas e capixabas. Uma parcela desse fluxo migratório representa uma segunda etapa de migração para a população do Nordeste e Leste.

Amostragem baseada no fluxo de veículos durante o mês de junho de 1973 nas rodovias Cuiabá—Santarém e Cuiabá—Porto Velho indica a origem, o destino e a finalidade da migração (tabelas 1 e 2).

Parte dessa população é atraída pelos núcleos coloniais do INCRA, parte por empresas particulares individuais ou de colonização; pequena parte migra espontaneamente em busca de um lote maior do que aquele que possuía ou para estabelecer uma posse. A maior parte da população ativa é constituída por um contingente sem terra, conduzido pelos proprietários para a abertura da mata. Tendo em vista que os que se destinam à agricultura assim o declaram, pode-se supor que o grosso da área derrubada visa futuramente à pecuária. Pequenos proprietários também se deslocam, com vistas à agricultura, conduzidos por agenciadores ou por conta própria.

Em Rondônia, para onde o fluxo é intenso, predomina a migração de famílias, expressando a atuação do INCRA; em Mato Grosso predomina a atuação de empresas particulares de colonização ou agropecuárias, preponderando a migração masculina, provavelmente vinculada ao trabalho nas agropecuárias. Nesse setor sobressai a emigração do próprio Estado de Mato Grosso, enquanto que a do Paraná e São Paulo, dirigindo-se mais para agricultura, indica uma população dotada de algumas posses.

As dificuldades de fixação dos migrantes apontadas para os núcleos oficiais são válidas também para os pequenos proprietários, atraídos pelas companhias colonizadoras ou vindos espontaneamente, bem como para os posseiros; ainda mais desamparados, com desconhecimento total quanto aos solos de região — muito embora por vezes se propague que as terras sejam riquíssimas, aptas a qualquer lavoura — essa população em pouco tempo estará incapacitada de se manter em suas terras. Ao que tudo indica, à semelhança daquela dos núcleos coloniais oficiais e dos derrubadores de mata, essa migração representa uma migração de força de trabalho, tendo apenas contribuído para a abertura das matas a serem adquiridas pelos grandes proprietários.

TABELA 1

Fluxo migratório — junho 1973

Rodovias	Destino (%)		P. Total	P. Ativa (%)	P. Masc. (%)	Procedência (%)						Finalidade (%)			
	RD	MT				PR	MT	ES	SP	M.G	GO	Agric.	Pec.	Derrubada	Construção
Cuiabá/P. Velho	95	—	2.146	49	31	41,5	43	13	—	1,5	1	34	8	53	4
Cuiabá/Santarém	—	100	845	58	62	47	42	—	11	—	—	30	6	64	—

FONTE: Posto fiscal dos Parecis, 9.º BIC, Mato Grosso.

TABELA 2

Migração para Cuiabá—Santarém — junho 1973

Tipos de Migração		Finalidade (%)			Procedência (%)			Total
	(%)	Agric.	Pec.	Derru-bada	PR	MT	SP	
Cia. Colonização	54	52	7	41	67	20	13	100
E. Agropecuárias	29	—	—	100	—	100	—	100
Expontânea	17	100	—	—	65	16	19	100
Total	100							

FONTE: Posto fiscal dos Parecis, 9.º BEC, Mato Grosso.

Verifica-se, assim, que a força de trabalho, dentre os componentes da força econômica, é dos que mais têm atendido ao apelo para a integração. Do que se depreende do acima exposto, contudo, a tendência será a de prosseguir o processo tradicional, que vem sustentando a sua mobilidade. Acontece que, em se tratando agora da abertura das últimas áreas de mata no país, esse fato deve ser motivo de sérias preocupações.

4. A resultante: expressão do processo de integração na estrutura espacial

Teoricamente, as mudanças na estrutura espacial, responsáveis pelo desenvolvimento do sistema espacial, são medidas por taxas contínuas e diferenciadas de crescimento em atributos importantes do sistema (população, produção, etc.), e pela mudança nos padrões de interconexão entre os subsistemas (FRIEDMANN, 1972).

Embora essa análise seja prejudicada pelo caráter recente da integração espacial da Amazônia e pela falta de dados quantitativos para medição de fluxos, algumas tendências merecem ser registradas.

4.1 A estrutura do espaço regional

No que tange a incidência espacial do processo, algumas modificações se observam em atributos do subsistema: o crescimento da indústria manufatureira, ainda que extremamente localizada em Manaus, e secundariamente em Belém e Santarém, da madeireira, na foz do Amazonas; da mineração em Rondônia e no rio Trombetas (bauxita), e brevemente na serra dos Carajás (ferro), somando-se à do manganês no Amapá; o desenvolvimento dos serviços básicos não só nas cidades citadas como nas capitais estaduais, articuladas por rodovia e/ou que se tornaram sede das instituições e organismos responsáveis pela transferência de modernização — Cuiabá, Macapá, São Luís, Rio Branco e Porto Velho — para onde também agora aflui a população; o crescimento demográfico, vinculado ao crescimento urbano e à expansão das atividades agropastoris, que ocorrem na fímbria oriental e meridional da Amazônia.

Tal modificação altera a importância hierárquica das cidades regionais, reduzindo-se a primazia de Belém, centro dominante devido às suas vantagens locais em relação a um território imenso e atrasado, e ao seu isolamento em relação ao "centro". Rompido o isolamento e implantadas atividades com os privilégios fiscais, perde a cidade a exclusividade do controle sobre o espaço regional. Manaus, principalmente, cresce em importância graças à SUFRAMA e à sua posição estratégica quanto às ligações com a fronteira norte, com a Amazônia Ocidental e Meridional, acrescentando à sua função de entreposto exportador, a de centro redistribuidor para todo o Brasil e para o exterior, de produtos importados ou lá fabricados. Cuiabá cresce rapidamente graças à sua posição de centro de apoio à expansão na Amazônia meridional. Santarém assiste à transformação de sua indústria tradicional e tem sua posição de porto exportador reforçada com a Cuiabá—Santarém. Rio Branco é posto-chave de fronteira, Porto Velho torna-se importante encruzilhada rodoviária e, quanto a São Luiz, é difícil prever-se as dimensões de seu crescimento com a construção do porto de Itaqui e do complexo industrial. A captura do norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre por São Paulo, através da rodovia São Paulo—Cuiabá—Porto Velho, por sua vez reduziu de muito a área de influência de Belém e deu origem à formação de uma Amazônia meridional, diversa da oriental e da ocidental.

Essa modificação, contudo, não alterou as relações entre as grandes cidades e o espaço sob seu comando, persistindo uma atuação voltada para fora da região, sem que se processe até agora a esperada irradiação do desenvolvimento, quer para as áreas rurais quer para os núcleos interioranos.

Tampouco se alterou substancialmente a geometria do povoamento regional. Se a expansão da fronteira agrícola representa uma dilatação da ocupação em área, seu âmbito limitado e seu caráter axial, induzida que é pelos grandes eixos rodoviários, permite que predomine o quadro tradicional de um povoamento em linhas (agora rodoviárias) e pontos, permanecendo a grande área interior desocupada.

4.2 A estrutura espacial nacional

Embora não se disponha de dados necessários à análise, tendências de crescimento de atributos do sistema, podem ser observadas através do crescimento urbano, do crescimento demográfico, do crescimento da participação regional na população economicamente ativa (PEA) e na renda, bem como do crescimento da renda média entre 1960 e 1970.

Fato marcante, nesse período, foi o forte crescimento urbano ocorrido em todo o país, pois que, com exceção de Porto Velho, Florianópolis, Rio de Janeiro e Niterói, todas as capitais estaduais cresceram a taxas superiores a do país (31,2%). O crescimento urbano foi acompanhado de forte desequilíbrio setorial, com forte perda de posição da agricultura, tanto no que se refere à participação na força de trabalho quanto na renda (LANGONI, 1973).

Dentre as capitais estaduais que mais cresceram, ressaltam-se as da Região Centro-Oeste, comprovando, sem dúvida, uma interiorização do povoamento (Tabela 3). No entanto, as fortes taxas de crescimento de Belo Horizonte e São Paulo, cidades que já contam com grande contingente demográfico, revelam que o "centro" continua a crescer ainda mais, embora com perda de posição do Rio de Janeiro. Igualmente forte é o crescimento das capitais litorâneas do Nordeste.

TABELA 3

Taxa de crescimento demográfico
Capitais estaduais — 1960/1970

100%	70%	50-70%
Brasília	Manaus — 77,5	Natal — 65,0
Goiânia — 185,0	B. Horizonte — 72,5	São Paulo — 64,5
Terezina — 100,5		Aracaju — 63,0
Cuiabá — 100,00		Salvador — 59,5
		Maceió — 59,0
		João Pessoa — 50,0

FONTE: Censo Demográfico, IBGE.

No que tange a variações regionais de crescimento, podem ser analisadas com base nas tabelas 4 e 5 e na figura 5.

TABELA 4

Taxa de Crescimento Demográfico
Regiões — 1960-1970

Brasil	31,2
Norte	38,5
Centro-Oeste	68,6
Nordeste	25,3
Sudeste	28,3
Sul	38,7

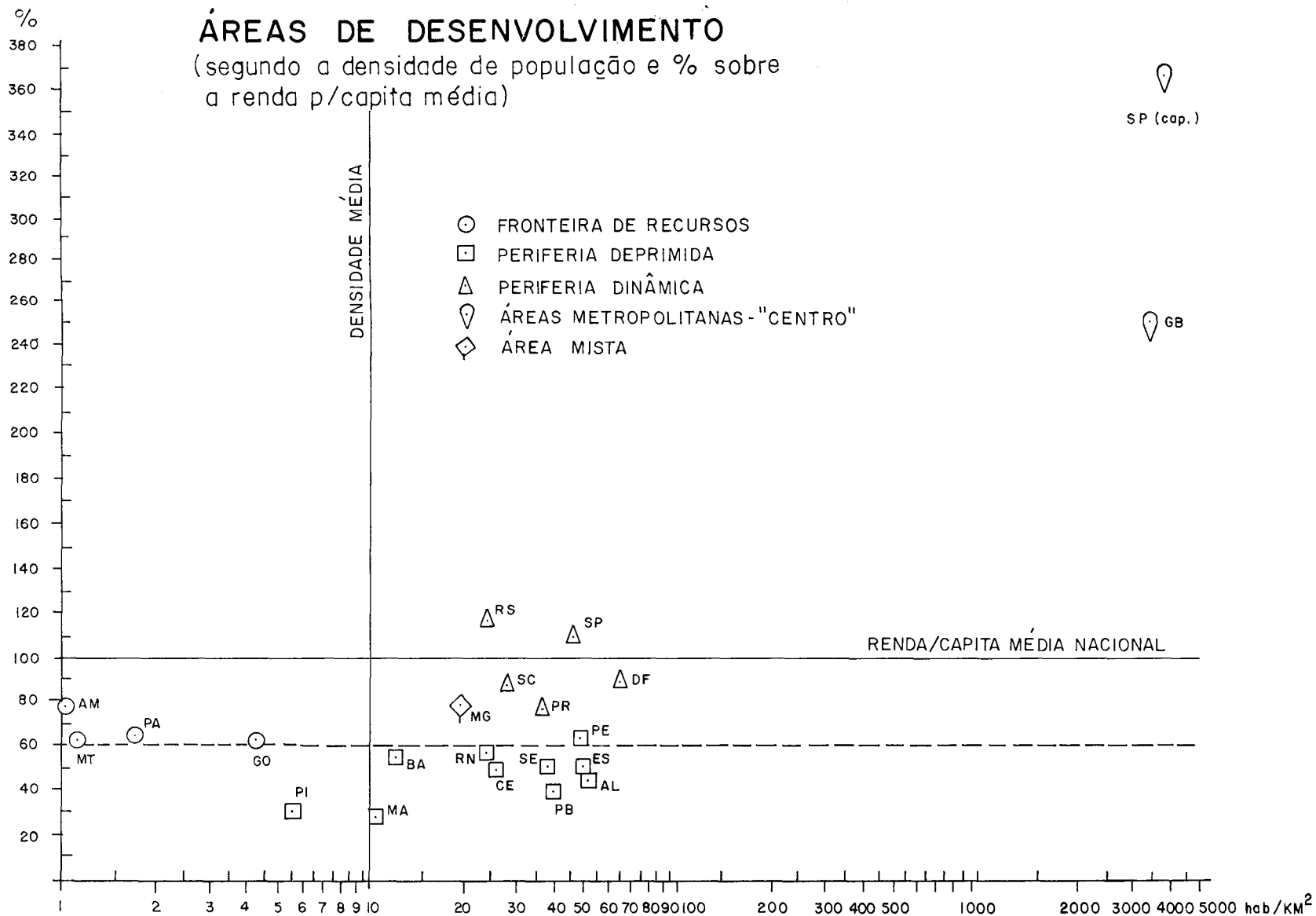
FONTE: Censo Demográfico, IBGE.

TABELA 5

Comparações na distribuição de renda — 1960/70

Regiões	Participação na PEA (%)	Participação na Renda (%)	Renda Média (Cr\$ 1970)	Coefficiente de Gini 1970/60
GB-RJ	+ 2,12	— 2,98	+34,13	+16,67
SP	+ 9,20	+20,35	+50,53	+24,35
PR, SC e RS	+13,93	— 0,68	+18,86	+23,42
NE e MA	— 9,88	—11,53	+34,19	+13,69
N e MT, GO, DF	+17,20	— 5,40	+10,18	+10,14
Brasil			+36,89	+13,70

FONTE: Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, Editora Expressão e Cultura, 1973.



Fonte: CONTAS NACIONAIS - FGV-1970

Elaborado por: Mariana Palhares, Maria H. Lacorte, Maristela Brito e Sônia Rogado.

DivEd/D-J.A.C.

Fig.3

Caracterizada por baixas densidades demográficas e renda em torno de 60% da renda *per capita* média do País, a fronteira de recursos revela-se através do maior aumento na participação da população ativa, embora o fraco crescimento da renda média e o índice de concentração de renda sugiram o início do desequilíbrio intra-regional, provavelmente com a concentração da população ativa e da renda nos centros urbanos regionais. O extraordinário crescimento demográfico da Região Centro-Oeste, e das cidades dessa Região, indicam que a expansão se efetua na borda da fronteira, e principalmente nas cidades. O desequilíbrio intra-regional fica patente quando se compara o crescimento de Manaus — 77,7% — com o do Estado do Amazonas, cuja taxa foi de apenas 32,4%.

Contando com povoamento denso e renda acima de 60% da média nacional, os Estados do Sul mantêm-se como uma periferia dinâmica, registrando crescimento demográfico acima da média do País, aumentando fortemente a sua participação na população ativa e mantendo praticamente a mesma participação na renda total; o fraco crescimento da renda média, correlacionado com o forte índice de concentração da renda interna, sugerem, talvez, um arrefecimento do dinamismo regional.

A periferia deprimida caracteriza-se por densidades superiores à média nacional e renda inferior a 60% da média nacional; correspondendo aos Estados do Leste e Nordeste, é demonstrada pelas grandes reduções na participação da população economicamente ativa e da renda total do País. Percebe-se, contudo, nitidamente, a diferenciação entre o Nordeste e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No caso do Nordeste, a menor participação na força de trabalho e o considerável crescimento da renda média revelam o êxodo rural e o esforço de industrialização da SUDENE, originando um novo “centro” industrial na periferia, que explica a maior concentração da renda regional. Minas Gerais e Espírito Santo, pouco dinamizados em relação a Guanabara e São Paulo, perdem posição face ao crescimento do Nordeste, constituindo-se nitidamente como periferia intermetropolitana, como bem atestam as fortes reduções na participação da população ativa e na renda total.

Se a redistribuição da força de trabalho em favor, principalmente, do Centro-Oeste e, secundariamente, do Sul, e às custas do Leste e Nordeste, podem contribuir para reduzir o grau de desigualdade regionais, o aumento das rendas médias teve efeito contrário, já que beneficiou proporcionalmente áreas cujos níveis de renda já eram os mais elevados — RJ, GB e São Paulo. Da mesma forma, a participação na renda total indica a acentuação das desigualdades regionais, já que todas as regiões sofreram queda, somente São Paulo aumentando a sua participação de 28,6% para 34,4%! Acresce que todas as regiões apresentaram índices de concentração da renda crescentes.

Persiste e acentua-se, pois, a concentração do crescimento econômico, principalmente em São Paulo, que também aumentou extraordinariamente a renda média e continua tendo participação crescente na população ativa, mesmo a Guanabara reduzindo um pouco a sua participação na renda total. As disparidades de renda e população do “centro”, em especial de São Paulo, em relação ao restante do País, ficam patentes na figura 3.

Tais observações indicam que o essencial das atividades produtivas não sofreu grande redistribuição espacial. A própria expansão da fronteira agrícola em torno da Amazônia é uma extensão de um processo que já se fazia em função do abastecimento do “centro”, representando

a fronteira contígua, situada na borda das zonas povoadas. Para além dessa fronteira, a Amazônia, à exceção dos pontos e eixos referidos, ainda é uma área por desbravar.

Quanto à mudança dos fluxos inter-regionais, do que se pode depreender do que foi relatado, somente confirmam a acentuação do desequilíbrio estrutural e o reforço da concentração do poder de decisão no "centro".

Novas relações se estabeleceram, com fraca intensidade. O Nordeste, tradicional exportador de mão-de-obra para todas as regiões do País, exporta agora para a fronteira de recursos além de mão-de-obra, também técnicos e profissionais e, em pequena proporção, manufaturas. O Sul envia para a fronteira principalmente inovação societal — representada pelos *campus* universitários — e mão-de-obra e, secundariamente, capital e mercadorias. O fluxo de técnicos e manufaturas do Nordeste e de mão-de-obra do Sul são fatos novos, indicando respectivamente o crescimento de um "centro" na periferia deprimida e a formação de áreas deprimidas na periferia dinâmica.

Se as periferias deprimida e dinâmica sustentam o fluxo de mão-de-obra, o essencial da transferência para a fronteira — informação, inovação societal, capital, mercadorias, tecnologia — é sustentado pelo "centro", principalmente por iniciativa do Estado, a atuação de "centros" externos também se fazendo sentir.

Quanto aos fluxos da fronteira para o resto do sistema, resumem-se aos produtos tradicionais, acrescidos do gado, madeira, minérios que, ao invés de exportados somente para o exterior, são captados também para o "centro". Uma vez que a grande maioria dos investimentos em unidades produtivas são comandados pelo "centro", acentua-se seu poder econômico e decisório.

Resulta, assim, que a integração espacial do território não vem, até o momento, promovendo o desenvolvimento intenso de novos recursos e o deslocamento do campo gravitacional do desenvolvimento do País, das regiões costeiras para a fronteira, como era o esperado. E, embora cresçam certos atributos do sistema e novos fluxos se organizem, a relação fundamental de dependência ao "centro" não se modifica, pelo contrário, se reforça.

5. Conclusão: Efeitos eventuais da estrutura espacial sobre o sistema

Em que medida a estrutura espacial resultante do processo comandado por prioridades políticas pode afetar o equilíbrio do sistema?

5.1. Efeitos sobre o subsistema regional

Segundo os modelos de desenvolvimento regional, em virtude das circunstâncias especiais do impulso de seu desenvolvimento e das características físicas de sua localização, os problemas das fronteiras de recursos são os de permanência e integração.

Desenvolvidas por impulsos externos, são regiões abertas numa extensão incomum. Recebendo de fora os determinantes do desenvolvimento e escoando os lucros para o exterior, seu desenvolvimento

futuro depende da sua capacidade de internalizar os determinantes externos para obter um crescimento auto-sustentado. Assim, o processo de desenvolvimento regional é uma função de: 1.º — *demanda de recursos*; 2.º — *implantação de transportes e comunicações* que permitem o acesso à informação, aos recursos e aos mercados; 3.º — *diversificação de sua estrutura econômica*. Esta depende, de um lado, da possibilidade de criação de um mercado interno, como decorrência da retenção de salários na região e de uma dimensão mínima crítica de população; de outro lado, depende da criação de uma infraestrutura psicossocial, representada pela formação de grupos identificados com os interesses regionais-empresários, intelectuais, políticos-regionais — capazes de pressionar a decisão externa para investimentos orientados para a integração interna da região; 4.º — *capacidade de ganhar ou reter poder de decisão*; a integração econômica com resto do sistema nacional, resultante da diversificação da base econômica, faz crescer a importância da região no contexto nacional, dotando-a de capacidade para pressionar no sentido de ter maior participação no processo de decisão nacional, levando a uma integração política (HILHORST, 1971, STÖHR, 1972).

Assim, o desenvolvimento envolve não só o crescimento socio-econômico regional, mas, também, a transformação social e a mudança na distribuição dos poderes de tomada de decisão.

No caso da Amazônia, a implantação de estradas e das comunicações antecedem, de certa forma, à demanda efetiva de recursos. No que tange à diversificação da base econômica, sérias restrições existem, considerando a fraca perspectiva de desenvolvimento do mercado interno, e da emergência de uma infra-estrutura psicossocial identificada à região. Os resultados da integração até agora tem revelado justo o oposto, no que tange ao estímulo às forças regionais.

A atuação calcada numa percepção de fora para dentro, com vistas ao desenvolvimento econômico, tem desconsiderado a realidade regional. A população regional não suporta o impacto violento da modernização. A fraca economia regional vem sendo violentamente desarticulada, seu equilíbrio rompido, sem que novas atividades produtivas surjam com capacidade de gerar emprego e absorver a nova população que migra, haja vista a expansão da criação de gado e da mineração); quanto à força societal, é ela totalmente estranha aos interesses regionais, formando-se uma estrutura social dualista, altamente estratificada e sem coesão interna, em que uma elite de profissionais técnicos e administradores, cuja permanência na área é temporária, contrasta com a população local, sem participação no processo que se inicia. Faceta mais grave desse problema é a remoção do poder de decisão. A falta de coordenação entre os vários serviços federais, não identificados com os problemas e interesses locais, mas com autoridade econômica e política, cria um vazio institucional na administração e, portanto, uma desagregação institucional. "Envolvida num esquema de forças centrífugas, no qual não tem autoridade nem competência técnica de controle, a administração, tanto no nível Estadual quanto no Municipal, perde sua antiga legitimidade aos olhos da população local. A desagregação da autoridade pela perda da legitimidade verifica-se também no plano familiar, com forte traumatismo para a população local, a tal ponto que pode se tornar insensível ao progresso".*

Tampouco são consideradas nessa percepção externa as diversidades regionais, advindas de diversidades ecológicas, culturais, e admi-

* Informação de Documento do Ministério do Interior, transcritas no O Globo, 26 de maio de 1974.

nistrativas, que faz variar a atitude dos governantes e a capacidade das populações frente à modernização. Por exemplo, no Acre, a atitude governamental é de total atração e abertura à penetração de fora; em Rondônia há maior preocupação para com a regularização das terras e a preservação de recursos naturais, procurando-se estimular o plantio nacional de *hevea*, segundo os novos regulamentos governamentais. Em Mato Grosso, paralelamente à propaganda para atrair a iniciativa privada, surge um projeto extremamente inovador, que tenta integrar a tecnologia moderna da grande empresa às condições da região tropical, respeitando e aproveitando suas potencialidades naturais e humanas: o projeto Aripuanã com a cidade laboratório de Humboldt. Seja factível ou não, idealizado ou não, esse projeto é uma expressão da capacidade de inovação da periferia que, por não ser em geral percebida, vem sendo, a rigor, inibida.

Ressente-se assim a periferia, até o momento, dos mais importantes elementos para as bases futuras de seu crescimento auto-sustentado. Este requeriria não só um real planejamento para as empresas rurais como a implantação de atividades inovadoras que, constituindo-se como insumos para outras atividades (*backward linkages*) e utilizando outras atividades como insumos (*forward linkages*), fossem capazes não só de gerar um crescimento concentrado como de transmitir a inovação para toda a região.

5.2. Efeitos sobre o sistema nacional

À medida que a industrialização cresceu, elaborou-se o sistema espacial nacional com estrutura polarizada, e fortes tensões sociais emergiram na periferia deprimida. A SUDENE conseguiu criar um novo “centro” industrial no Nordeste, mantendo-se a continuidade do sistema com o fortalecimento do “centro” dominante do Sudeste. Uma vez que não foi considerada a realidade da periferia, não foi solucionado o problema das tensões sociais na região.

O fortalecimento econômico do “centro” reforçou o poder político. Com objetivos geopolíticos externos e de equilíbrio interno, esses referentes à eliminação das tensões sociais persistentes no Nordeste e no sistema em geral, e à ampliação de mercados para absorver a produção manufatureira crescente do “centro”, recorreu-se à integração da Amazônia com grande investimento do Estado.

A migração de excedentes demográficos do Nordeste não se fez na escala almejada, persistindo, portanto, o problema social. Tampouco o centro econômico respondeu à integração da Amazônia na escala desejada, mais interessado que está na exportação para mercados externos.

Do que se depreende da tentativa de integração, a forma de atuação das forças na região conflita com os objetivos políticos acima citados: a fraca integração com o “centro” acrescentou ao desequilíbrio da estrutura espacial geral um desequilíbrio intra-regional; mesmo com uma visão a partir do centro, os investimentos regionais deveriam selecionar as áreas de periferias dotadas de potencialidades e de dimensões mínimas críticas para adotar as inovações. Tratando-se de patrimônio imenso e desconhecido, cuja valorização se ressentia de um *know-how* adequado — o crescimento econômico brasileiro se fundamentou em regiões tropicais e subtropicais e não há experiência mundial de aproveitamento de regiões equatoriais em grande escala — torna-se ainda mais perigoso o imediatismo e mais valiosas a percepção e a partici-

pação dos habitantes locais. Ao invés disso, a rápida penetração da sociedade moderna se faz com grande impacto, não só não aproveitando como anulando as forças locais, quer no sentido ecológico quer no sentido social e político. Tal forma de atuação, mais uma vez desconhecendo a realidade regional, pode gerar novos focos de tensão social.

Resulta, assim, que através de um processo de causação circular em que a força política reforça a econômica, o esforço para a integração espacial redundando na acentuação da estrutura econômica polarizada do país. A crescente concentração do poder de decisão no "centro" nacional não favorece o desenvolvimento do sistema espacial; agindo contra o equilíbrio geopolítico interno, age contra o fortalecimento interno do País, podendo vir a ter repercussões negativas sobre a manutenção do equilíbrio do sistema.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha K. — O norte do Espírito Santo, região periférica em integração — Tese de Livre Docência, IGEO, UFRJ, dezembro de 1969.
- BECKER, Bertha K. — Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil — *Rev. Bras. Geografia*, IBGE, Ano 34, n.º 4, 1972.
- BECKER, Bertha K. — Diretrizes e prioridades para pesquisas geográficas sobre desigualdades regionais do desenvolvimento — 2.^a Conferência Nacional de Estatística e 2.^a Conferência Nacional de Geografia, 2.^a CONFEST/CONFEGE, IBGE, novembro de 1972.
- BERRY, GOTTMANN, KUZNETS, WILLIAMSON — Abordam a variável tamanho do território sob diferentes ângulos.
- BERRY, Brian — Basic patterns of economic development and Atlas of Economic development, University of Chicago Press, 1961.
- GOTTMANN, Jean — *La politique des États et leur géographie* — Armand Colin, Paris, 1952.
- GOTTMANN, Jean — *The significance of territory* — The University Press of Virginia, Charlottesville, 1973.
- KUZNETS, Simon — *Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico* — Editora Forense, Rio de Janeiro, 1970.
- WILLIAMSON, J. G. — *Regional inequality and the process of national development: a description of patterns* — *Economic development and cultural change* — vol. 13, 1965.
- FRIEDMANN, John — *Regional development policy: a case study of Venezuela* — MIT Press, 1966.
- FRIEDMANN, John — A general theory of polarized development (mimeogra.) Urban and regional advisory Program, Chile, 1968.
- FRIEDMANN, John — *The spatial organization of power and the development of urban systems*. University of California, Los Angeles, 1972.
- LANGONI, Carlos Eduardo — *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973.
- HILHORST, Stöhr — Assim como Friedmann, incorporam variáveis socio-políticas ao tratamento do desenvolvimento regional.
- HILHORST, Jos M. — *Regional Planning* — Rotterdam Univ. Press, 1971.
- STÖHR, Walter B. — *El desarrollo regional en America Latina* — *Experiencias y Perspectivas* — Ediciones SIAP, B. Aires — 1972.
- SPROUT, Harold and Margaret — Geography and Internacional Politics in an Era of Revolutionary Change — *The Journal of Conflict Resolution* IV n.º 1, 1960.

SUMMARY

In the face of the rhythm of its industrialization and its continental dimension, the spatial structure of Brazil presents pronounced regional inequalities of development simultaneously to the formation of the metropolitan regions. In this work the spatial structure is approached under the view of the regional unbalances, in this case, Amazon.

Due to the conceptual feebleness of the political geography, which could offer a better approach to the case, one utilizes, as a *theoretic basis*, the Polarized Development Theory which identifies the spatial development process with the diffusion of values of the modern society. The development reached through a cyclic pattern of positive feedback — spatial unbalances — and of negative feedback — represented by corrective actions to move back the system to balance — in which the spatial system maintain its balance at a higher development levels. Two unsatisfactoriness arise in relation to the theory: one is concerned to the "Center", seen as an organism without its economic and political components be distinguished; the other, more important, is related to minimization of the periphery role in the development process, which is not considered in its realities and needs, resulting in a waste of forces and being a source of tenseness in the system. The alternative hypothesis to Brazil would be therefore, due to the insufficient corrective actions, in which the pressure of social tenseness could become accumulated in a such intensity that would break off the process of modernization and the balance of the system.

A serious study of this hypothesis seems to be important in the moment in which one thinks to integrate the vast patrimony represented by the Amazon, whose history shows that the less the predatory action is the more preserved the region remains.

Due to its territorial extent and its location, Amazon is the last "island" of the Brazilian "economic archipelago" to be incorporated to the national spatial system and has been integrated through a process of decision essentially political, result of the extraregional perceptions which valorize it as a "resource boundary".

The motivations of these perceptions are of internal and external geopolitic order. In the internal plan, it constitutes a corrective action which aims the geopolitic balance. The industrialization, engendering a center-periphery structure highly unbalanced, has induced to a corrective action represented by the foundation of the SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) and Brasília; since SUDENE didn't enterly solve the problem of the regional tenseness and that the amount of the decision power of the "Center" reinforced the polarized structure, the Amazon integration is to be perceived as a solution to absorb the people surplus from the Northeast, to amplify the home market for the manufactured products and investment from the "Center", besides to make the empty spaces productive.

In the external plan, although the preoccupation with revolutionary focus and boundary safety, its integration seems to be fundamental to assure the exploitation of the natural resources of the South American Amazon, via Atlantic Ocean, with the Brazilian participation as well as to favour the prominence of the country on the continent, whether by the intensification of the relationships with the neighbour countries, or by a Pan-American Integrated Development Program, leadered by Brazil.

As a consequence of these motivation and decisions Amazon has become an attraction field of forces. The most important is the policy force, represented by the government, which acts in the implantation of the preparatory substructure to the introduction of the modern society, under three main forms: physical integration; psychosocial integration; and direct captation of resource. The physical integration represented by the highway network and bringing in new and fast means of communication, which contrasts with the slow rhythm of the region, causes violent impact, promoting strong disarticulation in the regional economy and society. The psychosocial integration regarding to the power on the public opinion is represented by the modern means of communication, by MOBRAF (Movimento Brasileiro de Alfabetização) that, however efficient in the alphabetization and diffusion of values from the "Center", didn't offer an operational information, becoming perhaps a factor of failure and tenseness, and yet by the Rondon Project that aiming primarily to integrate the Amazon and universitarrians, has today an increasing role in the basic research in order to favour the penetration of the modern society by means of universities. The direct captation of resources is represented by tax exemptions and by the people that moves attracted by employees on road construction or to INCRA settlement nucleus.

The economic force is less intense. Its more important component is yet the government, followed by the foreign investment, represented by floatings and by mineral and timber exploitation. The less acting national undertakers are over all interested in cattle raising developed in large tract of land; this expansion by the "southerners" is carried out with prejudice to the regional ecologic and socio-economic balance. Other components of the economic force are the experts coming not only from the Southeast but also from the Northeast and laborers, comprising small farmers and sharecroppers which are those that answer to the appeal of integration. Attracted by the propaganda that labor force, which has left its lands either in Northeast and South, in searching for new places in Amazon region, are employed first in cleaning the forest for pastures and after for farming. Due to the isolation and

unfamiliarity of the region, and to the lack of financial and technical aid that migration tend to continue moving.

In referring to the *spatial incidence of the integration process*, some changes are observed as urban population growth, extracting and manufacturing industries development, and the high increase of the state capitals. These changes, however, didn't modify the relations among the large cities and the space under its command. Only on the borders of the region an area of expansion are recorded, permitting to identify along with the Eastern and Western Amazon, a Southern Amazon commanded by São Paulo.

As for the national spatial structure, although the high urban growth on the Center-West reveals a hinterland population, the expansion of São Paulo, Belo Horizonte and Northeast capitals denotes a continuity in the increase of the "Center and the coastal front of the country".

The weak increase of the state average incomes and the decrease of its participation on the total income of the country, except for the state of São Paulo, denote that it persists and stresses the concentration of the economic development, and that the main production activities didn't suffer great spatial redistribution, as it was expected.

What is inferred from the attempt of integration is that it has not been carried on in a way to favour the self-sustained growth of the region. This process developed from out to inside, don't valorize the local needs and even nullifying the regional forces, whether in an ecological or in a socio-economic and political sense, which may bring forth new focus of tenseness. This kind of actuation is not consistent with the purposes desired.

RÉSUMÉ

Par le rythme de son industrialisation et de sa dimension continentale, la structure spatiale du Brésil enregistre de fortes inégalités régionales de développement, se produisant au même moment que la formation des régions métropolitaines. La structure spatiale sera abordée, dans ce travail, du point de vue des déséquilibres régionaux; dans notre cas, il s'agit de l'Amazonie.

Etant donné la faiblesse conceptuelle de la Géographie Politique, celle la plus indiquée pour l'entrée en matière, on a employé comme *base théorique*, la Théorie du Développement Polarisé qui identifie la marche du développement spatial avec la diffusion de valeurs de la société moderne. Le développement est atteint par l'entremise d'un modèle cyclique de "feedback" positifs — déséquilibres spatiaux — et de "feedbacks" négatifs représentés par des actions correctives pour pousser le système de nouveau en équilibre là où le système spatial maintient son équilibre à des niveaux de développement toujours plus élevés. Deux éléments de non satisfaction se heurtent à cette théorie. L'un se réfère au "Centre" qui est aperçu comme un organisme sans qu'on y distingue ses composés économique et politique. L'autre qui est plus important fait l'effet de minimiser le rôle de la périphérie dans la marche du développement qui, parce que ses réalités et ses nécessités ne sont pas considérées, entraîne un gaspillage d'efforts et devient une source de tensions sociales dans le système. Il y aurait une autre hypothèse, alternative pour le Brésil, c'est à dire donc que, devant les actions correctives insuffisantes, le poids des tensions sociales s'agrandirait de telle sorte qu'une interruption se produirait dans le processus de modernisation et le retour à l'équilibre du système.

L'approfondissement de cette hypothèse semble important au moment où l'on fait des efforts pour intégrer l'immense patrimoine représenté par l'Amazonie dont l'histoire nous montre que, autant l'immédiateté de l'action se fait moins sentir, autant la région se trouve mieux préservée, et vice-versa.

Par son étendue territoriale et sa position, l'Amazonie est la dernière île de "l'archipel économique" brésilien à être incorporée au système spatial national; cette intégration poursuit son cours au moyen d'un processus de décision essentiellement politique, fruit de perceptions extra-régionales qui la valorise comme "frontière de ressources".

Les motivations de cette perception sont d'ordre géopolitique interne et externe. Au plan interne, une action corrective en découle visant l'équilibre géopolitique. L'industrialisation en créant une structure centrale périphérique fortement déséquilibrée a favorisé les actions correctives telles qui se formèrent avec la création de la SUDENE et de Brasília; du fait que la SUDENE n'arriva pas à résoudre complètement le problème des tensions régionales et que l'accumulation du pouvoir de décision au "centre" renforça la structure polarisée, l'intégration de l'Amazonie commença à être vue comme solution pour l'absorption de l'excédent de la population du Nordeste et pour agrandir le marché interne de consommation des produits manufacturés et des investissements du "Centre", sans compter les espaces vides qui devinrent productifs.

Au plan externe, malgré une certaine préoccupation touchant les foyers révolutionnaires et la sécurité des frontières, son intégration semble être matière fondamentale pour assurer l'exploitation des ressources naturelles de l'Amazonie sud-américaine en passant par l'Atlantique, avec la participation brésilienne, et aussi pour favoriser la projection continentale du pays soit par l'intensification des relations avec les pays voisins, soit par un Programme de Développement Intégré Pan-Amazanique, commandé par le Brésil.

Par suite de ces motivations et ces décisions, l'Amazonie est devenue un champ d'attraction de forces. La *force politique* en est la plus importante. Représentée par le Gouvernement Fédéral, elle a son importance dans l'établissement de l'infra-structure préparatoire à la pénétration de la société moderne et elle y apparaît sous deux formes principales: l'intégration physique représentée par le réseau routier qui apporte des contacts nouveaux et rapides contrastant avec le rythme ralenti de la région, a un impact violent, entraînant une forte désarticulation de l'économie et de la société régionales. L'intégration psychosociale, relative au pouvoir d'influencer l'opinion, est représentée par les moyens de communication modernes, par le Mobral qui, malgré ses capacités excellentes pour l'alphabétisation et pour la diffusion des valeurs du "centre", ne fournit pas les informations opérationnelles ce qui pourrait devenir une source de frustration et de tension, et, de surcroît, par le Projet Rondon dont le but a été, depuis le début, de faire de l'Amazonie et des étudiants un véritable ensemble et qui, aujourd'hui, joue un rôle toujours plus étendu dans les recherches de base sur la pénétration de la société moderne, passant par les *campi* universitaires. Les fouds sont captés directement sous forme d'encouragements fiscaux et les ressources humaines fournies par la population qui s'engage, attirée par les emplois offerts pour la construction des routes ou pour les centres colonisateurs de l'Incra.

La *force économique* est moins intense. Le Gouvernement y occupe la place la plus importante encore maintenant, et ensuite viennent les investissements étrangers représentés par les financements et par l'exploitation forestière et l'extraction des minerais. Les établissements du pays agissent avec moins de vigueur et s'intéressent plutôt à l'élevage des bestiaux s'étendant sur des plaines immenses; cette expansion des "gens du sud", une repoussée de la frontière agricole, se produit au préjudice de l'équilibre écologique et social-économique de la région, dont témoignent les manipulateurs de caoutchouc avec leur vie "à l'indienne" dans l'Acre ainsi que les disputes au Mato Grosso pour la possession des terres. Les autres membres de la force économique sont les techniciens originaires non seulement du Sudest mais, également, du Nordeste, et la main-d'oeuvre, peuple en déplacement composé de propriétaires à demi-part et de petits propriétaires, éléments composants qui répondent le mieux à l'appel de l'intégration. Ils sont attirés par la propagande et ayant été chassés de leurs champs par des conditions hostiles, originaires qu'ils sont non seulement du Nordeste mais aussi du Sud, ils se mettent principalement à la tâche d'abattre les arbres afin de planter de l'herbe à foin et en second lieu seulement pour l'agriculture. Vu l'isolement, le manque de connaissance de la région et le manque d'assistance technique et financière, cette migration de la main-d'oeuvre a tendance à persister dans sa mobilité.

En ce qui concerne l'*incidence spatiale du processus* d'intégration, certaines modifications se font reconnaître dans les attributs du sous-système régional, telles que la croissance démographique, la croissance urbaine et celles de l'industrie de l'extraction et l'industrie manufacturière; la grande poussée dans l'agrandissement des chefs-lieu des états, profitant de l'installation des sièges des institutions modernisantes et de plaques tournantes du réseau routier, d'où diminution de la primauté de Belém. Ces modifications, toutefois, n'ont pas changé les rapports entre les grandes villes et l'espace qu'elles gouvernent, ni la géométrie du peuplement régional qui se maintient circonscrite à des points et des lignes. On ne constate l'expansion en surface que sur les bords de la région, permettant d'identifier, à côté d'une Amazonie Occidentale et Orientale, aussi une Amazonie Méridionale, capturée par São Paulo.

Quant à la structure spatiale nationale, malgré que la croissance urbaine intense dans le Centre-Ouest démontre que le peuplement s'achemine vers l'intérieur, l'agrandissement de São Paulo, Belo Horizonte et les capitales du Nordeste, indique que la croissance du "centre et de la façade du pays tournée vers la mer" continue toujours. La faible augmentation des revenus moyens des états et la diminution de leur participation dans le revenu total du pays, à l'exception uniquement de l'Etat de São Paulo, montrent à leur tour que la concentration de la croissance économique persiste et s'accroît, aussi que l'essentiel des activités productives n'a pas encouru une grande redistribution spatiale, comme on aurait pu attendre.

Donc, il ressort de la tentative d'intégration qu'elle ne s'est pas poursuivie de façon à favoriser la croissance autosoutenue de la région; mis en marche du dehors en dedans, le processus ne valorise pas les nécessités ni les perceptions locales, il annule même les forces régionales, autant d'ordre écologique que d'ordre social-économique et politique, se qui peut provoquer de nouveaux foyers de tension. Cette manière d'agir d'est pas d'accord avec les fins souhaitées d'équilibre géopolitique interne.

Diferenciais de produtividade industrial e estrutura urbana

HAMILTON C. TOLOSA

Instituto de Pesquisas do IPEA

1. Introdução

Dentro de uma concepção econômica a cidade é o resultado das decisões locacionais das firmas, consumidores e governo. É evidente que tais decisões não são determinadas exclusivamente por considerações econômicas e fatores de natureza sociopolítica afetam os agentes econômicos em maior ou menor grau, dependendo, inclusive, do estágio de desenvolvimento em que se encontra o país. No Brasil, a indústria desempenha o papel de líder no processo de crescimento e, devido à crescente complexidade e interdependência da economia, os demais segmentos da sociedade são amplamente afetados pelas decisões tomadas no setor industrial. Ademais, à medida que o governo se preocupe com objetivos do tipo de ocupação territorial e/ou reorganização do sistema urbano, será preciso, antes de mais nada, dispor de instrumentos de política econômica capazes de regular o comportamento locacional da indústria. Contudo, este setor não forma um todo homogêneo e, na prática, os vários gêneros de indústria baseiam suas decisões em fatores locacionais os mais diferenciados.

O objetivo do presente trabalho é identificar e testar, empiricamente, os principais fatores locacionais na indústria de transformação,

* O autor agradece os comentários de Cláudio R. Contador, Wilson Suzigan, Annibal V. Villela e a assistência de Leila M. Matzenbacher na fase de computação e análise crítica dos dados.

procurando associá-los às atuais características do sistema de cidades brasileiras. Dentre estes fatores foram selecionados, como mais importante, os seguintes: tamanho urbano, acessibilidade ao mercado, interdependência industrial e tipo de região.

Convém resaltar que o principal interesse deste estudo reside no fato de que a unidade básica de observação é a cidade ou, em outras palavras, as equações de produtividade média foram estimadas com base em uma *cross-section* para 1969, individualizada por gênero industrial e por centro urbano (1). Infelizmente não foi possível dispor de uma desagregação industrial maior que dois dígitos.

As seções que se seguem começam com uma breve discussão teórica do modelo da função de produção, procurando destacar o papel das economias de aglomeração como fator de mudanças tecnológicas neutras. A terceira seção faz uma análise crítica das informações estatísticas e a quarta apresenta e interpreta os resultados das estimações econométricas. Finalmente a quinta seção resume as principais conclusões do estudo e procura indicar futuras linhas de pesquisa.

2. Formulação teórica: A função de produção

Suponhamos inicialmente que a função de produção de uma determinada indústria tenha a forma genérica,

$$V = f(K, L) \quad (1)$$

onde V representa o valor adicionado gerado pela indústria em um certo período de tempo, geralmente um ano; K é o estoque de capital e L o volume de mão-de-obra empregada na obtenção de V . Supõe-se, ainda, que a função de produção satisfaça às condições neoclássicas usuais, isto é, produtos marginais positivos e decrescentes. Admite-se, também, que a taxa marginal de substituição entre K e L dependa apenas da relação K/L ou, em outras palavras, que a curvatura da isoquanta independe da escala de produção, V (2).

A grande maioria dos estudos empíricos sobre funções de produção adota formas onde as elasticidades (de escala e de substituição) são supostas como constantes. Se o objetivo é verificar as possibilidades da substituição entre insumos, emprega-se a função CES, escrita como:

$$V = A \{ \delta K^{-\rho} + (1 - \delta) L^{-\rho} \}^{-1/\rho} \quad (2)$$

ou dividindo por L , obtém-se a seguinte expressão para a produtividade média da mão-de-obra,

$$V/L = A L^{(v-1)} \{ (1 - \delta) + \delta (K/L)^{-\rho} \}^{-1/\rho} \quad (3)$$

onde A é o parâmetro de eficiência técnica. Uma variação de A altera a produtividade média sem afetar a taxa marginal de substituição entre o capital e a mão-de-obra, e representa, pois, uma mudança tecnológica neutra. Da mesma forma, qualquer alteração no grau de homogeneidade ou elasticidade da escala v resulta numa mudança tecnológica neutra. Quando $v = 1$ a função de produção apresenta rendimentos constantes de escala, quando $v \neq 1$, os rendimentos são variáveis. Finalmente,

δ é o parâmetro distributivo e σ é a elasticidade de substituição definida como

$$\sigma = \frac{d \log (K/L)}{d \log (f_L + f_K)} = \frac{1}{1 + \varrho} \quad (4)$$

A elasticidade de substituição mede o grau de curvatura da isoquanta ou, em outras palavras, a facilidade de substituição entre capital e trabalho.

A estimação empírica dos parâmetros da equação 3 é complexa e emprega métodos não lineares (3). Como alternativa mais simples, as elasticidades de escala e de substituição podem ser estimadas diretamente a partir da equação da demanda por mão-de-obra. Admitindo a existência de um mercado competitivo, onde os empresários maximizam seus lucros, a condição da eficiência econômica no mercado de trabalho é escrita como:

$$f_L = w \quad (5)$$

ou seja, que a produtividade marginal deve igualar a taxa de salário real (w).

Derivando a CES com relação a L , substituindo em 5 e tomando os logaritmos de ambos os membros, obtém-se:

$$\log (V/L) = a + b \log w + c \log L \quad (6)$$

onde $b = v/(v + \varrho)$ e $c = -\varrho (1 - v) / (v + \varrho)$. Por sua vez, a elasticidade de substituição é calculada pela relação

$$\sigma = b/(1 + c).$$

No caso especial de rendimentos constantes de escala ($v = 1$), resulta que $c = 0$ e $b = \sigma$, donde a equação (6) toma a forma:

$$\log (V/L) = a + \sigma \log w \quad (7)$$

O grau de homogeneidade da CES pode ser testado através da equação 6. No caso de um valor para c significantemente diferente de zero, há evidência de rendimentos variáveis de escala. O valor da elasticidade de escala pode então ser calculado a partir da relação

$$v = 1 + c/(1 + b)$$

porém, a qualidade dessa estimativa depende fundamentalmente do desvio de b em relação a unidade (4). Quando v é igual a um, a equação 7 permite uma estimativa mais precisa da elasticidade de substituição, uma vez que σ aparece nessa equação com um parâmetro de primeira ordem.

Quando $\sigma = 1$, a função de produção pode ser especificada na forma mais simples de uma função Cobb-Douglas (CD) (5). A CD é, assim, um caso especial da CES, e pode ser escrita como:

$$V = A K^\alpha L^\beta \quad (8)$$

onde as variáveis são interpretadas como anteriormente, e os parâmetros α e β são respectivamente as elasticidades do produto em relação ao capital e à mão-de-obra. Nesse caso, a elasticidade de escala ou grau de homogeneidade da função é calculado pela soma desses dois parâmetros. Analogamente à função anterior, A representa o parâmetro de eficiência técnica e progresso tecnológico neutro.

A função de produção CD para um estabelecimento típico ou representativo da indústria poderia, então, ser escrita como:

$$V/E = A (K/E)^\alpha (L/E)^\beta$$

onde E representa o número de estabelecimentos na indústria. Dividindo ambos os membros da equação por L/E resulta que,

$$V/L = A (KL)^\alpha (L/E)^{(\alpha + \beta - 1)} \quad (9)$$

Embora seja indiferente estimar os parâmetros da CD pela equação 8 ou 9, esta última apresenta a vantagem de introduzir explicitamente a variável tamanho médio dos estabelecimentos (L/E), o que permite, conforme veremos na seção 3, corrigir algumas distorções da amostra. Além disso, a elasticidade da produtividade média em relação ao tamanho médio dos estabelecimentos indica diretamente em que medida a indústria se afasta de um modelo com rendimentos constantes de escala.

2.1. As economias de aglomeração como fator determinante de mudanças tecnológicas neutras

A decisão de uma firma localizar-se em um determinado centro urbano depende, de um lado, dos preços dos insumos e serviços de infraestrutura e, de outro, das economias de aglomeração obtidas nesse centro. Agindo racionalmente, a firma compara, para cada tipo de cidade, os custos da infra-estrutura com as vantagens derivadas das economias de aglomeração, escolhendo finalmente aquele tamanho urbano que lhe maximize os lucros. Quanto maiores as economias de aglomeração, mantido constante o nível dos lucros, quanto mais a firma estará disposta a pagar um preço mais alto pelos serviços de infra-estrutura.

De maneira geral, os custos da infra-estrutura são positivamente correlacionados com o tamanho da cidade (6). A composição da demanda e a qualidade desses serviços variam com a estrutura e dimensão da cidade. Ademais, é plausível admitir que os preços que as firmas estarão dispostas a pagar crescem a taxa decrescentes com o tamanho urbano, ou podem mesmo apresentar um máximo, denotando a presença de deseconomias líquidas de aglomeração, após certo tamanho crítico. É com base nessas duas curvas, de custos da infra-estrutura (oferta) e de preços que os empresários estarão dispostos a pagar (demanda), que o tamanho urbano ótimo, do ponto de vista da firma, será determinado (7).

É evidente que a prática é bem mais complexa do que a discussão acima deixa antever. Considerações quanto ao número de firmas competidoras, interdependência industrial e indivisibilidades tornam difícil a generalização do modelo. A localização industrial nos grandes centros significa a proximidade de intermediários financeiros e serviços especializados de reparo e manutenção de equipamentos, a disponibilidade da mão-de-obra qualificada e serviços de infra-estrutura em nível adequa-

do, o acesso às inovações tecnológicas, novos métodos de organização e informações sobre o mercado, bem como a proximidade dos fornecedores de insumos (e conseqüentemente a redução dos estoques médios de peças e componentes) e consumidores intermediários e finais. Pelo lado negativo, podem ocorrer deseconomias de aglomeração devido ao congestionamento de tráfego, altos salários, elevação do custo de vida, preços da terra crescentes, poluição ambiental, etc.

Em qualquer situação, contudo, as economias de aglomeração sobressaem como um fator extremamente importante para explicar as decisões locacionais da indústria e, como conseqüência, os diferenciais da produtividade industrial entre cidades.

De um ponto de vista empírico, é difícil distinguir os efeitos dos diferentes tipos de economias de aglomeração. As economias de urbanização, por exemplo, são suficientemente gerais e abrangentes para incluir vários dos efeitos comumente associados com as economias de localização. Nessas condições, a multicolinearidade entre as variáveis independentes causa o aparecimento de grandes desvios-padrões para as estimativas dos parâmetros (de eficiência técnica) da função de produção.

Intuitivamente, a presença das economias de aglomeração conduz a mudanças tecnológicas não-neutras, isto é, afeta a taxa marginal de substituição entre capital e trabalho.

Nesse caso, a função de produção poderia ser escrita genericamente como:

$$V = F(K, L, S) \text{ e } F_{K/L,S} \neq 0$$

onde S denota um efeito de escala devido às economias de aglomeração. Na prática, devido às dificuldades de estimação econométrica, supõe-se que o efeito de escala seja do tipo neutro (8), isto é, que,

$$V = A(S) \quad g(K, L) \text{ e } g_{K/L,S} = 0 \quad (10)$$

onde A(S) é o parâmetro (ou função) de eficiência técnica.

Finalmente, é conveniente ressaltar que nem sempre é possível distinguir com clareza os efeitos das economias de aglomeração de outros efeitos (9), tais como as diferenças na qualidade de mão-de-obra, que não dependem exclusivamente da escala de operação da indústria ou do centro urbano. Esse é o caso, por exemplo, das características demográficas da força de trabalho (idade, sexo) e, de certo modo, da educação (genérica). O mesmo ocorre, em menor grau, com outros fatores da produção, tal como a capacidade empresarial que depende de fatores históricos (tradição industrial) e culturais (aversão ao risco).

3. Dados e definição das variáveis

As equações da demanda de mão-de-obra e a função da produção foram estimadas para o total da Indústria de Transformação e para cada um dos 21 gêneros (2 dígitos) daquela indústria em 99 cidades com população urbana igual ou superior a 50 mil habitantes em 1970. Teríamos, assim, um total de 22 equações de demanda de mão-de-obra e 22 funções de produção, estimadas com base em um máximo de 99 observações. Note-se, entretanto, que, com exceção do total da indústria de transformação, nenhum dos 21 gêneros industriais encontrava-se presente em todos os centros urbanos da amostra.

Os dados industriais foram obtidos a partir de tabulações especiais da Produção Industrial (10) em 1969 para os 99 centros urbanos selecionados, cinco dos quais constituem áreas metropolitanas (11). As variáveis básicas obtidas nessas tabulações, onde i é o setor ou gênero industrial e h a cidade, são as seguintes:

VTI_{ih} = valor da Transformação Industrial em 1969 (Cr\$ 1.000).
 PO_{ih} = pessoal ocupado em 31 de dezembro de 1969 (número de pessoas).
 FS_{ih} = folha anual de salários (Cr\$ 1.000).
 C_{ih} = consumo industrial de energia elétrica (Cr\$ 1.000).
 NE_{ih} = número de estabelecimentos.

Com base nessas informações pode-se definir as variáveis utilizadas nas equações 6 e 10 como:

produtividade média (V/L) = VTI_{ih}/PO_{ih}
 taxa de salário (W) = FS_{ih}/PO_{ih}
 relação capital/mão-de-obra K/L = CI_{ih}/PO_{ih}
 tamanho médio dos estabelecimentos (L/E) = PO_{ih}/NE_{ih}
 quantidade de mão-de-obra empregada (L) = PO_{ih}

Cabem aqui alguns comentários acerca da definição dessas variáveis. De um lado, o VTI é um substituto imperfeito para o valor adicionado na indústria, uma vez que compreende despesas tais como propaganda, publicidade, etc., não incluídas na definição do valor adicionado. De outro, não se dispõe de informações sobre o número de horas trabalhadas, sem dúvida uma medida mais representativa do insumo de trabalho na função de produção, que o número de pessoas ocupadas (12). Tanto o VTI como a folha de salários são expressos em termos anuais, de modo que a unidade de medida da produtividade e da taxa de salários é em Cr\$ 1.000 por ano.

A relação capital/mão-de-obra é uma variável fundamental na função de produção. Na ausência de informações sobre o estoque de capital ou mesmo sobre a força motriz instalada, decidiu-se utilizar o consumo de energia elétrica para fins industriais como uma *proxy* para o capital. Esse procedimento tem a vantagem de utilizar um insumo (eletricidade) homogêneo, não-estocável, e de qualidade invariante e, por isso, não apresenta problemas de mensuração e agregação (13). O consumo de energia elétrica é, dessa forma, diretamente associado com a utilização efetiva do estoque de capital, e não como a capacidade instalada. Alternativamente, foi também testada uma medida do excedente, definido como $(VTI-FS)/PO$, como segunda *proxy* para a relação capital/mão-de-obra.

A amostra do IBGE/DEICOM discrimina contra os pequenos estabelecimentos (14), por essa razão o tamanho médio dos estabelecimentos foi calculado apenas para aquelas unidades de tamanho igual ou maior a 20 pessoas ocupadas, introduzindo assim um viés para cima na variável L/E (15).

Em conseqüência, os resultados das equações ajustadas passam a ser especialmente válidos para aquele estrato de tamanho.

Finalmente, é preciso definir as variáveis que compõem a função $A(S)$. Conforme vimos na seção anterior, as economias de aglomerações exercem influência sobre a produtividade média através de quatro variáveis: o tamanho da cidade, a acessibilidade ao mercado nacional, a estrutura de produção da cidade e a região onde se encontra localizada a indústria.

Na ausência de uma medida que melhor represente o tamanho da cidade, utilizou-se a população urbana de cada centro segundo o Censo Demográfico de 1970. Para representar a acessibilidade ao mercado nacional foram testadas duas variáveis alternativas. A primeira mede o potencial de cada centro urbano na amostra, com relação a todas as cidades brasileiras com população igual ou superior a 20 mil habitantes. A segunda variável mede a distância até a área metropolitana mais próxima, ponderada pelo tipo de via de acesso. Embora utilizadas alternativamente, essas duas variáveis têm interpretações diferentes. Com efeito, o potencial representa acessibilidade ao mercado em termos nacionais, enquanto a distância tem um sentido mais regional, uma vez que se refere apenas à área metropolitana (principal mercado regional) mais próxima.

Por sua vez, o índice de potencial urbano foi calculado de duas maneiras: primeiramente, utilizou-se o potencial de renda estimado por Babarovic (16) para 78 dos 99 centros da amostra, com base na fórmula:

$$P_j = \sum_{i=1}^n \frac{S_i N_i}{d_{ij}}$$

onde P_j é o potencial do centro j , N_i é a população urbana do centro i , em 1967, obtida aplicando-se à população de 1960 as taxas de crescimento da última década, d_{ij} é a distância virtual ou ponderada pelo tipo de via de acesso (17) entre os centros i e j e, finalmente, s_i são ponderações calculadas a partir da renda familiar média em cada cidade (18).

Numa segunda versão calculou-se o potencial de população, isto é, fazendo $s_i = 1$ para todo i , e empregando-se, para isso, a população urbana segundo o Censo de 1970. Conforme veremos mais adiante, em termos econométricos os dois procedimentos conduzem a resultados muito semelhantes, tendo-se assim optado pela versão mais simples, ou seja, a do potencial de população.

Para determinar a distância à metrópole mais próxima, identificou-se primeiramente as regiões de influência de cada uma das nove áreas metropolitanas brasileiras (19), procedendo-se em seguida ao cálculo da menor distância virtual entre os centros pertencentes a uma mesma região de influência e o foco (área metropolitana) dessa região.

É fato conhecido que o desempenho de uma indústria depende da proximidade e escala dos seus fornecedores de insumos, consumidores, da existência de mão-de-obra qualificada e de outros fatores intimamente associados com o grau de diversificação da estrutura industrial da cidade. É evidente, também, que este fenômeno de interdependência industrial difere de indústria para indústria, sendo mais importante nos setores mais dinâmicos e de tecnologia mais sofisticada tais como bens intermediários e de capital. De maneira geral, o grau de diversificação ou especialização de uma cidade determina a medida de verticalização da indústria, os padrões de subcontratação e até mesmo a decisão do empresário em localizar-se num determinado centro urbano.

Com o intuito de testar o efeito da estrutura de produção da cidade sobre os diferenciais de produtividade, segundo os gêneros da indústria, inclui-se na função $A(S)$ uma medida do grau de especialização de cada centro urbano, no caso o chamado coeficiente de especialização industrial (20). Em essência, o coeficiente de especialização consiste apenas na comparação entre duas distribuições de percentagens. A primeira mostra a distribuição percentual do VTI para cada cidade da amostra,

segundo os 21 gêneros da indústria de transformação. A segunda, e que serve como base de comparação, representa a distribuição setorial média para o Brasil (21).

Dessa maneira, o coeficiente de especialização mede os desvios da estrutura industrial de um determinado centro urbano com relação ao padrão médio nacional. Na medida em que as duas distribuições sejam idênticas, o coeficiente de especialização toma o valor zero e a cidade é dita perfeitamente diversificada. No caso inverso, o coeficiente aproxima-se de 100 e a cidade é dita completamente especializada.

É certo que a qualidade do índice utilizado para representar o grau de especialização industrial depende não somente da variável empregada no seu cálculo como, por exemplo, o VTI ou a mão-de-obra, mas também da distribuição usada como base de comparação. Pode-se, por outro lado, questionar a validade ou existência de um padrão médio nacional, mesmo porque tal média tende a ser muito influenciada pelos grandes centros industrializados, como é o caso do Grande São Paulo. Além do coeficiente de especialização pode-se recorrer a outros índices supostamente menos sujeitos a imperfeições, muito embora para os objetivos do presente estudo o emprego de tais índices não deva necessariamente conduzir a melhores resultados (22).

Finalmente, foi ainda incluída na função de eficiência técnica A (S) uma variável binária (*dummy*) de modo a representar fatores residuais para a explicação dos diferenciais de produtividade industrial, dentre os quais destacam-se as diferenças regionais de capacidade empresarial. Ficou estabelecido que a variável binária (r) tomaria o valor 1 para todas as cidades da região Centro-Sul, e zero para os centros localizados nas demais regiões.

4. Os resultados empíricos

As estimativas das equações de demanda de mão-de-obra e da função de produção, obtidas pelo método dos mínimos quadrados ordinários são apresentadas nas duas próximas seções. Supõe-se que não ocorram problemas relativos à simultaneidade nas estimativas dessas equações. A subseção 4.1 concentra atenção nos valores da elasticidade de substituição, visando a determinar a forma mais adequada da função de produção face às limitações dos dados disponíveis. Na subseção seguinte discute-se, em detalhe, o papel das economias de aglomeração como fator de concentração locacional na indústria brasileira.

4.1. Substituibilidade entre a mão-de-obra e o capital

Os resultados da estimação da condição marginal da mão-de-obra na CES são apresentados no Quadro I. Essa condição foi estimada em duas etapas; primeiramente na forma da equação 7, comumente denominada de ACSM (23) e que pressupõe rendimentos constantes de escala.

Numa segunda etapa, essa hipótese foi relaxada, introduzindo-se o termo $\log L$ (equação 6), isto é, permitindo-se ao grau de homogeneidade diferir da unidade. Na forma ACSM a elasticidade de substituição (σ) é estimada diretamente como um parâmetro de primeira ordem, ou seja, é igual ao coeficiente de $\log w$. Na equação 6, entretanto, σ é calculada indiretamente através da relação $\sigma = b/(1 + c)$. Em princí-

pio, um valor de c significantemente diferente de zero indica a presença de rendimentos variáveis de escala na função de produção: este ponto, entretanto, será discutido com mais detalhes abaixo.

Com exceção de dois casos, Material Elétrico e Comunicações e Fumo, em todos os demais gêneros foi possível estimar a magnitude da elasticidade de substituição. Observa-se, pela última coluna do Quadro I, que esses valores mantêm-se muito próximos da unidade. Nos gêneros para os quais prevalece a forma ACSM testou-se a hipótese $H_0: \sigma = 1$ verificando-se que apenas em um caso, o de Couros, Peles e Produtos Similares, a hipótese nula é rejeitada significando que nesse gênero há evidência de uma elasticidade de substituição diferente de um. Nos demais casos a hipótese nula é aceita ao nível de 5 ou 10%, indicando que na maioria dos gêneros industriais não há suficiente evidência para rejeitar uma função de produção do tipo Cobb-Douglas.

A estimativa dos parâmetros da condição marginal da CES ou equação da demanda de mão-de-obra depende da qualidade das informações sobre L e da qualidade e dispersão da taxa de salário nominal e do preço do produto na amostra. Griliches e Ringstad (24) demonstraram que, quando a variável L é medida com erro, por exemplo, se L não reflete diferenças na qualidade da mão-de-obra, ou ainda quando se supõe que o preço do produto não varia entre regiões, a estimativa de σ é viesada para a unidade. Nessas condições, a utilização do número de pessoas empregadas e do salário nominal introduzem erro na especificação da equação da demanda por mão-de-obra (25).

Ao que tudo indica, entretanto, a principal causa das estimativas viesadas de σ reside na agregação dos dados industriais. Mesmo que a quatro ou três dígitos os ramos industriais possuam funções de produção do tipo Leontief ($\sigma = 0$), quando agregados ao nível do Quadro I, isto é, dois dígitos, poderão mostrar uma elasticidade de substituição igual a unidade (Cobb-Douglas). Na medida que cidades com baixos níveis salariais se especializam em ramos e sub-ramos intensivos de mão-de-obra e cidades que pagam altos salários se especializam em atividades intensivas de capital, a agregação por gênero industrial (dois dígitos) pode produzir a ilusão estatística de substituição entre capital e mão-de-obra, quando na realidade o que vem ocorrendo é a substituição entre produtos (26).

Com respeito à elasticidade de escala, observa-se pelo Quadro I que, além do total da indústria de transformação, 10 dos 21 gêneros industriais mostram evidência estatística de um grau de homogeneidade diferente da unidade.

Este grupo compreende, principalmente, as chamadas indústrias dinâmicas dentre as quais encontram-se as de Minerais Não-Metálicos, Metalurgia, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações e Materiais de Transporte. Conforme vimos anteriormente, a qualidade das estimativas da elasticidade de escala a partir da equação 6 depende dos desvios de σ em relação a unidade. Na medida que esses desvios sejam pequenos, conforme se pode ver pela última coluna do Quadro I, os valores da elasticidade de escala se tornam instáveis e pouco confiáveis. Por esta razão, optou-se pela estimação daquela elasticidade a partir da própria função de produção.

Em resumo, ao nível de agregação por gênero industrial, a evidência empírica disponível sobre a elasticidade de substituição indica que a função de produção Cobb-Douglas representa uma aproximação aceitável para fins de explicar os diferenciais de produtividade industrial entre cidades.

QUADRO I

Equação da demanda de mão-de-obra por Gênero Industrial

	Constante	Log W	Log L	R ²	S _u	G.L.	σ
Indústria de Transformação.....	0,918	1,015 (8,874)a	—0,083 (3,413)a	0,68	0,121	96	1,106
Minerais Não-Metálicos	0,281	1,153 (8,538)a	0,071 (2,324)b	0,79	0,142	74	1,076
Metalurgia	0,674	0,458 (2,227)b	0,055 (1,709)c	0,50	0,166	54	0,434
Mecânica	0,475	0,692 (4,967)a	0,074 (2,581)b	0,76	0,124	48	0,644
Material Elétrico e de Comunicações	0,907	+	0,087 (3,299)a	0,55	0,117	24	ND
Material de Transportes	0,601	0,357 (1,747)c	0,093 (2,119)b	0,66	0,164	26	0,326
Madeira	0,331	0,823 (5,557)a	0,094 (2,605)b	0,75	0,132	52	0,752
Mobiliário	0,538	0,789 (6,115)a	+	0,64	0,126	54	0,789(g)
Papel e Papelão	0,496	1,092 (5,518)a	+	0,69	0,181	33	1,092(f)
Borracha	0,479	0,937 (3,767)a	0,077 (2,414)b	0,71	0,182	24	0,870
Couros, Peles e Produtos Similares	0,686	0,568 (3,890)a	+	0,52	0,130	40	0,568
Química	0,880	0,768 (4,299)a	—	0,48	0,261	63	0,768(g)
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	0,765	0,837 (4,251)a	+	0,72	0,178	17	0,837(g)
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	0,883	0,754 (3,157)a	+	0,56	0,206	22	0,754(g)
Produtos de Materiais Plásticos	0,483	1,172 (5,574)a	+	0,75	0,196	23	1,172(g)
Têxtil	0,965	0,882 (6,114)a	—0,104 (2,723)a	0,61	0,225	66	0,984
Vestuário, Calçados e Artefato de Tecidos	0,629	0,717 (4,352)a	+	0,52	0,153	51	0,717(f)
Produtos Alimentares	0,649	1,197 (8,904)a	—	0,68	0,179	91	1,197(g)
Bebidas	0,435	0,830 (3,991)a	0,109 (2,563)b	0,73	0,144	45	0,748
Fumo	0,001	+	0,550 (6,877)a	0,89	0,187	12	ND
Editorial e Gráfica	0,448	0,901 (9,241)a	+	0,77	0,110	58	0,901(g)
Diversos	0,456	1,096 (6,325)a	+	0,78	0,135	26	1,096(g)

OBS.: Significativamente diferente de zero a a=1%, b=5%, c=10%. Nos casos onde a variável é não-significativa aparece na cela apenas o sinal do respectivo parâmetro. R²=coeficiente de determinação múltipla. S_u=erro padrão da estimativa. GL = graus de liberdade, σ = estimativa da elasticidade de substituição. Elasticidade de substituição não-significativamente diferente da unidade a f = 5%, g = 10%. O gênero de Couros, Peles e Similares é o único onde a hipótese H₀ : σ = 1 é rejeitada a um nível de significância igual ou superior a 1%.

4.2. Fatores explicativos dos diferenciais de produtividade

Tomando-se como base a equação 10 especificada na forma Cobb-Douglas pode-se então escrever:

$$\frac{V}{L} = A(S) \frac{(K)^{\alpha}}{L} \frac{(L)^{\beta}}{E} (\alpha + \beta - 1) \quad (11)$$

onde, como antes $A(S)$ é a função da eficiência técnica, K/L é a relação capital/mão-de-obra e L/E o tamanho médio dos estabelecimentos. Dentre os parâmetros a serem estimados α é a elasticidade do produto em relação ao capital e $(\alpha + \beta - 1)$ é a elasticidade de escala. Por sua vez, admite-se que a função $A(S)$ seja especificada na forma exponencial (27), ou seja:

$$A(S) = A_0 N^{\gamma_1} M^{\gamma_2} Q^{\gamma_3} e^r \quad (12)$$

onde A_0 é uma constante, N representa o tamanho da cidade e é medido pela produção urbana, M é a medida de acessibilidade ao mercado, representada por duas variáveis alternativas, o potencial de população e a distância à área metropolitana mais próxima, Q é o coeficiente de especialização de cada centro e, finalmente, r denota a variável binária regional. Substituindo 12 em 11 e tomando-se os logaritmos de ambos os membros, obtém-se a função de produção a ser estimada econometricamente,

$$\log \frac{V}{L} = \text{constante} + \alpha \log \frac{K}{L} + (\alpha + \beta - 1)$$

$$\log \frac{L}{E} + \gamma_1 \log N + \gamma_2 \log M + \gamma_3 \log Q + r + u$$

onde u é o erro aleatório da equação estimada. Os parâmetros γ_1 , γ_2 e γ_3 medem respectivamente as elasticidades da produtividade média em cada gênero industrial com respeito ao tamanho urbano, acessibilidade e grau de especialização industrial da cidade.

Medidos pelos coeficientes de determinação e pelos erros padrões das estimativas, os ajustamentos podem ser considerados bons face à precariedade dos dados, especialmente da relação capital/mão-de-obra (28). De maneira geral, os sinais dos parâmetros comportam-se de acordo com o indicado pela teoria. Os sinais das elasticidades do produto em relação ao capital são consistentemente não-negativos e com valores muito próximos daqueles encontrados em outros estudos, para o caso brasileiro (29). De acordo com os coeficientes beta a relação capital/mão-de-obra e o tamanho médio dos estabelecimentos destacam-se como as variáveis que mais contribuem para explicar o comportamento da produtividade média, embora em certos casos, como o de algumas indústrias dinâmicas, o fator mercado (N , M) mostra-se igualmente importante.

Com exceção da indústria têxtil, todos os demais gêneros industriais mostram evidência estatística de economias de escala (30), muito embora os valores obtidos para o coeficiente de $\log(L/E)$ indiquem que essas economias são pouco pronunciadas na maioria dos gêneros. Tal resultado já era esperado, uma vez que se refere a uma distribuição de tamanhos truncada para estabelecimentos com 20 ou mais pessoas ocupadas (31). Note-se, ainda, que mesmo nos casos onde o coeficiente é não-significativo, o seu sinal mostra-se sistematicamente positivo, fa-

tos estes que sugerem a ocorrência generalizada de economias de escala na grande maioria dos gêneros industriais. Ademais, a comparação entre os resultados dos Quadros I e II mostram que, em geral, quando o coeficiente de log L é significativo na forma ACSM o coeficiente de log (L/E) também o é na função de produção, reforçando a evidência de rendimentos variáveis (32).

Conforme seria de se esperar, o tamanho urbano afeta positivamente a variável dependente. Pelo Quadro II verifica-se que esse efeito tem particular importância nas indústrias dinâmicas, tais como a Mecânica, Material de Transporte, Papel e Papelão, Química e Produtos de Materiais Plásticos. Nesses gêneros, o tamanho do mercado local, a proximidade dos fornecedores de insumos e o acesso a um amplo mercado de mão-de-obra qualificada são elementos cruciais para a decisão do empresário quanto à localização da indústria. Em resumo, a variável população ou tamanho urbano estaria representando dois efeitos distintos: de um lado, o tamanho do mercado local e, de outro, as condições do mercado para os fatores de produção, em especial, mão-de-obra e terra. Condições favoráveis em termos de salários e disponibilidade de trabalho com a requerida qualificação exercem um efeito de atração sobre aquelas indústrias, enquanto altos custos e escassez da terra para uso industrial atuam como força de repulsão (33).

Em virtude de sua interpretação como medida da demanda local, a população urbana apresenta um alto grau de multicolinearidade com as demais variáveis de mercado, ou seja, com o potencial de população ($R = 0,81$) e com a distância ($R = -0,68$). Nessas condições, torna-se muito difícil distinguir os efeitos isolados de cada uma dessas variáveis sobre a produtividade média (34). Por outro lado, o tamanho urbano tende a ser positivamente correlacionado com a diversificação da estrutura industrial da cidade (35), muito embora, na presente amostra de cidades, esta relação não chegue a ter muita importância.

Quando tomadas em conjunto, as variáveis população e potencial mostram que o efeito de mercado (local e nacional) é importante para praticamente todas as chamadas indústrias dinâmicas. Por sua vez, a variável distância é estatisticamente superior ao potencial em apenas três gêneros do tipo tradicional. Para o Mobiliário e Editorial e Gráfica o sinal negativo do parâmetro indica que a produtividade média cai à medida que essas indústrias se afastam dos principais mercados regionais (áreas metropolitanas). Para o Fumo, onde o sinal é positivo, ocorre o fenômeno inverso, indicando talvez uma orientação para as fontes de matéria-prima. Ainda que consideremos apenas os sinais da variável distância, é difícil delinear alguma regularidade no comportamento dos diferentes gêneros industriais. Não obstante, pode-se afirmar, a partir da análise conjunta de N e M (potencial e distância), que a maior eficiência econômica da indústria brasileira tende a favorecer a concentração locacional nos grandes centros metropolitanos.

Com referência aos efeitos da diversificação industrial (36), os resultados do Quadro II mostram claramente a preferência da Indústria Mecânica pelos grandes centros urbanos com estrutura diversificada, enquanto que os gêneros de Vestuário, Calçados, Artefatos de Tecidos e Produtos Alimentares procuram cidades mais especializadas. Os sinais de Q revelam, ainda, que a maioria das indústrias dinâmicas segue o comportamento da Mecânica, muito embora no grupo dos tradicionais as preferências sejam menos definidas. Finalmente, a significância estatística da variável binária em 13 das 22 equações vem confirmar a importância das variações regionais na capacidade empresarial e gerencial, e na qualidade dos fatores da produção para explicar os diferenciais de produtividade industrial entre cidades.

QUADRO II

Estimativas da Função de Produção por Gênero Industrial

	Cons- tante	Log (K/L)	Log (L/E)	Log N	Log Pot.	Log Dist.	Log Q	r	R ₂	Sμ	GL
Indústria de Trans- formação	1,023	(0,442) 0,327 (5,012)a (0,206)	(0,132) 0,073 (1,614)d (0,324)	+	+	—	+	(0,243) 0,093 (2,704)a	0,63	0,130	95
Minerais Não-Metá- licos	0,403	0,313 (6,773)a	0,230 (3,681)a (0,434)	+	0,096 (2,342)b (0,198)	—	+	+	0,78	0,138	59
Metalurgia	0,424	+	0,168 (3,094)a	+	0,075 (1,414)d	—	+	(0,149) 0,074 (1,117)d	0,55	0,152	39
Mecânica	0,358	(0,246) 0,251 (2,444)b (0,272)	(0,282) 0,141 (2,578)b (0,346)	(0,373) 0,140 (3,315)a	+	—	(—0,197) —0,329 (1,821)c	(0,455) 0,263 (4,089)a	0,70	0,139	48
Material Elétrico e de Comunicações	0,691	0,172 (1,562)d (0,512)	0,120 (1,965)c (0,537)	+	0,094 (1,973)c	—	—	+	0,72	0,106	18
Material de Trans- portes	0,356	0,401 (3,537)a (0,433)	0,432 (3,385)a (0,227)	0,143 (2,644)b (0,280)	+	—	—	0,174 (1,742)c (0,218)	0,69	0,163	25
Madeira	0,187	0,363 (3,824)a	0,161 (2,044)b	0,111 (2,531)b	+	—	—	0,100 (1,943)c (0,312)	0,62	0,159	50
Mobiliário	0,891	+	+	+	+	(—0,432) —0,07 (3,689)a	+	0,127 (2,667)b (0,417)	0,52	0,142	53
Papel e Papelão	—0,469	+	(0,483) 0,371 (3,375)a (0,424)	(0,220) 0,096 (1,503)d	+	—	+	0,254 (2,830)b	0,61	0,205	31
Borracha	0,417	0,251 (2,003)c (0,250)	0,293 (2,701)b (0,320)	+	0,093 (1,124)d	+	—	+	0,74	0,184	20
Couros, Peles e Pro- dutos Similares	0,785	0,191 (1,614)d (0,417)	0,134 (2,066)b (0,174)	+	+	+	—	+	0,35	0,144	39
Química	0,641	0,308 (3,147)a	0,156 (1,293)d (0,595)	(0,295) (2,202)b	+	+	—	+	0,46	0,290	48
Produtos Farmacêu- ticos e Medicinais	0,508	+	0,372 (3,524)a	+	+	—	+	(0,348) 0,187 (2,060)c	0,79	0,148	15
Produtos de Perfu- maria, Sabões e Velas	0,869	0,236 (2,001)c (0,425)	+	+	0,161 (2,109)b	+	+	+	0,58	0,210	19
Produtos de Mate- riais Plásticos	0,015	0,431 (3,289)a (0,465)	0,176 (1,881)c (—0,386)	0,131 (2,419)b	+	—	—	0,234 (3,207)a (0,226)	0,86	0,138	17
Têxtil	1,657	0,371 (4,407)a (0,165)	—0,236 (3,610)a (0,518)	+	+	—	—	0,137 (2,103)b (0,146)	0,66	0,221	52
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tec- idos	0,200	0,116 (1,370)d (0,559)	0,239 (4,288)a (0,205)	+	+	—	0,231 (1,282)d (0,208)	+	0,60	0,146	49
Produtos Alimenta- res	0,208	0,489 (5,637)a (0,148)	0,155 (2,337)b (0,579)	+	+	—	0,471 (2,563)b	0,098 (1,192)c (0,153)	0,74	0,159	69
Bebidas	0,555	0,103 (1,125)d	0,310 (4,495)a (1,124)	+	+	—	—	0,075 (1,261)d	0,71	0,149	37
Fumo	—0,743	+	0,874 (5,570)a (0,265)	+	+	(0,396) 0,113 (1,736)d (—0,207)	—	+	0,86	0,162	11
Editorial e Gráfica	0,875	0,326 (3,832)a (0,421)	0,188 (2,386)b	—	+	(—0,036) (1,907)c	—	(0,308) 0,124 (3,066)a	0,71	0,125	55
Diversos	1,275	0,330 (2,371)b	+	+	+	+	—	+	0,42	0,195	26

OBS.: Significativamente diferente de zero a a = 1%, b = 5%, c = 10%, d = 15%. Nos casos onde a variável é não-significativa aparece na cela apenas o sinal do respectivo parâmetro. R₂ = coeficiente de determinação múltipla, Sμ = erro padrão da estimativa. GL = graus de liberdade. Os números entre parênteses abaixo dos parâmetros são os valores delta e os acima, os valores do coeficiente beta, sendo este último definido multiplicando-se o valor do parâmetro pela relação do desvio-padrão da variável independente sobre o desvio-padrão da variável correspondente.

5. Considerações finais

O emprego da função de produção como um modelo para medir empiricamente os padrões de eficiência da indústria tem sido recentemente alvo de duras críticas. Ademais, convém lembrar que a própria noção de eficiência possui diferentes interpretações. Na equação da demanda de mão-de-obra, a combinação ótima dos fatores de produção é escolhida de modo a maximizar os lucros da firma, ou seja, igualando a taxa de salários ao valor da produtividade marginal do trabalho. A equação da demanda de mão-de-obra refere-se, portanto, à eficiência de preços. Por sua vez, quando se diz que a função de produção indica o máximo do produto que é possível obter com determinadas quantidades dos fatores, estamos nos referindo à eficiência técnica (37).

Do ponto de vista do presente estudo, e ciente das limitações impostas pelas suas hipóteses neoclássicas, a função de produção foi tomada como ponto de partida para especificar uma relação de comportamento mais geral que permitisse associar o desempenho da indústria, medido pela produtividade média, com características das cidades, tais como o tamanho urbano, acessibilidade e localização regional. Ou, em outras palavras, procurando associar os níveis de produtividade com a ocorrência de economia de aglomeração.

Dos experimentos com a equação de demanda de mão-de-obra ficou evidente que o gênero industrial (dois dígitos) é considerado como demasiadamente agregado quando se pretende identificar os fatores que condicionam os padrões de localização da indústria. Por outro lado, a solução desse problema não seria conseguida apenas pela maior desagregação setorial. Em termos ideais, deveríamos proceder segundo duas etapas. Na primeira, e partindo de um alto grau de detalhe, os ramos e sub-ramos industriais seriam reunidos em grupamentos (*clusters*) que apresentassem comportamento locacional o mais semelhante possível (38). Uma vez definidos tais grupamentos partir-se-ia, então, para a segunda etapa, onde seriam identificados os fatores determinantes dos diferenciais de produtividade.

Os resultados econométricos com a função de produção mostraram que, além da relação capital/mão-de-obra e do tamanho médio dos estabelecimentos, outras variáveis tais como o tamanho da cidade, acessibilidade ao mercado e tipo de região são importantes para explicar o desempenho da indústria. A importância da variável binária, isto é, tipo de região, implica dizer que, para a análise da urbanização brasileira, não é suficiente apenas estratificar as cidades segundo o seu tamanho, sendo também imprescindível considerar a sua localização regional (39).

Para concluir, deve-se ressaltar que, além das limitações de natureza teórica, a especificação da função de produção foi também condicionada pela disponibilidade de informações estatísticas. Assim, uma série de fatores sabidamente relevantes para as decisões locais não foram considerados. Tomando o fator mercado como exemplo, seria conveniente distinguir entre os efeitos de proximidade dos fornecedores de insumos e de acessibilidade aos consumidores (intermediários e finais) do produto. Na função de produção ambos os efeitos ficaram embutidos na variável *M* (potencial e distância). Por sua vez, outros fatores tais como amenidades, clima e formação histórica da cidade simplesmente não foram considerados.

NOTAS

- (1) Em geral os estudos para o caso brasileiro utilizam informações a nível estadual, ver por exemplo C. A. Rocca "Productivity in Brazilian Manufacturing" em J. Bergsman *Brazil: Industrialization and Trade Policies* (London: Oxford University Press, 1970) e D. Garcia Munhoz *Diferenças Inter-regionais na Eficiência Industrial* (Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Textos para Discussão n.º 4, novembro 1972, mimeo.).
- (2) Tal função de produção é dita homotética.
- (3) É possível, contudo, obter uma aproximação linear da equação 3. Para isto, o termo não-linear é expandido numa série de Taylor para $\epsilon = 0$, desprezando-se os termos maiores que segunda ordem. Este método é devido a J. Kmenta "On the Estimation of the CES Production Function" *International Economic Review* (Vol. 8, 1967), pp. 180-189.
- (4) Griliches e Ringstad argumentam que raramente o valor de b se afasta muito da unidade, o que conduz a estimativas pouco confiáveis de v , ver Z. Griliches, V. Ringstad *Economics of Scale and the Form of the Production Function* (Amsterdam, North-Holland Publishing, Co., 1971), p. 12.
- (5) Ver B. Brown, *On the Theory and Measurement of Technological Change* (Cambridge, Cambridge University Press, 1966).
- (6) Ver H. C. Tolosa, "Macroeconomia da Urbanização Brasileira" *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Vol. 3, n.º 3, 1973).
- (7) Para uma discussão completa desse modelo ver E. Von Boventer "Optimal Spatial Structure and Regional Development" *Kyklos* (Vol. 23, n.º 4, 1970), pp. 903-926.
- (8) Note-se que esta é uma hipótese bastante restritiva, principalmente quando se considera que as economias de aglomeração normalmente afetam os preços relativos dos fatores de produção.
- (9) Para a discussão dessas questões ver, J. T. Bridge, *Applied Econometrics* (Amsterdam, North-Holland and Publishing Co., 1971), Cap. VI, especialmente pp. 365-371.
- (10) IBGE — DEICOM *Produção Industrial 1969* (Rio de Janeiro, 1971).
- (11) Foram incluídas nessas áreas apenas as cidades mais importantes em termos de população urbana e/ou produção industrial. São as seguintes as áreas metropolitanas: Grande Porto Alegre (Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, São Leopoldo e Novo Hamburgo); Grande Belo Horizonte (Belo Horizonte e Contagem); Grande Recife (Recife, Olinda e Paulista); Grande Rio (Guanabara, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti); Grande São Paulo (São Paulo, Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul e Carapicuíba).
- (12) O número de homens-horas trabalhadas incorpora diferenças em dias trabalhados por ano, horas extras, etc. e, portanto, reflete melhor a utilização efetiva da mão-de-obra.
- (13) Em um interessante estudo para a Inglaterra, Heathfield conclui que o consumo da energia elétrica como medida de utilização de capital é útil para comparações (*cross-section*) inter-regionais de grupos de indústrias similares, ver D. F. Heathfield "The Measurement of Capital Usage using Electricity Consumption Data for the U. K. *Journal of the Royal Statistics Society*" (A, 135, 1972), especialmente pp. 208-210.
- (14) O critério da amostra do IBGE/DEICOM estabelece que para cada gênero industrial, os estabelecimentos são incluídos segundo a ordem decrescente do seu valor das vendas, até que seja atingido 90% do total das vendas em cada gênero.

- (15) Admite-se que os estabelecimentos com mais de 20 pessoas estejam integralmente representados na amostra. Dessa forma, a variável tamanho médio dos estabelecimentos passa a ser calculada através da fórmula:

$$PO_{ih} \quad (> 20 \text{ pessoas}) / NE_{ih} \quad (> 20 \text{ pessoas})$$

- (16) I. Babarovic "Polos de Desarrollo y Superación de La Marginalidad Rural" (Rio de Janeiro, mimeo, IPEA, 1967).
- (17) As distâncias virtuais foram calculadas multiplicando-se a distância mais curta em quilômetros entre dois centros por um dos seguintes pesos: 1 para via rodoviária pavimentada, 2 para vias melhoradas, 3 para estrada de terra, 1 para via ferroviária de bitola larga, 2 para bitola estreita e 4 para navegação fluvial ou de cabotagem. Essas ponderações foram estabelecidas com base na velocidade média por quilômetro e representam a maior ou menor dificuldade do percurso e, portanto, o grau de acessibilidade a um determinado centro urbano. Para maiores detalhes ver Babarovic op. cit., documento 2, Seção 3.3.
- (18) Esses pesos foram obtidos a partir de pesquisas sobre Orçamentos Familiares da Fundação Getúlio Vargas 1961/1963.
- (19) Essas regiões foram delimitadas com base no estudo do IBGE, *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* (Rio de Janeiro, 1972).
- (20) Ver W. Isard et al *Methods of Regional Analysis* (Cambridge, The MIT Press, 1960), Cap. VII, especialmente pp. 270-279.
- (21) Mais precisamente o coeficiente de especialização (Q) para cada cidade h é calculado pela fórmula:

$$Q_h = \frac{\sum_{i=1}^{21} \frac{VT_{ih}/VT_{ih} - VT_i/VT_i}{2}}{2} \times 100$$

onde o termo de comparação no numerador foi estimado a partir de uma amostra expandida para 218 cidades, a fim de ganhar representatividade, ou seja,

$$VT_i/VT_i = \sum_{h=1}^{218} VT_{ih} / \sum_{i=1}^{21} \sum_{h=1}^{218} VT_{ih}$$

- (22) Ver, por exemplo, E. C. Amemiya "Measurement of Economic Differentiation" *Journal of Regional Science* (Vol. V, Verão 1963).
- (23) Devido aos autores que desenvolveram a função CES, Arrow, Chenery Solow e Minhas, ver M. Brown op. cit.
- (24) Griliches e Ringstad op. cit. Apêndice C; ver também J. Minasian "Elasticities of Substitution and Constant-Output Demand Curves for Labor" *Journal of Political Economy* (Vol. LIX, 1961); pp. 263-264.
- (25) Essa questão poderia, em princípio, ser corrigida através de índices de qualidade tipo nível educacional. Não obstante, a experiência de alguns autores indica que o uso de tais índices normalmente não consegue corrigir de maneira satisfatória a tendenciosidade de σ . Outra causa frequente de erro na especificação da condição marginal para a mão-de-obra é a correlação entre a taxa de salários e o preço do produto. Ver P. Zarembka "On the Empirical Relevance of the CES Production Function" *Review of Economics and Statistics* (Vol. III, n.º 1, Fevereiro 1970), pp. 48-49.
- (26) O mesmo fenômeno pode ocorrer quando existe dualismo tecnológico por razões históricas, capacidade empresarial ou imperfeições do mercado. Ver F. W. Bell "The Relation of the Region, Industrial Mix and Production Function to Metropolitan Wage Levels" *Review of Economics and Statistics* (Vol. XLIX, n.º 3, agosto de 1967), especialmente p. 371. Outros autores chegaram à mesma conclusão quanto à estimativa de σ ao nível de dois dígitos. Zarembka argumenta, ainda, que o fato das estimativas de σ estarem situadas em ambos os lados da unidade, indica que

não há evidência de que amostras maiores modifiquem aquela conclusão, ver Zarembka *op. cit.* Para o caso brasileiro, ver Rocca *op. cit.* p. 231 e W. Tyler "Labor Absorption with Import Substitution Industrialization: An Examination of Elasticities of Substitution in the Brazilian Manufacturing Sector" (mimeo, s/d).

- (27) Na realidade não se dispõe de base teórica para afirmar ser este o tipo de especificação mais indicado, tendo sido adotado em virtude da facilidade de interpretação dos parâmetros como elasticidades.
- (28) A utilização do excedente como *proxy* para a relação capital/mão-de-obra eleva substancialmente os coeficientes de determinação, obtendo-se valores sistematicamente acima de 95%. Tal resultado deve-se, de um lado, ao mesmo denominador (pessoal ocupado) usado para definir a produtividade e o excedente e, de outro, ao fato da folha de salários manter, para a maioria dos gêneros industriais, uma relação aproximadamente constante com o VTI. Nessas condições, decidiu-se abandonar o excedente em favor do consumo médio de energia elétrica por pessoa ocupada, muito embora isto implique em coeficientes de determinação mais baixos. Ver K. King "O Emprego de Deflatores Inadequados e o Problema de Erro Comum nas Variáveis em Estudos Econômétricos" *Pesquisa e Planejamento* (Vol. 1, n.º 2, dezembro 1971).
- (29) Ver Rocca *op. cit.* e Tyler *op. cit.*
- (30) Na função Cobb-Douglas a rejeição da hipótese nula $H_0: \alpha + \beta - 1 = 0$ significa evidência de rendimentos variáveis de escala. Quando o parâmetro for positivo implica na existência de economias de escala.
- (31) Por outro lado, persistem ainda os já tradicionais problemas de definição e mensuração do tamanho médio de um estabelecimento, ver a esse respeito F. L. Pryor "The Size of Production Establishments in Manufacturing" *The Economic Journal* (junho 1971).
- (32) Mesmo na ausência de erros nas variáveis, o viés da elasticidade de escala, devido à especificação errada da função, pode ser importante. Maddala e Kadame mostram, por exemplo, que se a função de produção for uma CES com rendimentos constantes, e se em vez desta for ajustada uma Cobb-Douglas com rendimentos variáveis, o viés da elasticidade de escala será negligível apenas quando as variáveis L e K forem independentes e com distribuição lognormal. No caso de L e K serem independentes, porém, com distribuição uniforme, as estimativas da elasticidade de escala serão viesadas para cima, quando $\sigma < 1$ e para baixo, quando $\sigma > 1$ e esses vieses podem ser feitos arbitrariamente grandes. Ver G. S. Maddala e J. B. Kadame "Estimation of Returns to Scale and the Elasticity of Substitution" *Econometrika* (Vol. 35, n.º 3-4 julho-outubro 67), pp. 419-423.
- (33) Para uma discussão detalhada destes mecanismos ver A. W. Evans "The Pure Theory of City Size in an Industrial Economy" *Urban Studies* (fevereiro, 1972).
- (34) A multicolinearidade entre as variáveis independentes aumenta os erros padrões dos parâmetros, reduzindo a confiabilidade das estimativas.
- (35) A esse respeito ver Tolosa "Macroeconomia da Urbanização Brasileira", *op. cit.* e F. Clemente e R. B. Sturgis "Population Size and Industrial Diversification" *Urban Studies* (Vol. VIII, n.º 1, Fevereiro 1971).
- (36) Ver S. Kim "Interregional Differences in Neutral Efficiency for Manufacturing Industry: An Empirical Study" *Journal of Regional Science* (Vol. VIII, n.º 1, verão 1968) e D. Shefer "Localization Economies in SMSA'S: A Production Function Analysis" *Journal of Regional Science* (Vol. XIII, n.º 1, abril 1973).
- (37) Para uma excelente discussão dos conceitos de eficiência de preços e eficiência técnica ver B. Carlsson "The Measurement of Efficiency in Production: An Application to Swedish Manufacturing Industries 1968" *Swedish Journal of Economic* (dezembro 1972), pp. 468-485.

- (38) Alguns autores vêm experimentando a Análise Fatorial para a definição desses *clusters*; ver J. Bergsman, P. Greenston e R. Healy *A Classification of Economic Activities Based on Location Patterns* (The Urban Institute, working paper 0717-2, abril 1973) e ainda os mesmos autores *Explaining the Economic Structures of Metropolitan Areas* (The Urban Institute, working paper 200-1, dezembro 1971).
- (39) Tais resultados se por um lado vêm confirmar conclusões deste autor em trabalhos anteriores, por outro reforçam as críticas que apontavam os perigos de não se considerar a dimensão regional da distribuição brasileira de tamanhos urbanos, ver H. C. Tolosa "Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Uma Visão Econômica" *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Vol. 2, n.º 1, junho 1972) e "Macroeconomia da Urbanização Brasileira", *op. cit.*, especialmente pp. 603-611.

SUMMARY

As an economic conception the town is the result of the local decisions of the enterprises, consumers and government. It is evident that such decisions are not determined exclusively by economical considerations and factors of socio-political nature affect the economical agents in a major or minor degree, depending yet on the step of development in which the country is. In Brazil the industry plays the role of leader in the process of growth and, due to the increasing complexity and interdependence of the economy, the other segments of the society are broadly affected by the decisions taken in the industrial sector. Besides, as the government is preoccupied with objectives like territorial occupation and/or urban system reorganization, will be necessary, first of all, to dispose of economic policy tools which will be able to rule the industry location behaviour. However, this sector don't compound a homogeneous conjunct as a whole, and in practice several kind of industries have based its decisions on the most diversified location factors.

The purpose of this work is to identify and testify empirically the main location factors in the transformation industry, searching to associate to the present characteristics of the Brazilian town systems. Among these factors were selected as the most important the following: urban size; accessibility to the market; industrial interdependency; and type of region.

It is worthy to point out that the main interest of this study is in the fact that the basic unity of observation is the town or, in other words, the equations of mean productivity were estimate based on a "cross-section" to 1969, individualized by a kind of industry and by an urban center. Unfortunately it wasn't possible to dispose of an industrial disaggregation greater than two digits.

The following section began with a short theoretic discussion of the function model of production, searching to stress the role of the agglomeration economies as a factor of neutral technologic changes. The third section makes an analysis criticizing the statistical data and the fourth shows and interprets the results of the econometric estimations. Finally the fifth section summarizes the main conclusions of the study and searches to outpoint the future research lines:

a) From the view point of this study and aware of the limitations imposed by its neoclassic hypothesis, the production function was taken as a start point to specify a behavioural relation more generalized which allowed to associate the performance of the industry, measured by the average productivity, with town's characteristics such as the urban size, accessibility and regional location or, in other words, searching to associate the productivity levels with the occurrence of economies of agglomeration.

b) From the experiments with the equation of the labourer demand it is made evident that the industrial kind (two digits) is considered as excessively aggregate when one intends to identify the factors that condition the patterns of the industry location. Otherwise, the solution of this problem wouldn't be reached only by a greater sectorial disaggregation. In conceptual terms, we should proceed according two stages. In the first and starting from a high degree of detail, the industrial branches and subbranches would be assembled in "clusters" that present the most similar location behaviour possible. Once defined such clusters, one would start then to the second stage where would be identified the determinant factors of the productive differentials.

c) The econometric results with a production function have shown that besides the relation capital/labourer and the medium size of the establishments, other variants such as town size, accessibility to the market and type of region are important to explain the performance of the industry.

d) Besides, the limitation of theoretic nature, the especification of the production function was also subjected to the availability of the statistical data. Thus, a serie of factors clearly relevants to the undertaker, location decisions were inserted in aggregate variants or were simply abstracted.

RÉSUMÉ

Dans une conception économique et, suivant cet ordre d'idées, la ville es le produit des décisions prises par les entreprises, les consommateurs et le gouvernement portant sur leur choix de local. Il est évident que des décisions de cette sorte sont loin d'être mues par des considérations exclusivement économiques, et même des facteurs de nature sociale et politique affectent les agents économiques avec plus ou moins d'intensité suivant le degré de développement atteint par le pays. Au Brésil, l'industrie se trouve au poste de commandement dans la marche active de sa croissance et comme la complexité de l'économie ainsi que son interdépendance continuent toujours à s'étendre, les autres secteurs de la société sont très affectés par les décisions prises par l'industrie. D'ailleurs, dans la mesure que le gouvernement doit

s'occuper de plans du type de l'occupation territoriale et/ou la réorganisation du système urbain, plus il y aura lieu d'avoir avant tout à sa portée les instruments de politique économique permettant de régulariser la poussée de l'industrie dans le sens de la localité. Le secteur de l'industrie ne constitue pas, toutefois, un ensemble homogène et, en fait, les différentes activités de l'industrie décident sur leur choix de locaux basées sur des éléments les plus divers.

Le but de cet ouvrage est d'identifier et tester empiriquement les principaux facteurs affectant la localisation des industries manufacturières, cherchant à les associer aux caractéristiques actuelles du système des villes brésiliennes. Parmi ces facteurs, les suivants furent choisis comme étant les plus importants:

la grandeur urbaine, l'accessibilité du marché, l'interdépendance industrielle et le type de la région.

Il est nécessaire de faire remarquer que l'intérêt principal de cette étude se trouve dans le principe effectif que l'unité de base de l'observation est la ville ou, autrement dit, les équations de productivité moyenne furent estimées sur la base d'une "cross-section" pour 1969, individualisée par genre d'industrie et par centre urbain. Malheureusement il ne fut pas possible de disposer d'une désagrégation industrielle plus grande que deux digites.

Les sections qui suivent commencent par une brève discussion théorique sur le modèle de la fonction de production, cherchant à faire ressortir le rôle des économies de l'agglomération comme facteur de changements technologiques neutres. La troisième section fait une analyse critique des informations statistiques et la quatrième présente et interprète les résultats des estimations économétriques. Finalement, la cinquième section offre un sommaire des principales conclusions de l'étude et essaye d'indiquer les lignes de recherche à suivre à l'avenir.

a) Du point de vue de cette présente étude et sachant les limitations imposées par ses hypothèses néo-classiques, la fonction de production fut prise comme point de départ pour spécifier une raison de conduite plus générale permettant d'allier la performance de l'industrie mesurée par sa productivité moyenne, avec des points caractéristiques des villes, tels que la grandeur urbaine, l'accessibilité et la localisation régionale. Ou autrement dit, cherchant à associer les niveaux de productivité avec l'occurrence d'économies d'agglomération.

b) Il ressort des expériences faites avec l'équation de la demande de main-d'oeuvre que le genre industriel (deux digites) est considéré agrégé à excès quand le but est d'identifier les facteurs conditionnant les normes de localisation de l'industrie. Par ailleurs, la solution de ce problème ne se trouve pas seulement dans la plus grande désagrégation par secteur. En termes idéals, on devrait procéder en deux étapes. Dans la première étape et partant d'un haut degré de détail, les branches et les sous-branches industrielles seraient réunies en groupements ("clusters") dont le comportement du point de vue de localisation se rapprocherait le plus possible. Une fois ces groupements bien définis, on prendrait le chemin de la seconde étape où on identifierait les facteurs qui déterminent les différentielles de productivité.

c) Les résultats économétriques avec la fonction de production ont montré que, outre le rapport capital/main-d'oeuvre et la grandeur moyenne des établissements, il y a d'autres variables telles que la grandeur de la ville, accessibilité du marché et le type de la région qui sont importants pour expliquer la performance de l'industrie.

d) Au delà des limitations d'ordre théorique, la spécification de la fonction de production a aussi été conditionnée par la disponibilité d'informations statistiques. De ce fait, un nombre de facteurs notoirement importants pour les décisions prises par les chefs d'entreprises en matière de localisation, furent embités dans des variables agrégées ou furent simplement abstraits.

O biscateiro como uma categoria de trabalho: uma análise antropológica*

JANE SOUTO DE OLIVEIRA
REGINA DE PAULA SANTOS PRADO
TEREZA CRISTINA NASCIMENTO ARAUJO COSTA
LÚCIA HELENA GARCIA DE OLIVEIRA**

1. Discussão sobre o modelo adotado e justificativa sobre o método empregado

A análise antropológica do biscateiro como uma categoria de trabalho surgiu como um possível caminho de penetração no universo do assim chamado, por alguns cientistas sociais, "Mercado não formal de Trabalho".***

* Trabalho apresentado no Seminário de Sistemas de Informação para Políticas de Emprego do PREALC/IPEA/IBGE, Brasília, setembro, 1974.

** Do Grupo Projeto Indicadores Sociais, da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

*** Trata-se de uma categoria analítica utilizada por A. S. Machado em sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social, da UFRJ, Maio/1971 — *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Esta categoria corresponde a um dos dois subsistemas que integram o mercado de trabalho. Denominar-se-iam eles, por oposição, "mercado formal" (MF) e "mercado não formalizado" (MNF). "Ambos os subsistemas são altamente institucionalizados, de modo que a dicotomia formal/informal indica neste contexto, apenas, a explicitação ou não das alternativas de comportamento sob a forma de normas jurídicas". pág. 13.

Ao seguirmos a classificação de S. Machado (que nos orientou bastante, no início, e que conosco discutiu sobre a escolha "do biscateiro") estamos cientes de que ela não pode ser retificada. Toda flexibilidade deve ser guardada. "O fato de determinados traços definirem um segmento ou grupo de trabalhadores não implica necessariamente que é apenas aí que eles se manifestam". Idem, *ibidem*, pág. 110.

Ao intitularmos deste modo o universo que nos propomos melhor caracterizar, estaríamos pelo próprio fato adotando um dentre os vários modelos analíticos que pretendem dar conta da “estrutura dos mercados metropolitanos de trabalho manual”. A viabilidade deste modelo foi se configurando cada vez mais pertinente por dois fatores:

1 — Na medida em que nos familiarizávamos com os dados colhidos víamos que este modelo fornecia um ponto de partida mais condizente com a representação dos próprios informantes sobre o mundo do trabalho.

2 — De outro modo, apesar de não corresponder perfeitamente a outras classificações analíticas, o modelo assumido apresentava ainda uma utilidade: a de poder articular-se com as teorias mais gerais que abordam os problemas ligados ao fenômeno da marginalidade, subemprego, em suma, a temática mais ampla que determinou a escolha de uma categoria expressiva — o biscateiro — sem os inconvenientes de um formalismo rígido.

Não que estejamos enfraquecendo, com esta assertiva, a força explicativa de alguns desses modelos que, melhores que outros, respondem à necessidade de, simultaneamente, sistematizar os conhecimentos acumulados e interpretar o fenômeno com um lato teor de generalização. Assinalamos, por exemplo, a tese de doutorado de *Lúcio Kowarick, Marginalidade Urbana e Desenvolvimento: Aspectos Teóricos do Fenômeno na América Latina* (1972). Nela o autor procura interpretar a marginalidade como um modo específico de inserção no sistema produtivo, ou melhor, é a partir do processo de acumulação capitalista que ele a considera, revelando-lhe, então, o papel de “exército de reserva” que desempenha. Articulando todas as etapas de sua dissertação de modo a aclarar essa relação de ordem estrutural, L. KOWARICK no momento em que também necessita *visualizar* mais concretamente “os mecanismos que marcam o progresso de inserção marginal no mercado de trabalho”, do mesmo modo que *localizar* empiricamente os grupos marginais urbanos, introduz as categorias MNF (Mercado Não Formal) e MF (Mercado Formal) com o mesmo conteúdo que S. MACHADO lhes conferiu.

Nossa trajetória teria sido aproximadamente a mesma: de posse de uma parte da vasta literatura que trata da problemática da marginalidade, subemprego, em termos macroestruturais, qual a porta a escolher que nos assegurasse, de um lado, a possibilidade de continuar dialogando, num nível teórico de generalização e, do outro, nos mediatizasse o empírico? Porque para nós se impunha, enquanto Grupo (Indicadores Sociais) de uma instituição de pesquisas (IBGE), a tarefa de traçar o perfil do subemprego, ao mesmo tempo que criticar e melhorar-lhe os indicadores. O concreto humano, na sua localização (aonde ir?) e na sua expressão (a quem perguntar?) eram preocupações determinantes tanto a curto como a longo prazo. E isto é tão verdade que, por momentos, nosso esforço mais parecia uma corrida insensata atrás de um fantasma que ora se “disfarçava” ora se tornava “invisível”. Aliás, como escrever, senão humoristicamente, à pertinácia em conhecer um conjunto humano que por existir à revelia do aparato jurídico institucional não é computado por ser “invisível”? Como caracterizar de modo não residual ou negativo as ocupações que foram aprioristicamente catalogadas, por referência ao “setor moderno” da economia como forma de subemprego ou de desemprego “disfarçado” para que possamos conhecer-lhes as leis próprias de funcionamento? * Tudo contri-

* Conforme 1.ª seção deste documento.

buindo para indicar um acordo não premeditado, espécie de uma orquestração sem regente, entre o “invisível” do código jurídico oficial e o “disfarçado” do código teórico acadêmico. E o fato mesmo se esboçando num desafio: o de transmutar o paradoxo (a existência invisível) numa tarefa de desvendamento. O ponto de partida estava dado: tratava-se não só de dissolver as representações “visíveis”, apenas em nossas cabeças de pesquisadores, sobre aquela massa informe e “invisível”, mas também de preencher o vácuo de nosso conhecimento com as representações “visíveis”, porque vividas dos próprios informantes.

Esta inversão, redundando numa terapia da teoria, só seria possível se adotássemos como alternativa, a um só tempo, de coleta e interpretação de dados, o instrumental antropológico. Tal abordagem tem se mostrado frutuosa em muitos casos, mormente quando se procura corrigir através de uma taxonomia gerada pelos próprios agentes sociais a outra construída pelos teóricos do social.

Ao falarmos da taxonomia estamos nos referindo a organização interna dos *sistemas de classificação* que obedece a um modelo fornecido pela própria sociedade. Portanto, as classificações, ou as *categorias* são conceitos que traduzem as condições de existência do “agente individual” inserido numa formação social concreta. Privilegiar, pois, o *discurso* do informante, em vez dos discursos acadêmicos, significa escolher um veículo mais transparente das supracitadas condições de existência. No entanto, para tornar mais claro os motivos teóricos que determinam esta postura metodológica, é necessário introduzir o conceito de “fato social total” que encalça o nosso proceder. * O “fato social total” redundaria “numa apreensão do social em diversos níveis reunidos em torno de uma experiência concreta, isto é, não apenas uma sociedade localizada no tempo e no espaço, mas também em um indivíduo qualquer dessa sociedade... O investigador obriga-se, pois, a verificar os nexos entre a objetividade da análise histórica ou comparativa com a subjetividade da experiência vivida... O caráter singular do fato social que o torna simultaneamente *coisa* e *representação* compele o cientista a passar de uma apreensão externa, objetiva, a uma apreensão subjetiva através da qual incorpora-se a mesma realidade do ângulo em que se encontra o agente individual capaz de vivê-la em seu cotidiano”. **

Tendo sido feitas essas colocações teóricas, suportes de um método, entende-se porque a adoção de um instrumental antropológico não se reduz a uma mera introdução de técnicas diferentes que, a julgar pela sua materialização externa, subsistiriam por si mesmas. Ele só será consistente na medida em que representar um ponto de partida de um proceder analítico. Cumpre, pois, alertar que, se depositado, por desejo inadvertido de tentar caminhos novos, em mãos despreparadas ele será pouco eloquente, podendo, até mesmo, parecer uma maneira intuitiva e fluida de apreender o social. Ao contrário, o tratamento das categorias requer um aprendizado e uma manipulação rigorosa de um corpo conceitual.

* “Para compreender convenientemente um fato social é preciso apreendê-lo totalmente, ou seja, de fora como uma coisa, mas como uma coisa que faz parte integrante à apreensão subjetiva (consciente e inconsciente), que dela faríamos se vivêssemos o fato como indígena em lugar de observá-lo como etnógrafo, C. LÉVI STRAUSS, “Introduction à l’oeuvre de Marcel Mauss”, in *Sociologie et Anthropologie*. Paris, P.U.F., 1968, p. XXVIII.

** MICELI, Sérgio: in *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Editora Perspectiva, Coleção Estudos, 1974; Introdução: A força do sentido, pág. XXVIII.

São estas, também, as razões explicativas de:

- 1 — termos adotado, nas entrevistas, uma atitude de *aprendiz*, apesar de as nossas cabeças estarem abarrotadas de conceitos e “preconceitos”, moldados pela literatura existente. De fato, o antropólogo é aquele que, numa sala escura, tem a tarefa de riscar o primeiro fósforo. Quem, porém, a ilumina gradativamente são os informantes;
- 2 — termos preferido a conversa aberta, a um roteiro rígido a ser preenchido. Com isso procurávamos evitar um recorte artificial da realidade social, pré-moldado no escritório-fábrica de nossa instituição, para podermos perceber através dos indivíduos pesquisados os nexos e os agregados brotados de suas próprias condições de existência;
- 3 — de termos eleito a *história de vida* como o meio mais propício de provocar o informante a se expressar utilizando categorias próprias, ao mesmo tempo que apoio de contextualização de sua prática atual;
- 4 — de termos escolhido o *gravador* como instrumento de registro do discurso, para poder melhor perceber a articulação, o conteúdo e a manipulação das categorias nele existentes;
- 5 — de termos considerados, além do discurso registrado, observações complementares a respeito das condições de entrevista, da interação pesquisador/informante, das condições materiais de existência e de situações importantes ocorridas;
- 6 — de termos concentrado, nas mesmas pessoas, a dupla tarefa de coletar e analisar para que as percepções decorrentes de uma situação-observação semiparticipante não fossem perdidas no momento de interpretação.

2. A escolha da categoria e descrição do trabalho de campo

O que dissemos atrás sobre a natureza das categorias, enquanto conceitos do social, e sobre os nexos necessários entre uma categoria e outra, já que na representação de uma *praxis* elas não surgem isoladas, * permitiu-nos centrar a pesquisa etnográfica (que faz parte de um trabalho mais amplo destinado a analisar a categoria “subemprego”) em torno de uma única categoria de trabalho — o *biscateiro* — a que estavam associadas muitas das características comumente atribuídas ao fenômeno: irregularidade e intermitência da ocupação, ausência de vínculos contratuais-formais; baixo nível de treinamento e escolarização, baixo nível de produtividade, etc. Como revemos adiante, à medida em que avançávamos no estudo da categoria, algumas relações iam sendo postas de lado e substituídas por outras e muitas se apresentavam praticamente como sinônimas.

A maior parte das entrevistas foi feita entre moradores de favelas do Rio de Janeiro (Morro do Cerro Corá, Morro do Chico, situadas na zona sul, e Morro do Alemão, na zona norte), o que merece um esclarecimento. Tal escolha, longe de significar a representação sim-

* De fato, no decorrer do trabalho, teremos oportunidades de mostrar como a categoria “biscateiro” tangencia outras, a saber: o assalariado, o trabalhador por conta própria, o autônomo. Portanto a escolha de uma única categoria representava mais uma via de penetração que uma mera redução.

plista de um “espaço homogêneo”, foi determinada por razões de ordem prática. De um lado, se abria para nós a possibilidade de penetrar na favela através do contato pessoal que mantínhamos com alguns de seus moradores, o que representava uma condição extremamente favorável para o tipo de trabalho que pretendíamos realizar. De outro lado, as referências destas pessoas a conhecidos ou vizinhos que “faziam biscate” apontavam para uma imensa rede de possíveis informantes. Na verdade, esta rede viria a se mostrar ainda mais rica, à medida que se desvendavam os “nós” de parceria e de cooperação entre alguns biscateiros da favela e as relações de concorrência entre outros. Além disso, a prática de entrevista dentro da unidade doméstica fornecia uma série de elementos adicionais para a compreensão das condições de vida e das representações do biscateiro; assim, se a entrada de um dos membros da família conduzia à explicitação de seus papéis dentro do orçamento doméstico ou de suas aspirações individuais, a posição de destaque da televisão, na sala, a briga de vizinhos, a garrafa de uísque zelosamente guardada na cristaleira ou a imagem desbotada do coração de Jesus, também se incorporavam às entrevistas, dando margem a representações que, de outra forma, talvez permanecessem ocultas.

Numa segunda etapa, pareceu-nos importante estabelecer um ponto de inflexão na pesquisa e selecionar alguns informantes, a partir de seu local de trabalho. Com isso pretendíamos estudar algumas práticas econômicas — como a dos guardadores de carro e de certos vendedores ambulantes — onde a natureza do “ponto” parecia estar indissolúvelmente associada à prestação do serviço e à sua remuneração. Claro que isso não significa inverter a lógica que havíamos adotado anteriormente, com relação à pesquisa na favela, e identificar *a priori* certas práticas econômicas a uma forma de biscate. Em ambos os casos, o que prevaleceu foram as representações do indivíduo sobre o seu lugar no processo de trabalho. Nossa preocupação fundamental foi a de verificar em que medida se poderia classificar os “biscateiros” como um grupo social relativamente homogêneo. Na direção oposta, ou seja, para a sua heterogeneidade concorrem uma prática econômica extremamente individualista e individualizante, onde a habilidade profissional se funde com a “técnica” de relações pessoais para garantir a venda de serviços e as condições de sobrevivência; o caráter e a transversalidade das relações entre os biscateiros e sua rede de clientela; a combinação eventual ou permanente de biscate com formas de emprego regular; a multiplicidade de funções encobertas pelo biscate e a própria diferenciação interna que se estabelece entre biscateiros no desempenho de uma mesma função. Contudo, é possível perceber através dessas diferenças, os elementos que formam uma estratégia e uma ideologia comum e que decorrem, em última instância, da posição específica do biscateiro como empresário de sua produção.

O *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, que se orgulha em sua capa de mais de um milhão de exemplares vendidos, define o termo *biscate* como “trabalho de pouca monta, serviço extraordinário que dá pequenos ganhos” (1). Se atentarmos, com cuidado, para a definição veremos que ela é imprecisa em vários pontos: assim, não se especifica que *tipo* de trabalho está incluído no biscate, nem tampouco a *natureza* da relação econômica, que ali se estabelece sob a forma de uma prestação de serviços remunerada. Em detrimento de sua “interiorização”, a definição parece privilegiar os aspectos “externos” do biscate: o seu caráter “extraordinário” e a sua contrapartida em termos monetários. Neste sentido, ela está próxima de um consenso generalizado que veria o biscate como “uma atividade secundária” ou “trabalho das horas vagas” e que, curiosamente, estenderia o caráter

extraordinário do serviço ao tipo de despesa que ele permite realizar; assim, o biscate estaria associado à “cervejinha”, às “castanhas mais gordas na época do natal”. Se, por um lado, tal representação não é gratuita, corresponde, de fato, à experiência vivencial de alguns biscateiros, por outro, ela tende a omitir o grau de necessidade que pode estar implícito na prática de biscate, mesmo quando esta não corresponde à atividade principal do agente econômico.

“A situação da gente aqui é assim. Sempre a gente tá precisando de trabalho, sempre procurando, sempre correndo... Eu sou obrigado a caçar um outro meio, de procurar uma melhora.”
(empregado na construção — biscateiro)

Mais abaixo, no mesmo dicionário, se designa pela palavra *biscato*, “aquilo que as aves levam no bico para seus filhos comerem”, ou seja o resultado de uma prática, através da qual são atendidas necessidades básicas de sobrevivência. Se fizermos uma analogia e tomarmos a prática pelo resultado, o biscate passa a se apresentar sob um outro ângulo, dando conta de relações que, na definição anterior, permaneciam ocultas. Nesta nova acepção, o biscate deixa de ser uma atividade fortuita ou extraordinária para incorporar-se definitivamente à estratégia econômica de certos agentes, seja como a fonte básica de seus recursos seja como o complemento necessário para equilibrar seu orçamento doméstico.

“e continua trabalhando, trabalhando nesse troço, vendendo peixe, comprando lá na praia de Ramo. Também vendo ferro velho e vivo só de biscate. Tem vinte e quatro anos que eu vivo só de biscate”.
(biscateiro)

Embora tenhamos avançado um pouco na configuração do biscate, relativizando o caráter “extraordinário”, que lhe é atribuído pelo senso comum, estamos ainda no seu lado aparente. É necessário, pois, ir além das aparências e tentar a via da “penetração”.

Numa primeira tentativa poderíamos conceituar o biscate como uma forma específica de inserção de certos grupos no processo produtivo. (2) O que remete, de imediato, a duas ordens de consideração: trata-se de definir, por um lado, o que há de específico nessa forma de inserção e, por outro, a que grupos ela está referida.

Vimos anteriormente que a forma de inserção se dá através da prestação de serviços que, embora sejam altamente diferenciados pelo grau e pelo tipo de habilidade necessários à sua execução, trazem em comum o caráter essencialmente manual. O biscate parece marcar, assim, a própria divisão social do trabalho, na medida em que, enquanto prática e representação se distanciam das atividades ditas intelectuais.
(3)

Por outro lado, a prestação de serviços do biscateiro assume um caráter especial na medida em que ele se coloca na posição de sua própria produção e o agenciamento desta é feito de maneira informal e direta com o comprador. Nessas condições a oposição do biscate ao

quadro mais amplo de relações econômicas é dupla: em primeiro lugar, ele resulta de uma prática de *trabalho por conta própria* em oposição ao *trabalho assalariado*, típico da empresa capitalista; em segundo lugar, ele se concretiza, basicamente, através de uma forma “invisível e personalista”, (4) em contraste com as demais relações econômicas, formalmente definidas pelo aparato jurídico institucional. Avançando um pouco mais a idéia, poderíamos sugerir que a oposição a esse quadro mais amplo de relações econômicas mais do que uma característica é a própria condição de existência do biscate enquanto tal. Uma passagem no discurso de um dos informantes nos ajuda a esclarecer melhor esse ponto:

I — “Meu pai é sitiante, qué dizê: o sítio é pequeno, né? Não dava pra todo mundo que a família era grande e a gente trabalhava pra fazendeiro, às vezes fazendeiro chamava pra trabalhá na casa deles e a gente ficava trabalhando pro fazendeiro e às vezes trabalhava fora também como assim, cortação de lenha como se diz,

arando terra com boi, maquinária; trabalhei pra japonês também...”

P — Mas isso que o senhor fazia lá era *biscate*?

I — “Bem... a modo de dizê sim, porque num tinha *carteira assinada*...”

(empregado na construção civil, biscateiro)

É importante notar que a categoria biscate não aparece espontaneamente em seu discurso e, quando é sugerida na pergunta do pesquisador, o informante hesita antes de associá-la afirmativamente à sua prática anterior de trabalho. Assim sendo, tal associação, ao invés de demonstrar uma extensão do biscate a um contexto socioeconômico distinto daquele e a que está atualmente referido, parece dar conta de uma reinterpretação do *passado*, através do *presente*, na medida em que o indivíduo identifica o biscate à ausência de carteira assinada, que significativamente separa, na prática, a sua condição de emprego daquela de biscateiro.

O exemplo nos permite situar ainda as diferenças no nível de representação entre aqueles que só vivem do biscate e aqueles que o combinam com uma forma regular de emprego. Embora em ambos os casos, o sentido oposicional do biscate esteja presente, os primeiros tendem a privilegiar o aspecto jurídico da relação definindo-se como “trabalho sem documento”, “trabalho sem carteira assinada”, enquanto os segundos enfatizam o aspecto econômico “trabalho por conta própria”, trabalho sem mando”. Tais diferenças, contudo, não devem ser tomadas em sentido absoluto. Na verdade, as definições de biscate se cruzam, muitas vezes, no discurso do informante, e o que importa precisar é o esquema de representações implícito em cada uma delas. É preciso, pois, detectar, através desse discurso, em que medida a alternativa de formas distintas de inserção no mercado de trabalho — o emprego e o biscate — é passível de manipulação pelo indivíduo e como se concretiza sua escolha, quando existe. Em algumas situações, a possibilidade de ingresso no mercado formal de trabalho está totalmente fechada para ele e o biscate surge como uma única opção de engajamento.

“Inda mais agora, que tô velho num arrumo emprego em lugar nenhum mesmo. Se eu pudesse arrumá um serviço de vigia e al-

guma coisa pra mim levantá meu instituto... Aí eu levantava...

(biscateiro — vendedor na favela)

Em outras situações, o “ritual de passagem” entre as duas formas de inserção parece encaixar-se perfeitamente no cálculo econômico do indivíduo, que procura beneficiar-se das vantagens (possibilidades de maiores ganhos) do biscate, sem contudo perder a garantia de assistência social, dada pelo emprego regular. A prática de trabalho amolda-se, então, a um esquema de alternância:

“As vezes eu trabalho em companhias, sou pintor profissional e às vezes eu trabalho em biscate. Quando tá ruim, a companhia me paga muito pouco, então eu corro pro biscate *pra ganhá um pouco*

mais... Eu trabalho seis meses numa firma, trabalho um ano e tanto, qué dizê, *nunca perco o meu instituto.*”

(pintor)

Na estratégia econômica do indivíduo, o biscate surge, também, como complemento de sua atividade principal, representada pelo emprego regular. As duas citações abaixo permitem caracterizar melhor o tipo de aferição de riscos e vantagens, presente na escolha do indivíduo. Mais adiante explicitaremos o significado da autonomia para o biscateiro, a que se refere a última.

“Mas eu acho melhor a companhia, é mais segura, é. Porque biscate é assim, é como eu tô dizendo à senhora: hoje eu posso estar num bom biscate, amanhã ficar três, quatro meses à procura de outro.”

(Eurico, empregado em firma de construção civil, pedreiro)

“O problema é, em princípio, eu não quero perder meu INPS. E eu estando como biscateiro, só se eu fosse autônomo. Mas pra mim sê autônomo eu teria que tê o biscate sempre e não como me acontece, uma vez ou outra, final de semana.”

(empregado de cantina, pintor)

Do confronto entre o emprego e o biscate pode resultar a opção pelo último, muitas vezes porque a habilidade de profissional e o círculo de relações do indivíduo lhe garantem as condições necessárias para enfrentar os riscos do auto-emprego. Outras vezes a opção resulta de uma longa cadeia de desacordos com os “patrões”, através do qual o indivíduo desenvolve a tal ponto a visão crítica do regime de trabalho assalariado que acaba por incompatibilizar-se com ele.

“Trabalhar por minha conta, mas pros outros não, porque eu enriqueci muito português. Botei muito dinheiro no bolso dele e no fim... se a senhora tinha alguma encrenca com o patrão era uma questão ganha, eles iam lá pro

advogado, ofereciam um dinheiro, o advogado dava a questão como perdida, igual como aconteceu comigo.”

(biscateiro, agora fazendo faxina em casa de família)

Uma outra passagem do mesmo discurso além de dar conta da multiplicidade de ocupações encobertas sob a forma de biscate, demonstra como é difícil estabelecer a sua separação com o empregado, quando o patrão deixa de ser a firma para configurar-se no indivíduo. Na representação do informante, o emprego doméstico se diferencia assim da venda de peixes, na medida em que prove uma ocupação e um rendi-

mento constantes, mas é ainda biscate porque não traz a garantia da previdência social, tão importante no seu atual ciclo de vida.

I — “Eu já fui vendedor de peixe, já fui vendedor de laranja, de pastel. Agora tô trabalhando aí numa casa: fazê limpeza, faxina, tratá de cachorro, que ele tem uma porção de cachorro, marreco, pato que ele tem muito desses bicho... Eu tenho um problema lá; lhe disse que dentro de poucos dias assinava a carteira por causa do meu instituto. Bem, brincando, foi que fez três meses ele nem tocô mais no assunto da carteira, em assiná. Já perdi 3 meses de instituto que é o que pode me valê, porque eu já estou com 53 anos, vou fazê 54. Qual é o *lucro* que eu posso arrumá num caso desse? É o instituto, não é? Porque pra eu ganhá 10, 20 contos por dia, 30, eu *fazendo biscate*

eu ganho muito fácil, mas eu *quero ganhá pouco*, mas um pouco certo por causa do instituto.”

P — Mas o trabalho que o senhor está fazendo agora o senhor chama de biscate?

I — “Bom, é *biscate*, porque *não é* um serviço que eu tenho assim um instituto, não é, e essas coisas assim, tá compreendendo?”

P — Mas é diferente daquele outro de vender peixe?

I — “Ah muito, muito!... Porque aqui é melhor um *emprego*. E aquele que eu vendia antigamente quer dizer, era uma espécie de um, de um camêlo.”

A referência ao emprego doméstico nos remete a um outro ponto de discussão, a saber, o papel da mulher no biscate. Trata-se, pois, de investigar em que medida a posição tradicional da mulher na gerência da economia doméstica e na socialização dos filhos pode ser conciliada com uma prática de trabalho “fora de casa”. De início, existe a limitação que o exercício destas funções, aliado à falta de um preparo profissionalizante, impõe a sua condição de trabalhadora em potencial e que não diz respeito ao biscate propriamente, mas se estende às formas de inserção no mercado como um todo. Além disso, não se pode esquecer que, dentro de um certo código ético, ainda prevalece a noção de que o homem deve ser o único responsável pelo ingresso de rendimentos dentro do lar — expressa tão claramente no “mulher minha não trabalha”. O discurso de um dos informantes dá conta disso.

“(Minha mulher) trabalha, mas não sempre. Que ela é doméstica também. Nós *não temos condições* de manter, por exemplo, mulher, filhos em casa. Não tem, e aqueles que dizem que têm vivem no atraso. Porque quem vive da classe média, a sua família procura beneficiar no lar. A classe média, a esposa é professora, é funcionária, então ela procura *ajudá* o marido.

Agora na classe pobre, baixa, baixa no modo de dizer, na classe humilde, que a gente *não tem o mínimo de instrução*, a pessoa tem um pedreiro que ganha cinquenta cruzeiros por dia, aí já não quer que a patroa trabalhe e *não tem condições* pra isso.”

(biscateiro, pedreiro)

É curioso observar que o informante recorre aos padrões da classe média e à dicotomia atraso/instrução para justificar o fato de sua mulher trabalhar fora do âmbito doméstico. Por outro lado, o “nós não temos condições de manter mulher e filhos dentro de casa” parece sugerir que é a carência de recursos, mais do que o rompimento daquele código ético, que explica a entrada e a permanência da mulher na força de trabalho.

É, pois, a partir de uma situação de carência, seja porque a remuneração do chefe de família não lhe permite cobrir sozinho as despesas da unidade doméstica, seja por que, na sua ausência, a mulher se vê obrigada a prover seus meios de subsistência, que se deve entender o recurso desta ao biscate. É interessante notar que, à primeira vista, o biscate não se coadunaria com a condição da mulher à própria necessidade de uma rede de clientela e de um tipo de desembaraço no trato com as pessoas, que se desenvolvem numa prática “fora de casa”, pareceria, quase que por definição, atribuir ao biscate uma conotação masculina. Contudo, é exatamente o biscate que vai abrir, para a mulher, a possibilidade de integrar o trabalho dentro e fora de casa, transformando sua produção de valores de uso numa produção de valores de troca. Em outras palavras, a entrada da mulher na força de trabalho, através do biscate não significa uma quebra de seu papel na economia doméstica — como seria o caso do emprego numa fábrica — é antes um prolongamento deste. A arrumação da casa, o preparo de alimentos, o cuidado das roupas, hábitos integrantes de sua rotina diária se estendem, assim, para fora da economia doméstica e passam a configurar as categorias tipo de faxineira, doceira ou salgadeira, lavadeira, etc. A referência de uma das informantes ao ponto de trabalho como casa parece ilustrar, de forma diferente, o mesmo tipo de integração:

“Em Copacabana tenho meus frequentes certos, vendo acarajé. Aqui não posso vendê, por que não sai.

Essa *casa* aqui é ruim à bessa...”
(vendedora de doces com ponto na cidade)

É difícil precisar exatamente se a ocupação doméstica, prestação de serviços regular para um ou mais patrões é ou não representada pelas informantes como biscate. Vimos anteriormente (conforme depoimento de um dos biscateiros) como a demarcação entre ambos é fluida, ou melhor colocando, como a mesma posição de indivíduo pode dar margem a interpretações distintas, dependendo do parâmetro de aferição que ele utilize. Contudo, esse tipo de ambigüidade de representação parece caracterizar melhor a posição do homem em relação ao serviço doméstico. A julgar pelo discurso de uma informante diarista em três casas diferentes e, portanto, com um grau de independência dos “patrões”, a prática de trabalho doméstico, entre as mulheres, tende a ser apreendida como emprego. No mesmo sentido, apontaria o discurso de duas outras informantes, justificando o porque da venda de doces e salgados na rua:

“É, nunca me empreguei em casa de família. Sabe porque? Por que eu não gosto de sê mandada, sabe? Eu gosto de fazê por *mim* mesma.”

(Maria, vendedora de doces com ponto na cidade)

“Só trabalhei em casa de família... Mas (esse trabalho) aqui é melhor. A gente trabalha mais a vontade e sendo *por conta própria*, sei lá acho melhor...”

(vendedora de doces e salgados com ponto em Ipanema)

A representação do biscate, entre as mulheres, estaria assim mais próxima de uma prática de trabalho “sem patrão”, ainda que regular, e da prestação de pequenos serviços (faxina, lavagem de roupa, manicure) em caráter avulso ou intermitente.

As observações feitas acima já são suficientes para dar conta da diferenciação interna do biscate. Algumas vezes as práticas aí enco-

bertas resultam de um longo processo de aprendizagem e se traduzem num *fazer* que permite ao agente a visão de sua obra:

“Pode olhá! No teto tem uma lua, tem uma estrela, a lua é ouro, as estrelas é prata, toda no teto do batizado. Na parede tem um mosaico também que foi eu que fiz também, tem o Rio de Jordão com

São Pedro e batizando Jesus Cristo.”

(empregado na construção, biscateiro)

Outras vezes o biscateiro dispõe apenas da força física para se lançar no mercado: é a prática do suor:

“No cais era biscate. O trabalho lá era coisa simples. Caixa de banha, minha senhora, eram maços plásticos de um quilo. Aqueles caixotes pesava sessenta quilos. A gente, quando vinha do guindaste,

que arriava, então a pessoa que pegava do carrinho pegava três caixas. Então aquilo era cento e cinquenta quilos.”

(biscateiro — pedreiro)

Entre as duas situações, uma multiplicidade de biscates que, mais do que diferentes formas de ocupação, marcam mais trajetórias de vida. Analisando o material das entrevistas, tentamos estabelecer porque e como o indivíduo lança mão do biscate e chega eventualmente a tornar-se biscateiro. Basicamente, se poderiam identificar duas trajetórias distintas: a primeira delas implicaria num processo de aprendizado prático, mediante o qual o indivíduo se torna capaz de empreender tarefas específicas, podendo então combinar o biscate com o regime assalariado ou adotá-lo pura e simplesmente.

A outra maneira de ingressar no biscate seria a de assumi-lo como único modo possível de enfrentar os custos de subsistência, ainda que não se possua um “ofício” qualquer que mereça a consideração de profissão.

3. A trajetória do biscateiro sem profissão

Apesar de se manifestar com pesos próprios, conforme se situe nesta ou naquela etapa do ciclo de vida, esta forma de biscate destina-se inteiramente a cobrir os gastos relativos àquela parte do orçamento doméstico que surge no discurso como sendo a “despesa”, isto é, a comida e o transporte (sobretudo quando se trata de moradores da favela, onde o aluguel pode não ser importante). Se os ingressos econômicos permitem ou não cobrir totalmente “a despesa” isto não interessa agora. O importante é ressaltar o fato de que eles estão a ela adstritos. Aqui não há, portanto, lugar para gastos secundários como no caso de um pedreiro-assalariado que entrega o seu salário todo para cobrir “a despesa” da família e conserva para si (a fim de comprar roupas, ferramentas novas) o dinheiro proveniente de pequenos biscates de fim de semana.

Neste contexto é que enxertamos as atividades econômicas precocemente exercidas por crianças ou adolescentes que se ocupariam, na favela, de carregar latas d'água, de serem carregadores na feira, entregadores em farmácias ou padarias do bairro. Geralmente são essas,

também, as primeiras experiências de trabalho narradas pelos informantes nascidos no Rio.

Do mesmo modo aqui se enquadram — no caso dos migrantes que se locomovem do interior para a cidade, sem que sejam chamados por parentes para ocupar um emprego em vista — as atividades econômicas desenvolvidas durante aquele período inicial de adaptação que, por analogia, chamaríamos de “infância urbana”.

O biscate, por isso, pode corresponder, tomando como base as histórias de vida, a um período de existência do sujeito, desprovido ainda de profissão. De modo algum ele se apresenta, pois, como uma opção de perspectivas mais rentáveis, mas como a única saída, ou melhor colocando, como a única entrada. Pode mesmo continuar sendo, ao longo da vida inteira, a única forma de inserção no “mercado de trabalho”, sobretudo se somarmos ao fato da inexistência de um ofício, o fator idade que, no caso brasileiro, fecha-lhe as portas do emprego assalariado, jogando-o precocemente (geralmente depois dos 35 anos de idade) na velhice econômica.

Face a este horizonte cinzento que se torna ainda mais pesado quando o indivíduo se encontra na posição de chefe de família, cujo código de honra o obriga a “botá dentro de casa o que comê”, provendo a subsistência da mulher e filhos, é que a categoria biscate surge no discurso, a um só tempo, como um artifício por causa da “necessidade” e como uma ocupação digna, conotada de valor ético.

P — E como é que teve a idéia de fazer esse negócio de vender peixes e verduras?

I — “É a necessidade. Porque a pessoa que vive honestamente, que não tá acostumado a dar prejuízo a ninguém, que não tá acostumado a comprá fiado, não tá acostumado a roubar, ele só vive honestamente porque tudo corre fácil prá ele, pela cabeça que ele tem...

A senhora vê certa gente aí que vai rouba um conto, em casa estranha aí, mas é que ele cumpria o marginal. Olha eu já lidei com ladrão, já lidei com maconeiro, já lidei com gente viciada em tudo. Eu andei no meio de gente que era aviciadíssima a essas coisas, nunca botei a mão.”

(ex-sapateiro, biscateiro e faxineiro)

Assim a categoria “biscateiro” que para nós, num nível teórico conceitual, aponta para o fenômeno da marginalidade, na citação acima, se opõe ao indivíduo “marginal” por traduzir, num outro nível, uma forma de ocupação honesta. Entende-se porque este tipo de biscateiro, para quem o ganha-pão do amanhã se apresenta muito ameaçado e que percebe uma renda baixíssima, procure se afirmar em oposição àquela categoria, evitando, com isto, que por julgamentos externos possa ser confundido com um vagabundo ou marginal. Mas que outros, para quem o fato de residir na favela significa, sobretudo, um meio de auferir vantagens profissionais e orçamentárias (5), o biscateiro sem profissão se sente atingido, como que estigmatizado pela representação negativa de seu local de moradia:

“Todo mundo, não tem esse que more no morro que não seja suspeito. Pode ser até o Presidente da República que venha morar no morro, ele pode ser muito bom

sujeito lá fora mas ele já passa a ser suspeito.”

(ex-sapateiro, biscateiro e faxineiro)

É dentro desse quadro, ainda, que se situa o biscate interno na favela, algumas vezes, com características semelhantes às do biscate externo; outras vezes, dando conta de um esquema de reciprocidade de serviços entre os moradores (6). Basicamente, o biscate interno corresponde à venda de alimentos e bebidas, praticada de forma individual ou através de biroschas e tendinhas, e à prestação de serviços. A venda de alimentos pode ser exclusiva da favela, como no caso do peixe: o biscateiro, então, “acompanha o pessoal — o peixe é fraco e a freguesia também é fraca”. Mas pode combinar-se com o biscate externo, guardando, porém, uma especificidade própria, que se traduz no diferencial de preços e de tratamento entre os dois tipos de fregueses.

P — Ah! E como é que veio a idéia de vender na rua?

I — “Eu vendia lá perto de casa. Mas *de acordo com o pessoal* eu tinha que fazê um precinho muito camarada.”

P — Quer dizer que você vendia dentro do morro mesmo?

I — “É, e aí qué dizê, a gente não compra nada na camaradagem, então eu disse: vou vendê lá *em-baixo* que talvez dê mais lucro. Não é dizê que o pessoal não pagava direito, mas qué dizê lá eu comecei a mil cruzeiros e aqui botei a um e trinta.”

(vendedora de doces e salgados)

Como em ambos os casos, os alimentos são facilmente perecíveis, um dia de azar nas vendas pode significar um processo de repartição entre os moradores da favela, do qual, evidentemente, não está excluído um cálculo econômico e social do biscateiro:

“Aí eu tive passando mal e não pude vendê o peixe. Cabeí dando o peixe pro pessoal e até hoje não trabalhei... Parado, num tô trabalhando, nem fazendo nada...

Agora, esse povo daqui, graças a Deus, no que depende dele, desse povo, *tudo faz por mim.*”

(biscateiro)

O mesmo cálculo está presente nas formas de prestação, algumas vezes gratuita, de serviços entre os biscateiros da favela: trata-se de criar um débito de favores, que possa beneficiar o indivíduo na hora do aperto, de necessidade e que traduz o esforço comum de equilibrar a insuficiência:

“Quando aparece alguma coisa eu faço, mas geralmente é quase que só aqui mesmo. Lá pra baixo quase não aparece nada. Aqui faço, às vezes, aí não cobro nada, eu ganho uns trocados assim... É um vaso prá assentá, um quintal prá capiná, uma cerca, às vezes, um barraquinho que tá caindo prá reformá... Às vezes, por que a

pessoa não tem ferramenta, às vezes também não tem tempo ou não sabem fazê... Eu faço. Se der Cr\$ 10,00, tá bom, senão der Cr\$ 20,00, tá bom também. O problema é sempre tá fazendo a fome passá.”

(empregado numa firma de manutenção e limpeza, biscateiro)

Não deixa de ser interessante opor este cálculo àquele do biscateiro profissional, quando decide não cobrar nada pelo serviço prestado a um cliente: o que está em jogo aqui não é uma estratégia de subsis-

tência, mas a possibilidade de lucros adicionais no futuro. É, pois, a antevisão do “menos” e do “mais”, que diferencia seus cálculos:

“Muitas vezes eu faço até de graça. O camarada diz: ah! você vai lá em casa colocar um negócio, fazer um serviço, colocar um piso prá mim. Chega lá, a coisa é pequena, eu *faço de graça*, mas em compensação dou o cartão, aí já fico com ele em mira. Ele já fica comigo

também, quer dizê que quando aparece um *biscate grande* ele fala: ah! eu sei onde tem fulano de tal, ele trabalha muito bem, é um grande profissional...”

(empregado na construção civil, biscateiro)

4. A trajetória de vida dos biscateiros com profissão

Já foi visto que a trajetória de vida do biscateiro, neste caso, se associaria a um período de aprendizagem e prática profissional, a partir do qual ele estaria apto a desempenhar, por sua própria conta, determinado tipo de tarefas. A acumulação de conhecimento — ao nível da prática e das pessoas — surge, assim, como a condição de libertação, de autonomia do sujeito. Tentamos, a seguir, visualizar de que forma esse processo, baseando-nos, fundamentalmente, em histórias de vida ocupacionais ligadas à construção civil. Se, por um lado, fomos levados a isso pela própria composição do conjunto de entrevistas, por outro lado, não é menos verdadeiro que os biscateiros com profissão encontram, na construção civil, seu maior elenco de alternativas de trabalho. Além disso, o esquema que apresentamos distinguindo três etapas consecutivas da vida ocupacional do indivíduo — as de servente, ajudante e profissional — e procurando situar a sua estratégia em cada uma delas, pode também ser aplicado, com algumas variações, a outras categorias-tipo de biscateiros. Assim, por exemplo, em certas formas de biscate feminino, a habilitação profissional também é precedida por um processo de aprendizagem, levado a efeito no âmbito doméstico e entre membros da própria família, ou sob a forma de contrato com profissionais “de fora”. Da mesma maneira, existe uma correspondência no que se refere à formação da rede de clientela e a determinação de preços de serviços.

Nestas condições, a trajetória de vida que a seguir descrevemos não é exclusiva do grupo de construtores anônimos da cidade, mas pode servir, também, de paradigma para o estudo de outros biscateiros com profissão (7).

4.1 - O servente

Fundamentalmente, a história ocupacional do indivíduo tem início com a sua posição de *servente*, a que estão associadas tarefas gerais e que não exigem qualquer treinamento. Em muitos casos, a serventia representa a passagem do trabalho rural para o trabalho na cidade, e em qualquer situação ela se define pela *ausência de uma profissão*. À imprecisão de tarefas se associa uma imprecisão de mando sobre o servente: assim, ele tanto pode ser representado como o “servente da obra” ou o “servente da pensão”, recebendo, portanto, ordens de

várias pessoas, quanto pode subordinar-se a um tipo específico de profissional, tornando-se, por exemplo, “servente de pedreiro”.

I — “Vim prá trabalhá de servente de pedreiro porque *eu não tinha profissão*.”

P — Quer dizer que servente é uma pessoa que não tem profissão?

I — “É, ele tem que pegá numa

ferramenta, tem que pegá uma picareta, numa enxada, num enxadão, fazê uma massa, carregá um tijolo, chegá pra perto do pedreiro, fazê tudo isso.”

(empregado na construção civil, biscateiro)

4.2 - O ajudante

O passo seguinte é dado pela posição de ajudante, já com tarefas específicas e subordinado apenas a um profissional. De alguma forma permanecem nessa forma de relação as representações de aprendiz e mestre das corporações medievais. O indivíduo se filia ao outro na expectativa de aprender um determinado ofício e garantir a sua ascensão na firma ou individualmente. Algumas vezes, a relação se traduz por uma forma de companheirismo; outras, a ascendência do profissional sobre o ajudante é marcada de violência e humilhações:

“Aí eu falei: não, eu vou aprender. Comecei a aprender. Eu comecei a trabalhar com um tal de Sr. Raimundo, pernambucano, pedreiro, que ninguém gostava dele. Ele era exigente, um cara muito nervoso, nenhum servente trabalhava com

ele. Aí eu fui me humilhar, trabalhava com ele, me xingava, me chateava, mas eu tava com vontade de aprender...”

(empregado na construção civil, biscateiro)

A escalada do indivíduo depende, ainda, de outros fatores: num esquema fortemente competitivo ele precisa aliar, ao esforço, a iniciativa e dar mostra de sua inteligência para sobrepor-se aos demais:

“Um técnico alemão, que tinha em São Paulo, ele veio praqui pra fazer o serviço de faxineiro. Aí ele chegou aqui perguntou se tinha lá um entendido, um rapaz de mais *inteligência* que pudesse dispor a

trabalhar como um *ajudante* dele. Aí eles me tiraram de pedreiro pra trabalhá com ele de pastilheiro.”

(empregado da construção civil, biscateiro)

4.3 - O profissional

Ao longo desse processo de aprendizagem e prática, o indivíduo vai se aperfeiçoando até alcançar o *status de profissional* e decidir, por si mesmo, a melhor maneira de exercer o ofício.

I — “Dali de quarenta a cinqüenta, cinqüenta eu já me achava um profissional, com medo de encarar a responsabilidade. Muitas pessoas, colegas meus, que viam que eu era prático na profissão diziam: “sai, vai em campo que você se dá bem”. Então aconteceu que de 54 em diante eu passei a ter uma responsabilidade minha própria.”

P — como assim?

I — “Não tava *dependendo* das pessoas que me orientou a ser profissional. Tava me encaminhando por mim próprio aos empresários, aos proprietários. Já sabia me comunicar por mim próprio, *apesar de depois* disso já ter trabalhado em várias empresas.”

(biscateiro, pedreiro)

O momento parece marcar, assim, não apenas o reconhecimento pelo indivíduo de sua habilidade profissional, mas, principalmente, a sua autodeterminação enquanto agente econômico. Este grau de independência, esta consciência são tão fortes que mesmo quando ele volta a trabalhar na empresa, a forma da relação é outra. Desde que deu o salto qualitativo, avaliou os riscos e os recursos compensadores, o agente econômico ganhou uma nova condição — a de profissional.

O biscateiro profissional é, portanto, aquele que tem conhecimento em dois níveis entrelaçados: o da prática e o das pessoas. A prática do ofício lhe garante a manutenção de uma extensa rede de clientela, formada não apenas por fregueses conhecidos, mas também por colegas de profissão que repartem com ele o excedente de serviço. Essa “passagem”, aliás, parece ser comum entre subgrupos de biscateiros que se reforçam numa espécie de *holding* para enfrentar o esquema concorrencial típico do biscate. As vantagens de tal procedimento são claras: de um lado, se garante a permanência do freguês dentro do mesmo círculo de relações; de outro, se fortalecem os laços de amizade profissional, que poderão ser manipulados num período de escassez de serviço:

“Porque o biscateiro, a vantagem é o *conhecimento* e *fazê o trabalho direito*, né? Bem, eu saio hoje daqui, vamos dizê, segunda-feira, eu não tenho nada. E saio, vou ao lugá do telefone vejo se tem algum recado para mim. Se não tem recado, eu vou à rua, vou andá, vou batê à freguesia. Nesse meio, chego num canto, tem um amigo de pro-

fissão. Ali já bato um papo com ele, já vejo mais ou menos se ele tem serviço a mais, se a maré tá boa ou tá ruim, né? Daí, às vezes, ele me indica: “tem um serviço em tal canto que eu não posso fazê, por isso e isso e isso. Tu quer ir lá?” As vezes eu vou e calha d’eu pegar o serviço e fazê.”

(biscateiro — construção)

Já implícita nesse jogo de relações pessoais, uma outra característica se impõe ao biscateiro — a honestidade. O biscateiro é aquele que penetra no âmbito doméstico, do privado, já que muitas vezes o comprador de serviços o contrata para trabalhar em sua própria casa. Os bens, as condições materiais, o “nível de vida” do contratador lhe são abertamente revelados; por isso, a qualidade moral, a honestidade do biscateiro e de seus ajudantes são elementos imprescindíveis dentro de sua prática de trabalho.

“Eu só trabalho com gente conhecida. Porque nós não podemos... quem trabalha de biscate, trabalha num apartamento, às vezes luxuoso, às vezes a madame deixa até

dinheiro em cima das mesas... Aí eu só posso pegar gente que eu veja que *veja ali, ali mesmo deixe*.”

(biscateiro, construção)

Se a honestidade e o conhecimento são condições necessárias para o biscate, elas, contudo, não são suficientes para impedir que o grau de aleatoriedade própria da relação se traduza por um período de escassez de serviços. Nisso consiste o “correr risco, correr perigo” do biscate, em oposição à segurança que a firma deve garantir a seus empregados, e que se traduz nos chamados encargos trabalhistas (INPS, FGTS, salário-férias, 13.º salário, etc.). Para fazer frente ao período de desocupação, que se prolongado pode ameaçar suas próprias condi-

ções de sobrevivência e as de sua família, o biscateiro deve ser um indivíduo controlado, ou seja, deve manter uma *reserva*:

“Eu tenho a reserva prá subsistir. Mas muitos que trabalha de biscateiro pegam um serviço hoje ganha dinheiro; quando é no dia de sábado traz quatrocentos, quinhentos contos prá casa, aqueles

quatrocentos, quinhentos contos, ele se mete na brincadeira, vai bebê cerveja, vai gastá lá fora. Quer dizer que *quando termina o serviço, termina de comê...*”

(biscateiro — construção)

A analogia com a fábula da cigarra e da formiga é perfeita: o biscateiro controlado é aquele que, por ser abster de gastos “fora de casa” (brincadeira, bebida), consegue formar uma reserva que o torne capaz de enfrentar o “fracasso”, advindo de uma doença ou da não ocupação. A reserva representa, assim, a recompensa do bom comportamento ético do chefe de família e a sua tentativa de controlar o tempo e manter contínua a condição de subsistência.

4.4 - O curioso

A trajetória que acabamos de descrever, separando o servente do profissional, parece, contudo, apresentar um desvio, personificado na figura do biscateiro curioso. O curioso poderia ser um ajudante “apressado” ou um outro indivíduo qualquer que, sem dominar totalmente a prática, se decide a empreender tarefas semelhantes a dos profissionais. Na medida em que oferece seus serviços a preço mais baixo, ele pode ser contratado e com isso ocupar o lugar de um profissional. Nesse nível, é claro, as relações entre ambos são concorrenciais, embora o biscateiro profissional justifique a conduta do curioso na necessidade de sobrevivência:

“Além do biscateiro prático, do biscateiro profissional, existe também o “curioso”. Esse biscateiro curioso vai procurá se defendê, minha senhora, qué dizê, o indivíduo também bebe, também come, en-

tão vai procurá se defendê. Procurá não passá prá ninguém, se defendê com arma e dente, procurá fazê o serviço.”

(biscateiro, pedreiro)

Num outro nível, a relação entre o profissional e o curioso seria nitidamente oposicional: o recurso aos preços mais baratos não elimina o trabalho mal feito do curioso, que o impede de formar uma rede de compradores e de ser convocado por outros biscateiros para prestar serviço. Assim, ao contrário do profissional, que se beneficia da manutenção e da ampliação de sua clientela e do reconhecimento profissional de seus pares, o biscateiro curioso seria aquele de “um serviço só”:

“Vamos supor, a senhora aceitou aquele orçamento porque é mais barato... Mas o mais barato se torna mais caro, porque muitas vezes eu pego aquele biscate barato e venho fazer aquele serviço. Mas

eu chego, mato, mato todo o serviço, quer dizer que eu vou perdendo a concorrência...”

(Biscateiro, empregado da construção civil)

5. A estratégia do biscate

Uma vez analisada a trajetória dos biscateiros com profissão, cabe precisar melhor a estratégia do biscate. De início, deve-se notar que a categoria “biscateiro profissional” não está referida ao indivíduo que tem no biscate a sua “profissão”, mas designa um agente com habilidade profissional que recorre ao biscate como fonte básica ou complementar de seus recursos. Assim, a condição de empregado não é absolutamente incompatível com a do biscateiro profissional. Por outro lado, o domínio e a especialização num determinado ofício não excluem a possibilidade do biscateiro exercer práticas afins e complementares. Ao contrário, uma versatilidade de funções que acompanha todas as etapas do processo de construção parece ser característica de muitos biscateiros profissionais:

“Eu trabalho de pedreiro e pintor.
Eu conheço de tudo, de servente,
até quando se entrega as chaves
pro proprietário entrar.”

(biscateiro)

“Eu faço de tudo. De cimento
armado à pastilha, o que vinhé.”

(biscateiro)

Trata-se de investigar, então, qual a especificidade do biscate como relação econômica e quais as características dos biscateiros, enquanto produtores. Já vimos que o biscateiro contrata serviços, manipulando informalmente sua rede de clientela (8). A firma e o indivíduo (“proprietário”, “dono do serviço”, “dono do trabalho”) constituem o outro pólo da relação econômica que se estabelece no biscate. Embora haja diferenças na representação do biscateiro entre as duas formas de contrato, estas não modificam o seu caráter essencial de produtor independente. Isso se dá por três ordens distintas, mas entrecruzados de fatores: o biscateiro tem a posse de seus instrumentos de trabalho, regula seu tempo de trabalho e determina o preço de seu produto. É a combinação destes elementos que garante a especificidade do biscate como relação econômica e distingue seu agente do trabalhador assalariado.

6. A posse dos instrumentos de trabalho

A posse dos instrumentos de trabalho surge ao mesmo tempo como características e condição necessária do biscate. Não raro coincide, no caso de um biscateiro com profissão, com aquele momento de sua trajetória de vida em que passa da condição de servente à de aprendiz de profissional. Em outras palavras: possuir a ferramenta representa abandonar um estado de total dependência para ingressar numa vida de autonomia. Este significado não deixa de se expressar concretamente, pois, geralmente, o biscateiro mantém uma relação afetiva com suas

primeiras ferramentas de trabalho. Fazem de tal modo parte de si mesmos que merecem ser legadas como herança.

“Nós trabalhava como servente, mas como ele era meu parente ele gostava muito de mim e fez questão de me ensinar a profissão. Um dia lá ele falou comigo: “ah! amanhã você vai aprender de qualquer jeito”. — Mas como, digo eu?” — “Amanhã você vai aprender”. Quando foi de manhã ele me deu um prumo, uma colher, um metro, uma borracha, uma desempenadeira, tudo dele, ferramenta dele. Aí eu comecei a trabalhar com aquelas ferramentas dele. E fui trabalhando e até hoje ainda tenho ela. Eu comprei novas ferramentas, mas ainda tenho essas

aí como, qualquer tempo ele chegar na minha casa eu mostrar a ele, a ferramenta que ele me deu. Pra mim foi muito bom, né, prá mim como pra todos (referindo-se à família).”

(empregado na construção civil, biscateiro)

“Agora hoje eu vejo aí... eu tenho toda a ferramenta minha. Eu às vezes quando cismo, sento aqui, faço um sapato pra mim, pra meus filhos e tal... que as minhas ferramentas eu quero morrer mas deixar elas. Tenho tudo: tenho as formas, tenho tudo completo.”

Por estarem profundamente incorporadas ao trabalhador e indiquem, ao mesmo tempo, a prática na profissão é que a possibilidade de recorrer a um empréstimo é mal vista. Ademais, essa possibilidade implica em gastos adicionais para o biscateiro. O empréstimo tem aqui um sentido tipicamente econômico, ou seja, obriga ao pagamento de “juros”.

Apesar da posse dos instrumentos de trabalho ser um dos fatores que caracterizam o biscate, é interessante notar, contudo, que a indústria de construção civil se diferencia das demais, na medida em que o recrutamento de sua mão-de-obra não aliena esta de suas próprias ferramentas. Ao contrário, o indivíduo deve possuí-las para obter ali um emprego e, às vezes, a apresentação destes instrumentos serve de aferição de sua habilidade profissional:

“Agora o mestre de obras não gosta que o camarada se apresente com uma ferramenta nova. Se a gente chegá numa obra com ferramenta nova ele costuma rejeitá

a pessoa. Porque não é um bom profissional.”

(empregado na construção civil, biscateiro)

7. A regulação do tempo de trabalho

Se, muitas vezes, se torna difícil delinear a especificidade da categoria biscateiro, talvez seja a maneira pela qual dispõe de seu tempo de trabalho, o traço que melhor o distingue como indivíduo “trabalhando por sua própria conta”. Sobre isto, os discursos dos informantes são concordes, enfatizando o contraste existente: ao contrário do trabalhador assalariado, enquadrado num tempo de trabalho rígido e pré-determinado pela organização da empresa, o biscateiro é o autorregulador de seu tempo. No primeiro caso, isto é, no contexto do M.F. o ingresso econômico é uma decorrência direta de uma soma e de uma multiplicação: número de horas trabalhadas x o salário-hora. As categorias utilizadas são “salário-hora” e “jornada de trabalho”, regula-

mentadas pelas leis trabalhistas. O que se recebe é uma quota fixa, dentro de um tempo fixo. Ganha-se, portanto, o equivalente de um tempo delimitado e quantificado pelo empregador. Para que o trabalhador possa receber integralmente seu ordenado é necessário que seja um “cumpridor do horário”. Em caso de infração, quem poderá lhe valer é o “apontador”:

“Eu já fui encarregado geral de uma companhia, eu cumpria horário mas *facilitava*. Porque eu tava lá com uma obra no Jardim de Alá e a maior parte do pessoal morava em Campo Grande, Nova Iguaçu e largava às cinco horas,

pro dia de sábado largá ao meio-dia. Então, existia grande dificuldade pra eles transitá na parte da tarde. E aí quando chegava meia hora, quarenta minutos atrasado eu *facilitava*.”

(pedreiro, biscateiro).

Ao contrário, no M.N.F., já que o regime é outro, não há necessidade de “facilitar” em termo de horas. Esta mesma ação se traduz em honorários mais altos:

“Sendo que, agora, as pessoas que beneficiam com as pessoas que trabalham sem documento assinado, aí, *facilita* no vencimento.

A senhora, em vez de dar quinze cruzeiros a diária, paga vinte cruzeiros ou vinte e cinco.”

É por isto que o mesmo indivíduo que já experimentou o emprego assalariado, mas que agora exerce seu trabalho como biscateiro, oporá ao “salário-hora” ou à “jornada de trabalho” a categoria “esforço”. O “esforço” para o trabalhador por “conta própria” é uma categoria multivalente, compreendendo não só a noção de horário, que ele mesmo auto-regulará, mas, também, o reconhecimento, pelo próprio contratador, de sua capacidade profissional, tendo por recíproca uma disponibilidade constante em bem atendê-lo:

“A média, por mês, salário profissional por uma companhia, dá cinco cruzeiros por hora; quarenta por dia, multiplicado por oito. Agora, por nossa conta, dá pra nós tirá em média, aceito pelo proprietário devido a nossa capacidade agora não respeitando oito horas

de trabalho, mas respeitando o nosso esforço, esforço em tudo: em horário, em entendimento, em atender a uma reclamação e botar em acordo de bem-estar, quer dizer, faz parte de uma relação pública. A gente faz de profissional a relação pública.”

Por seu rendimento estar antes condicionado ao “esforço” que à “jornada de trabalho”, é que a divisão do tempo em “horas normais” ou “horas extras”, e dos dias, em “úteis” ou “domingos e feriados” se lhe apresenta como uma distinção desprovida de utilidade. Terá, ao contrário, um poder decisório sobre o tempo, dispondo-o da maneira que melhor convier:

“Eu, numa empresa trabalhava de 7 às 5, ou 7 às 6, não sábado e domingo e tal. E no meu trabalho, por minha conta, eu trabalho sábado, domingo, feriado, meio-dia,

à noite... E se tivé qualqué coisa prá decidi de minha família ou de mim próprio, qualqué hora posso largá o trabalho e decidir. Não vou perdê o domingo, não vou perdê o feriado.”

Essa autodeterminação do tempo de trabalho aliado à estratégia de procura de novos serviços torna difícil distinguir tempo de trabalho e tempo de lazer, dentro do biscate. Na verdade, eles se fundem, exatamente porque o biscate é também uma prática de relações pessoais:

“Pois é, a senhora me custou a encontrar porque em casa eu não paro mesmo, domingo, feriado, eu gosto sempre de andar. A gente tá tomando uma cervejinha, conversando com um amigo, às vezes, e, de repente, aparece um serviço.” (pintor)

Para concluir esse tópico sobre a regulação do tempo, é necessário fazer, ainda, uma observação. Mesmo que os “trabalhadores por conta própria”, na busca de se autodefinirem, oponham o tempo na firma ao tempo no biscate, não conseguem, no entanto, se desprender da categoria-tempo como medidora de ingresso econômico. Assim se expressando, eles revelam a dominância do código oficial, fruto de uma legislação trabalhista dentro de um modo de produção capitalista, para o qual a categoria tempo é sinônimo de dinheiro. Isto se tornará ainda mais claro, no item seguinte, quando, ao tratarmos dos elementos que entram na determinação do preço, virmos o tempo figurando entre um deles.

8. A determinação do preço de produto

Uma coisa é certa: apesar da inexistência de uma carteira assinada que proveria o “Instituto”, apesar das incertezas e dos riscos mais numerosos, o biscate é mais rendoso, levando um informante a confessar: “no biscate a pessoa sofre mais, mas tem mais lucro”.

Este lucro, provém, primeiramente, de uma tomada de consciência do valor de seu trabalho, que o indivíduo adquire nos quadros do M.N.F. Gerente de sua própria produção, ele perceberá, agora, que o “patrão” ou a “firma” estavam absorvendo, para eles, esse lucro. Em outros termos, ele se dá conta do fenômeno que teoricamente designamos da “mais valia”, ao mesmo tempo que se descobre como “instrumento útil de acumulação de capital”:

“Mas é que o serviço de sapato eu mesmo, hoje, ainda tinha vontade de trabalhar na profissão de sapateiro, mas se eu pudesse montar uma oficina pra mim. Trabalhar por conta, mas pros outros não, porque eu já enriqueci muito *português*.* Botei muito dinheiro no bolso deles.”

(ex-sapateiro, biscateiro)

“É o seguinte: as firmas quando elas contratam, a firma sempre tem o preço estipulado. O preço estipulado pelo cálculo da engenharia não dá lucro, porque vai dá lucro à firma. Se eu conseguir a carteira de autônomo, aí eu abandono esse negócio de empresário, de empreiteiro, que é o caso dessas firma *que não valoriza o trabalho do profissional*.”

* *Português*, aqui, não significa uma referência à nacionalidade. Tornou-se uma categoria mais abrangente para traduzir o tipo mais comum de empregador, que enriquece à custa dos outros. Esta generalização se assenta num dado objetivo, por terem sido os imigrantes de origem portuguesa, sobretudo no Rio de Janeiro, os que exerceram, em grande escala, aquela função.

Avalista de sua qualidade profissional, o biscateiro poderá regatear com o contratador sobre o preço do serviço, o que explica, em parte, a variação entre diversos orçamentos. Contudo, não é este o único elemento que entra na determinação do preço. Quando o biscateiro estipula o montante de seu serviço com “o dono do trabalho” é porque já estimou os seguintes itens que passaremos a descrever:

8.1. “O material”

O indivíduo, ao contratar um serviço, pode ou não tomar a responsabilidade de entrar com o material. No primeiro caso, ele pedirá uma percentagem do total da obra para poder comprá-lo, ou adquiri-lo mediante crédito, com um atacadista, seu freguês habitual. Se o compra, pois, à prestação, fará com que os juros decorrentes sejam “endereçados ao dono do serviço”.

No entanto, há uma tendência crescente do trabalhador “por conta própria” se desvencilhar da responsabilidade do material. Isto implica num erro de cálculo maior, pois “o preço do material está sempre subindo. A gente vai de manhã é um. Chega de tarde já é outro”. Por este motivo, a atitude mais constante é a de estabelecer uma lista do material necessário e deixar que o próprio dono o adquira. Caso seja possível, o biscateiro o substituirá nesta tarefa, apresentando-lhe a nota de compra.

O mais comum, portanto, é fazer o material não entrar no cálculo.

8.2. “A mão-de-obra”

Fora o que já adiantamos a respeito da avaliação de seu próprio trabalho, isto é, o custo da mão-de-obra do biscateiro enquanto tal, há que acrescentar o custo de um ou mais ajudantes, conforme o tamanho e/ou a urgência da obra a ser realizada.

A estimativa do preço da mão-de-obra, no interior do biscate, apresenta, pois, este aspecto diferencial: o serviço do biscateiro será sempre avaliado mais caro que o do seu ajudante. Como o preço do serviço é determinado com base no trabalho do profissional, abre-se para este a possibilidade de um lucro adicional, que resulta exatamente da diferenciação entre a sua diária e aquela efetivamente paga ao ajudante:

“Normalmente ele põe diversas pessoas pra trabalhar pra ele. Por isso é que ele ganha mais. Que ele	<i>ganha fazendo o dele e ganha dos outros também.”</i> (empregado, biscateiro)
---	--

8.3. “O tempo”

O tempo, como elemento integrante do cálculo, se expressa em termos de previsão da duração de serviços, tomando, como unidade básica, o dia. A diária é quantificada por um preço X, mas geralmente

o “dono do serviço” não é inteirado acerca dos mecanismos desta avaliação. Só fica ciente do custo total. Há uma forte razão para o fato: é que além do número real de diárias que prevê para a execução da obra, ele ainda adiciona uns “dias a mais”.

Esses “dias a mais” representam uma parcela adicional destinada à cobertura de possíveis erros de cálculo, outras vezes à formação de uma reserva para os momentos difíceis, em que se encontra desocupado à espera de outro biscate. Serve ainda para repor os instrumentos de trabalho. Em suma, os “dias a mais” significam, para o agente econômico, o lucro que ele obterá na realização da tarefa.

O fator tempo dá conta, ainda, de um outro aspecto próprio ao biscate: por fabricar as peças numa escala *artesanal*, com instrumentos mais rudimentares, ele estima seu produto mais caro que o *confeccionado por uma produção em série*, pelo simples motivo que necessita de mais tempo para ser feito e de mais tempo para ser ajustado no local de destinação.

“Se eu for só colocar uma porta, eu cobro uma coisa. Se eu tiver que fazer essa porta, *mesmo na colocação eu já cobro mais caro*... Eu vou levar mais tempo de qualquer forma. O que eu digo é o tempo. Porque eu vou perder um pouco mais, às vezes, duas ou três horas. Uma porta que eu faço leva mais tempo do que uma que já venha da loja. Porque, normal-

mente, quando se tem que fazer, eu fazendo uma porta, eu não vou ter todas as ferramentas que se tem numa loja, entende? Sempre vai ficar algum defeito que eu vou ter que tirar na plaina. É esse tempo que eu vou levar aplainando a porta que faz que eu cobre mais caro.”

(marceneiro, biscateiro)

8.4. “Local do serviço”

O biscateiro não deixa de computar, no seu cálculo, as despesas gastas com o transporte. Assim, será mais alto ou mais baixo, conforme o serviço se localize mais longe ou mais perto de sua moradia.

8.5. “A cara do freguês”

Poderíamos julgar, à primeira vista, que sob a expressão “cara do freguês” o biscateiro esteja simplesmente se referindo a um maior ou menor grau de simpatia conferida ao contratador. No entanto, ela compreende muito mais do que isto. A “cara do freguês” inclui:

a) A aferição de possíveis serviços no futuro, isto é, a perspectiva do “dono do serviço” tornar-se um cliente. Isto não é deixado ao acaso, mas estrategicamente sugerido pelo próprio agente econômico.

mostra o serviço, a gente pede pra ver a casa toda. É difícil não se pedir. E conversa-se, puxa-se o assunto. Por exemplo: a senhora não achava que essa janela ficava melhor se tivesse uma modificação, botasse uma veneziana e tal... pela resposta, se sente se tem ou não.”

“Normalmente, quando a pessoa

Se a resposta, pois, for positiva, o biscateiro poderá, na tentativa de aliciar o freguês, reduzir o orçamento.

b) Como já dissemos anteriormente, o biscateiro, por entrar no âmbito do privado, pode melhor se dar conta do nível de condição econômica do cliente. Tomando isto como base, ele poderá ou não “salgar” mais o seu preço pela tarefa.

c) No jogo do regateio entra, ainda, outro fator: o conhecimento que o “dono do serviço” tem sobre o ofício requisitado. Por isso, ainda que note a aparência abastada do contratador, ele não poderá di-

latar seu orçamento se perceber que o cliente “está por dentro do negócio.”

“Às vezes tem pessoas que têm uma certa condição, mas que entendem de marcenaria. Pode não ser um marceneiro, mas entende. Então, se a gente cobrar muito, ele não vai querer. Vai chamar outro. Só a gente se expressando, se sabe quando ele entende e quando não entende. Se a pessoa entender, então é outra coisa. Diminui-se o preço sempre.”

8.6. “A concorrência do mercado”

Se bem que todos os itens já descritos permitam que o biscateiro determine por si mesmo o preço de seu produto, ele não poderá orçar muito além da média para acabar, com isso, perdendo o serviço para um outro concorrente:

“E além do mais nós temos uma base, entende? Sempre um marceneiro procura, não só um marceneiro, mas um pedreiro, um

ladrilheiro, qualquer coisa, procura conversar com outro da mesma profissão pra saber quanto ele costuma cobrar.”

9. O documento: Garantia de identidade social e de legalização do trabalho

Já tivemos a oportunidade de assinalar o valor da carteira assinada para o trabalhador manual. Ela lhe abre as portas para o serviço médico gratuito, garante o ordenado quando, por motivos de doença, se afasta momentaneamente do serviço, e no seu próprio dizer, “se encosta no Instituto”. Muito mais do que isso, a carteira de trabalho vale como documento de identidade social, a qual só lhe é conferida se mostrar um comprovante de contra-vadiagem, pois o local de moradia somado ao aspecto de pobreza já o estigmatizam:

“Porque a gente mora no morro, pode ser muito bom, mas a gente morando no morro tá sempre subjugado da polícia. Pode ser muito bom, mas a polícia não sabe. Só sabe na hora que vem procurar meus descendentes (por antecessores).”

(ex-sapateiro, biscateiro)

“A gente sem documento não somos nada. Moramos no morro,

somos cobiçado à beça pela polícia. A única coisa que temos é o documento. A gente desce daqui pra lá, e se a gente for à padaria, pode tar calçado, mas se não tiver documento, prende. Mesmo trabalhando, a gente explica, mas não adianta. Quer levar até onde o serviço mas eles não aceitam.”

(ex-biscateiro, servente na construção civil)

Ainda que o indivíduo queira dar testemunhos de outra sorte que atestem sua condição de trabalhador como, por exemplo, sua roupa suja de cimento, o calo na mão, a marmita que leva consigo, a nota de compra do material guardada no bolso, nada disso dispensa a “carteira de trabalho”, a única prova cabal e definitiva de sua não periculosidade social.

Nesse ponto, a situação de biscateiro se apresenta muito mais ameaçada que a de um assalariado.

I — “Trabalhando de carteira assinada, a gente pode andar limpo.”

P — E o que é andar limpo?

I — “É, por exemplo, eu tenho os documentos assinado, se polícia chegar eu tenho documento pra apresentar e trabalhando de biscate eu não tenho.”

Há que se fazer uma ressalva: isto diz respeito, sobretudo, ao biscateiro sem profissão que, apesar de só se dedicar ao biscate, ganha muito pouco. Ao contrário, o biscateiro profissional, quando não combina o emprego assalariado com pequenos serviços de fim de semana, mas que procura “só viver de biscate” apresenta um nível de rendimento maior. Possui uma rede de clientela ampla e certa,* rejeita os “biscates pequenos”, selecionando “os biscates grandes”** que por sua própria natureza o compelem a passar da invisibilidade à “visibilidade” jurídica, registrando-se como autônomo. Portanto, o biscateiro profissional só se torna autônomo quando tem a certeza de poder, com seu trabalho, arcar com a percentagem dos 16% sobre o salário mínimo. No “crescendo” de um *continuum*, ele apontaria para o empreiteiro que já emprega vários ajudantes ou operários na execução de um biscate grande”.

Ainda que a carteira de autônomo indique o nível do biscateiro que, para executar obras maiores sem ser importunado pela fiscalização, dela necessita, ela continua representando, no interior do MNF, o equivalente da “carteira assinada”: documento que assegura a “paz social”, e aspiração de todos os trabalhadores manuais que, para subsistirem, recorreram à estratégia do biscate, atividade econômica que se desenvolve no bojo da “invisibilidade” de um aparato jurídico legal.

Conclusão

Apesar de termos procurado integrar, na análise, os diferentes aspectos que os dados podiam nos oferecer, estamos cientes de que esta monografia, embora aprofundada, é apenas um estágio para o conhecimento da categoria biscateiro. Temos a certeza de que um número maior e mais diversificado de histórias de vida, que conseguisse

* Geralmente é o biscateiro profissional, autônomo, que “só vive de biscate”, que tem recursos para sofisticar a institucionalização de sua “rede de clientela”, mediante cartões, indicando endereço ou telefone para recados, além de suas habilidades.

** Existe, pois, uma subdivisão do biscate em “grandes” e “pequenos”. O “grande” é do âmbito do biscateiro profissional, geralmente autônomo pois, pela sua magnitude e duração, foge do âmbito privado para tornar visível, requerendo legalização. Por exemplo, as reformas de condomínio que exigem do trabalhador o registro de autônomo. O “biscate grande” não pode nem mesmo ser pago pelo biscateiro profissional que combina esta atividade com o emprego assalariado. Os fins de semana representam um tempo muito intermitente e exíguo para o cumprimento da tarefa.

O “biscate pequeno”, ao contrário, é desenvolvido num contexto privado e de curta duração. Pertence ao domínio do biscateiro sem profissão, e do biscateiro profissional de “fim de semana”.

abrançar uma gama mais variada de “biscateiros”, poderiam nos auxiliar em certos pontos. Por exemplo: não seria o tipo de atividade exercida que estaria determinando a viabilidade do biscate tornar-se um “serviço grande”? Todas as ocupações gozariam igualmente de um mesmo grau de possibilidade de “progresso”?

Estas e outras perguntas, que ainda nos fazemos na conclusão deste trabalho, não nos impediram, no entanto, de mostrar, de modo sistemático, os princípios operatórios que determinam a classificação diferenciada dos biscateiros entre si. O termo “biscate” e seu cognato “biscateiro” aparecem no discurso com conteúdos diferentes. Tivemos o cuidado de revelar os diversos níveis em que estavam sendo empregados e as diferentes dimensões de contraste que explicam a existência de alguns pares de oposição:

biscateiro x assalariado

biscateiro curioso x biscateiro profissional

biscateiro autônomo x biscateiro

biscate grande x biscate pequeno

É esta polivalência de uma categoria social que nos alerta sobre o cuidado que devemos ter ao redigir um manual de instrução que não lhe reduza o conteúdo, distorcendo, assim, a realidade. É bem mais simples descrever um tipo “puro”, mas “ideal”. Na prática, porém, o pesquisador nunca o encontrará. Semelhantemente, temos de nos precaver contra o perigo, na feitura de questionários destinados a serem aplicados num nível mais amplo, de formulações alternativas e excludentes. Perderíamos, assim, a riqueza de possíveis combinações, do mesmo modo que estaríamos arbitrariamente registrando apenas uma das facetas que configuram o indivíduo como um todo.

NOTAS

- (1) Aurélio Buarque de Holanda — *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*.
- (2) Embora a formulação esteja próxima daquela empregada por Lúcio Kowarick em *Marginalidade Urbana e Desenvolvimento: Aspectos Teóricos do Fenômeno na América Latina*, as "lentes de análise" são diferentes. Kowarick se preocupa em definir a marginalidade como uma forma de inserção no modelo de capitalismo dependente que se desenvolve na América Latina. A nossa análise tenta situar o biscate a partir das representações dos próprios informantes.
- (3) Quando se quer, por exemplo, na classe dos intelectuais se referir a um ganho extra ou secundário que permita complementar o orçamento doméstico, o termo selecionado não é biscate, mas "um bico". Nenhum ex-colega de faculdade telefona a outro, comunicando: — "fulano de tal tem um "biscate" para você fazer, etc."
- (4) Luis Antonio da Silva Machado, op. cit. p. 31. É importante notar, desde agora, que nos afastamos de Machado, ao não estabelecer diferença entre "biscateiro" e "trabalhadores por conta própria". O próprio Machado reconhece ser difícil precisar os limites entre ambas as categorias, e ao longo das entrevistas elas são empregadas como sinônimos na representação que os indivíduos têm de seu trabalho.
- (5) Alguns dos biscateiros, em melhores condições econômicas já chegaram a adquirir um terreno, ou construir uma casa no subúrbio, preferindo, no entanto, continuar morando na favela por estarem mais próximos "da sociedade" (categoria do discurso significando, ao mesmo tempo, zona sul, conjunto social mais instruído e abastado dentro do qual poderão constituir a rede de clientela) e por verem seus gastos diminuídos no item transporte.
- (6) É importante notar que existe uma diferenciação no discurso para designar os consumidores de serviços do biscateiro que, como eles, são trabalhadores e moram na favela, dos outros que pertencem a uma classe socioeconômica mais alta. Para os primeiros, o biscateiro escolhe o termo "vizinho", "amigo". Para os outros reserva a designação "dono do serviço" ou "dono do trabalho". A diferenciação de classe vem traduzida pelas expressões: "serviço em casa de "madame", "para gente fina, gente importante, doutores, advogados". Uma segunda classificação de caráter espacial recobriria a primeira de ordem estrutural; pessoal de cima, ("os vizinhos"), pessoal de baixo ("os dono do serviço", "as madames").
- (7) Nesta parte nos apoiamos fortemente no trabalho de José Sérgio Leite Lopes: "A Diferenciação Interna dos Operários de Usina". (mimeo) pp. 36/40.
- (8) Temos empregado na dissertação algumas categorias do discurso do informante que merecem precisão. Assim:
 - "dono do serviço", "dono do trabalho" ou "proprietário do serviço" é o contratador individual com quem o biscateiro estabelece vínculos enquanto durar a tarefa. Pode se tornar um "cliente" ou "freguês".
 - o "cliente" ou "freguês" é, muitas vezes, um antigo "proprietário do serviço", um contratador certo, embora em estado virtual.
 - a "clientela" ou "freguesia" é o conjunto atual ou possível de todos os "fregueses" com a qual o biscateiro procura reavivar os laços e salvarguardar os vínculos.

Por isso, se um biscateiro chama um colega de profissão para substituí-lo no biscate, por excesso de serviço, ele está lhe passando apenas um "dono do serviço" e não um "cliente", o que não impede que a circunstância se transforme em concorrência.

SUMMARY

In its structure, this article reveals two basic preoccupations, intrinsically linked.

— First, a preoccupation of method, that consists in pointing out the necessary conditions, the specificity and the advantages of an anthropological approach, above all when the idea is to comprehend the universe under discussion, starting from the point of view of those who are the protagonists in it.

— Secondly, a preoccupation of concept that through the choice of a labor category, "biscateiro" intended to outline a profile of underemployment, even it only a beginning, and at the same time to provide thoughts for a critical study of the indicators that are traditionally attributed to it.

Hence its character more of guidance to show the way than an attempt to arrive at final conclusions. The fact is that exists the intention, once the first stage is past, of following up with a more comprehensive study of the phenomenon of underemployment. This study, however, already brings under discussion some important points these are:

- the "biscate" from the point of view of common sense;
- the "biscate" as an essentially manual service and therefore revealing a social division of labor;
- the "biscate" as services rendered by an autonomous individual as opposed to salaried worker typical of the capitalist enterprise;
- the "biscate" as a strategy added to the salaried job, its complementary character and the forms it assumes: concurrent or alternative;
- the role of the woman in the "biscate";
- the winding road of the "biscateiro" without a profession;
- the winding road of the "biscateiro" with a profession.

The analysis tries to go deeper when it investigates the specificity of the "biscate" as an economic relation and the characteristics of the "biscateiro" as the entrepreneur of his own production. This specificity is guaranteed by the combination of three factors: the "biscateiro" owns his working tools; the "biscateiro" regulates his own working hours; and the "biscateiro" determines the price of his services.

This article was part of the Brazilian paper discussed in the seminar "Information Systems Policy of Employment" held in Brasília in september 1974 under the sponsorship of IPEA/IPLAN — IBGE — PREALC.

RÉSUMÉ

Cet article révèle dans sa structure deux préoccupations fondamentales, intrinsèquement liées:

— la première, d'ordre plus méthodologique, qui consiste à signaler les conditions nécessaires, la spécificité et les avantages d'une approche anthropologique surtout quand on veut comprendre l'univers étudié d'après la représentation qui en font ses propres protagonistes;

— la seconde, d'ordre plus conceptuelle, qui a prétendu à travers le choix d'une catégorie de travail, le "biscateiro", ébaucher un profil du sous-emploi, quoique dans ses lignes plus générales, et en même temps fournir des éléments de réflexion pour une étude critique des indicateurs qui lui sont traditionnellement attribués.

On comprend, alors, son caractère plutôt d'une boussole que d'un manuel présentant des conclusions définitives. C'est qu'on a l'intention, une fois parcourue cette première étape, de poursuivre l'étude du phénomène du sous-emploi.

L'article, néanmoins, touche déjà quelques points importants, à savoir:

- le "biscate", d'après le sens commun;
- le "biscate" comme une prestation de travail essentiellement manuel, relevant donc de la division sociale du travail;
- le "biscate" en tant que service rendu par 1 individu autonome par opposition au travail salarié forme typique de l'entreprise capitaliste.
- le "biscate" comme l'unique manière de s'insérer dans le processus de production;
- le "biscate" en tant que, stratégie combinée à l'emploi salarié. Son caractère complémentaire, les formes qu'il prend: concomitant et ou alternative;
- le rôle de la femme dans "le biscate";
- la trajectoire du "biscateiro" sans une profession;
- la trajectoire du "biscateiro" avec une profession.

L'analyse essaie d'aller plus loin quand elle cherche à déterminer la spécificité du "biscate" en tant que relation économique en même temps que les caractéristiques qui font du "biscateiro" l'entrepreneur de sa propre production. Cette spécificité est assurée par la combinaison de trois facteurs: le "biscateiro" possède ses instruments de travail, le "biscateiro" règle son temps de travail et détermine lui-même le prix de son produit.

Cet article a intégré le document brésilien discuté dans le séminaire. "Systèmes d'Informations et Politique d'Emploi", que a eu lieu à Brasília le mois de septembre 1974, et promu par les institutions IPEA/IPLAN — IBGE — PREALC.

Nordeste do Brasil 1700-1750

Reexame de uma crise

J. H. GALLOWAY *

No período de 1700 a 1750 ocorreram modificações drásticas no Brasil. Os dois elementos principais dessas modificações foram o começo da produção de ouro nas montanhas do atual estado de Minas Gerais, mais tarde em Goiás e Mato Grosso, e um declínio da agricultura nas áreas costeiras do Nordeste. Na historiografia do Brasil essas modificações foram inter-relacionadas, uma como causa, outra com efeito. Assim procedendo, os historiadores prestaram pouca atenção à data da depressão na agricultura ou às variações geográficas da intensidade do declínio. Neste artigo me proponho a examinar os estágios desse declínio mais estreitamente, e a tentar determinar o significado da descoberta do ouro como causa, comparando seu papel a uma outra das possíveis causas, como a seca, instabilidade política e, devido ao surgimento de outros centros de produção de açúcar mais competitivos, o declínio dos preços desse produto. Mostrarei que a depressão agrícola no Nordeste veio muito depois da descoberta inicial do ouro e argumentarei que o preço do açúcar, mais do que os efeitos da corrida do ouro, foi a variável crucial na regulagem de tempo da depressão.

A historiografia tradicional pode ser resumidamente revista. Ela afirma que, no começo do século dezoito, a economia agrícola do Nordeste entrou num período de crise e declínio. Parte das dificuldades foi atribuída ao aumento da competição dos produtores do Caribe, mas a

* Departamento de Geografia da Universidade de Toronto — Canadá.

causa principal foi admitida como sendo a descoberta do ouro durante os últimos anos do século dezessete e, mais tarde, no interior do Brasil, descobertas que produziram a centelha da primeira corrida do ouro dos tempos modernos. Os plantadores de cana, estamos informados, deixaram seus Estados e, levando seus escravos, marcharam para o interior à procura do ouro. Nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro as tripulações abandonavam seus navios, caixeiros e aprendizes deixavam suas lojas e se juntavam à corrente de imigrantes de Portugal, atraídos para o interior do Brasil pela perspectiva de fácil enriquecimento. O efeito culminante da corrida do ouro nas áreas agrícolas do Nordeste foi a escassez da mão-de-obra, o abandono das plantações e queda da produção agrícola. Para os plantadores que permaneceram em seus estados, o problema da diminuição da mão-de-obra foi agravado pelo aumento do preço dos escravos, acarretado pela demanda desses braços nos distritos auríferos. Assim, na passagem do século, o primeiro *boom* na economia do Brasil, baseado no açúcar, deu lugar ao segundo *boom*, baseado no ouro. O Nordeste se encontrou desgovernado nas águas revoltas dos acontecimentos, sofrendo declínio na agricultura e perda da população. Um símbolo deste estado de coisas foi a eventual remoção da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. Tal resumo, em linhas gerais, é a história tradicional.

As origens desta interpretação podem ser localizadas nos relatórios contemporâneos dos governadores gerais nos princípios do século dezoito. João de Lencastre emitiu conceitos sobre as prováveis consequências que a descoberta do ouro acarretaria para o Nordeste em duas cartas ao Rei, escritas em Salvador em 1700 e 1701. Lencastre previu que o preço dos escravos aumentaria e que a mão-de-obra seria tirada dos campos para trabalhar nos distritos auríferos, em detrimento da agricultura de Portugal e do Brasil. Considerou, também, que o ouro do Brasil entraria no Tejo apenas para ser reexportado; a Inglaterra, a França, a Holanda e os estados italianos seriam os píses que lucrariam. "Seus, serão os benefícios", escreveu Lencastre, "nosso, o trabalho".¹ Os receios de Lencastre pela agricultura brasileira foram compartilhados por seu sucessor em Salvador, Rodrigo da Costa, que asseverou que a verdadeira riqueza do Brasil estava mais na sua agricultura do que nas suas minas.² A mesma opinião foi vigorosamente defendida por Antonil no seu clássico relato da economia e vida da colônia, *Cultura e Opulência do Brasil*, rica fonte para os historiadores.³

O que veio a ser relato padrão do impacto da descoberta do ouro sobre o Nordeste apareceu, em 1730, na *História da América Portuguesa*,

1 Lencastre ao Rei, Bahia, 27 de janeiro de 1700, na Biblioteca do Palácio da Ajuda, Lisboa, 5-VI-24, fôlio 454, e especialmente Lencastre ao Rei, Bahia, 12 de janeiro de 1701, Arquivo da Casa de Cadaval, Muge, Portugal, Cod. 1087, fôlios 488-490, reimpresso por André Mansuy na sua edição de Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (Paris, 1968), 586/90. A citação é da carta de 1701.

2 Dom Rodrigo da Costa debateu o caso da agricultura enquanto em função na Bahia e mais tarde em Lisboa como membro do Conselho Ultramarino. Veja o seguinte: da Costa para o Rei, Bahia, 20 de janeiro de 1703, 25 de junho, 1703 e 26 de junho 1703, no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (A.H.U.L. daqui em diante), Bahia caixa 20, 1701/3: da Costa para o Rei, Lisboa, 19 de junho, 1706, Impresso em Eduardo de Castro e Almeida, *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil Existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, de Lisboa, Bahia, 5 vols. (Rio de Janeiro, 1913/18) Vol. IV, 303/4, Doc. 2917 (C. e A. daqui em diante) Veja também a "Consulta", do Conselho Ultramarino, Lisboa, 1.º de setembro de 1706, em C. e A., Bahia, VI, 301/2, Docs. 2913 e 2914, dos quais Rodrigo da Costa foi o signatário.

3 Antonil, *Cultura e Opulência*, Mansuy (Ed.) op. cit. Para a descrição das pessoas indo para Minas Gerais veja pág. 368. Há uma condenação sucinta dos campos de ouro nas pp. 462/4. O livro original de Antonil é difícil de se entender, daí a referência à edição de Mansuy.

de Sabastião da Rocha Pitta.⁴ A discussão de Pitta é muito geral e ele não examina a intensidade do declínio da produção agrícola nem a magnitude das migrações da população. Southey, o historiador inglês do Brasil, escreveu sobre o assunto em proporções muito maiores e com mais brilhantismo do que Pitta, não fornecendo, contudo, nem maiores informações nem maior profundidade de interpretação.⁵ Em termos de uma análise crítica do declínio agrícola, Varnhagen é ainda menos satisfatório do que Southey.⁶ Esta historiografia sobrevive nos trabalhos dos historiadores atuais. Silva Rego falou do “êxodo geral, do abandono do litoral”,⁷ e Poppino, dos campos “que foram abandonados, uma vez que os plantadores estavam interessados em maiores riquezas, ou venderam seus escravos a preços exorbitantes para serem mineiros”.⁸

Esta historiografia é, de modo geral, muito generalizada e sem crítica. É vaga em determinados assuntos importantes, como a intensidade da depressão, as modificações no uso da terra que ela trouxe para a região, e a extensão do movimento da população. Confia, em larga escala, nos comentários dos administradores que eram observadores imparciais dos acontecimentos do Brasil colonial. João de Lencastre, Rodrigo da Costa, e certamente Antonil, estiveram firmemente empenhados na proteção da agricultura e da hegemonia das áreas de colonização mais antiga. Lencastre nutriu alguns temores um tanto alarmantes, em consequência da descoberta do ouro, como o surgimento de uma nova Genebra nos remotos vales do interior, o que seria uma ameaça ao catolicismo e ao Brasil.⁹ Seus relatórios ao Rei, assim como aqueles de da Costa, devem ser interpretados como trabalho de defensores na proteção da agricultura. Nos seus esforços para influenciar a política, e para retardar a expansão da economia de migração eles podem não ter ido além de um pequeno exagero. O fracasso dos historiadores foi o de não examinar este relatório. Foi apenas recentemente que a possibilidade de uma revisão foi levantada, com a sugestão de que a crise não era tão grande como se imaginava.¹⁰

Neste reexame da crise no Nordeste do Brasil confio no relatório despachado para Lisboa pelos funcionários coloniais. Em acréscimo à análise do curso dos acontecimentos, esses relatórios incluem os registros da coleta do dízimo na região, assim como das exportações. O registro dos dízimos (vide figs. 3 e 4) e das exportações fornece medidas quantitativas da produção agrícola e, assim, nos permite seguir o curso e a intensidade da depressão. As exportações para a Europa eram enviadas em comboios que velejavam em intervalos irregulares, partindo de

4 Sebastião da Rocha Pitta, *História da América Portuguesa desde o Anno de Mil Quinhentos do seu Descobrimento até o de Mil e Setecentos e Vinte e Quatro* (Lisboa Ocidental, 1730) 520/22.

5 Robert Southey, *History of Brazil* (Part the Third, London, 1819) 64/6.

6 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil* (5.^a ed. São Paulo, 1956) Vol. 4, 26 e 31.

7 A. da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII* (Lisboa, 2.^a ed., 1970) 26.

8 Rollie E. Poppino, *Brazil, The Land and People* (London and New York, 1969) 95. Para outros exemplos veja J. F. Normano, *Brazil, a Study of Economic Types* (Chapel Hill, 1935) e E. Bradford Burns, *A History of Brazil* (New York and London, 1970) 62/3. O mesmo relato geral aparece em histórias típicas do açúcar: Edmundo O. von Lippmann, *Geschichte des Zuckers, seiner Darstellung und Verwandung, seit den Altesten Zeiten bis zum Beginne der Rubenzucker Fabrikation* (Leipzig, 1890) 300/301 e também Noel Deerr, *The History of Sugar* (London, 1949/50) 2 vols., vol. 1, 110.

9 Lencastre, na carta de 12 de janeiro, 1701, reimpressa na edição de Mansuy de Antonil, op. cit. 586/90.

10 Eulália Maria Lahmeyer Lobo dá a sugestão em *Conflict and Continuity in Brazilian History*, pp. 268/96 em Henry H. Keith e S. F. Edwards (Eds), *Conflict and Continuity in Brazilian Society* (Columbia, South Carolina, 1969).

Salvador e Recife. Apenas pequena parte do total da colheita do açúcar era consumida no Brasil, conseqüentemente os registros da exportação de açúcar fornecem boa indicação sobre a situação da indústria do açúcar. Os números da exportação são bem mais completos para Salvador do que para Recife.¹¹ Os dízimos, conhecidos no Brasil como "Dízimos Reais", eram taxas de uma proporção fixada do produto das culturas.¹² O direito de cobrar o dízimo em Portugal e suas possessões veio a ser concedido à Ordem de Cristo, cujo grão-mestre tornou-se hereditário na Coroa e, assim, a cobrança de dízimos se tornou uma prerrogativa real. Os dízimos eram arrendados e no começo do século dezoito constituíam a principal fonte da renda real no Brasil.¹³ Dos impostos, a Coroa era obrigada a custear as despesas da Igreja no Brasil, mas ainda sobrava grande parte depois de cumprida a obrigação, que era empregada na manutenção militar e administração civil da colônia. Os registros que restaram foram os dos contratos para os quais os dízimos foram vendidos e não as rendas das taxas atuais.¹⁴ Os contratos representavam a expectativa do que as taxas renderiam e, além do prazo longo, flutuava com o valor da produção agrícola. Outros acontecimentos como a boa ou má colheita, o aumento ou diminuição da área cultivada ou da ascensão ou queda dos preços das culturas podiam afetar o valor dos contratos, mas os registros dos dízimos sobre este meio século estão isentos de modificações atribuíveis ao reajustamento da moeda corrente portuguesa¹⁵ ou à transferência da terra, por legado, de um proprietário leigo tributável para um proprietário eclesiástico não tributável.¹⁶ As médias oscilantes do valor dos contratos para as quatro capitanias estão

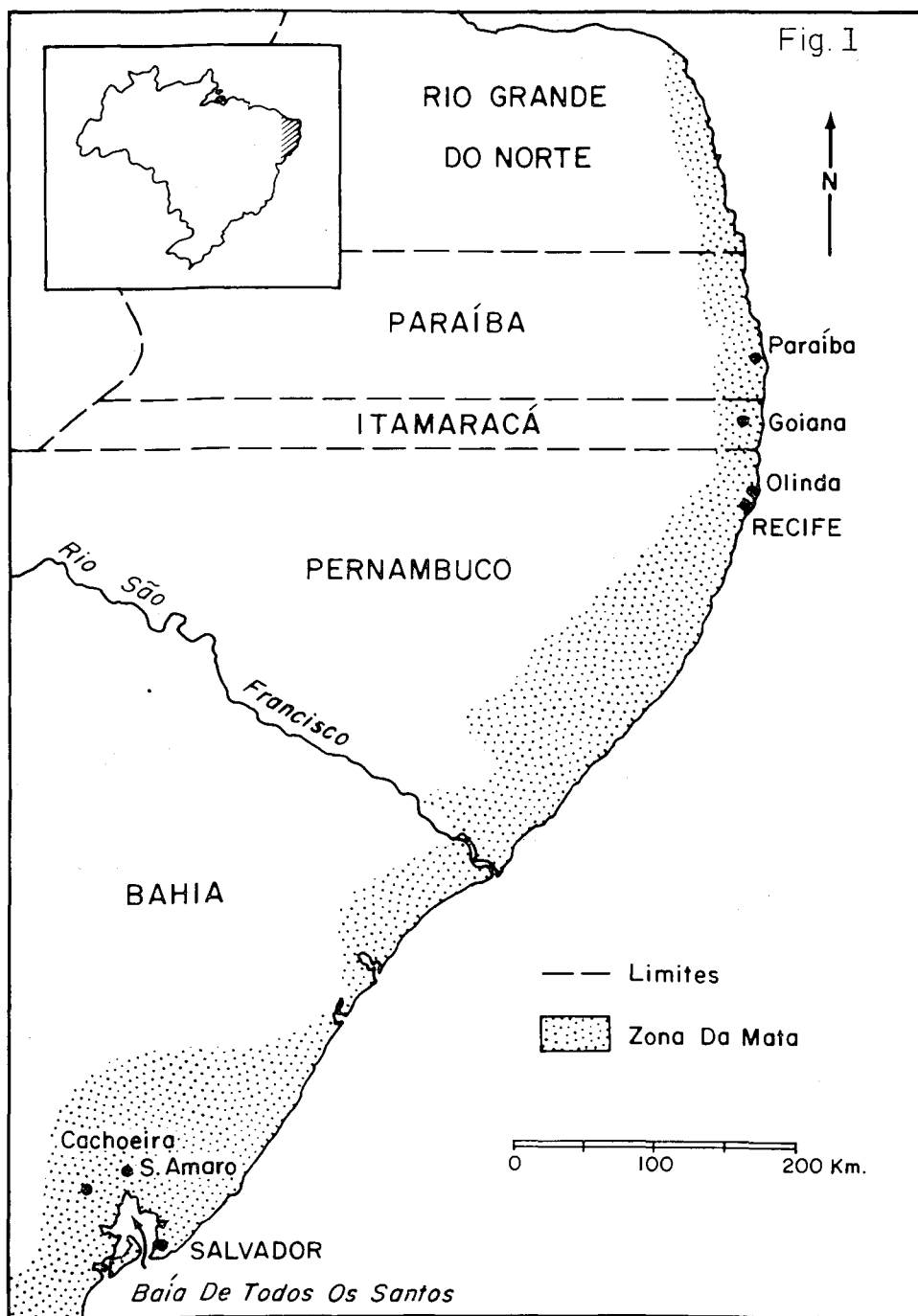
- 11 Os registros das exportações de açúcar podem ser encontrados em duas fontes. De 1715, as exportações do Brasil foram publicadas na *Gazeta de Lisboa*. Os itens na *Gazeta referentes* ao Brasil foram resumidos e publicados por Manuel Lopes de Almeida, *Notícias Históricas de Portugal e Brasil* (Coimbra, 1961/64) Vol. I. para os anos de 1715/50 e Vol. II para os anos de 1751/1800. Para as exportações de açúcar de Salvador veja também os registros da Junta de Tabaco que estão preservadas na Torre do Tombo (T. de T.) em Lisboa. Os importante *maços* (pacotes de documentos) são de número 96 a 104A para os anos de 1698 a 1759.
- 12 A literatura sobre os dízimos no Brasil é muito escassa. Veja Dom Oscar de Oliveira, *Os Dízimos Eclesiásticos do Brasil nos Períodos da Colônia e do Império*, in *Estudos*, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1964, Vol. 3, trabalho originalmente publicado em Juiz de Fora, em 1940. A introdução ao assunto em inglês é de Manuel Cardoso, "Tithes in Colonial Minas Gerais", *The Catholic Historical Review* 38 (1952): 175/82.
- 13 Um estudo detalhado da taxa e finanças no Nordeste do Brasil tem ainda de ser feito. Para discussão das finanças no Brasil Colonial, no Rio de Janeiro, consultar Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil* (Berkeley e Los Angeles, 1968) 279/417. De acordo com Alden, p. 301, entre 1550 e 1650 "os dízimos eram, de longe, a fonte de renda principal da Coroa vinda da colônia".
- 14 Esses registros podem ser encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (A.H.U.L.). As referências aos documentos no A.H.U.L. são os seguintes: Capitania, caixa ou maço, data da caixa ou maço, escrevente, recebedor e data da carta.
- 15 Em 1688 a moeda corrente portuguesa foi desvalorizada. De acordo com Vitorino de Magalhães Godinho, "O principal efeito foi dotar Portugal com uma moeda de confiança que permanecesse firme nas próximas décadas". Veja V. de Magalhães Godinho, "Portugal and Her Empire 1680-1720", pp. 509/39 no *New Cambridge Modern History* (Cambridge, 1970), Vol. VI, citação p. 514. A estabilidade da taxa de câmbio entre a esterlina e o milreis português, 1700/1770, e apresentado no Apendix VI de H.E.S. Fisher, *The Portugal Trade* (London 1971) 147. Para a relação do cruzado português (400 reis) no câmbio de Amsterdam, veja N. W. Posthumus, *Inquiry into the History of prices in Holland* (Leiden, 1946/64). Vol. 1, 595/600. Modificações no valor do marco ouro (1722) e do marco prata (1734, 1747), anotados por A. H. de Oliveira Marques, *History of Portugal* (New York and London, 1972) Vol. I, "From Lusitania to Empire", 390, não parece ter afetado a taxa de câmbio do mil reis.
- 16 O Rei para o Governador e Capitão-Geral do Brasil, Lisboa, 27 de junho in A.H.U.L., Bahia, caixa 23, 1712/14.

representadas no gráfico 2. Há falhas no relatório, mas as exportações e os dízimos do Nordeste forneceram, realmente, a base para indagar e se estender sobre a historiografia tradicional.

No começo do século dezoito a agricultura no Nordeste estava confinada quase que totalmente às quatro capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. O açúcar foi o principal produto comercial e a cana foi cultivada ao longo da costa na denominada zona da mata. Ainda que por volta de 1700 a colonização já tenha ocorrido há uns duzentos anos, a zona da mata não estava totalmente colonizada. Havia, ainda, grandes trechos de terras incultas; as plantações estavam localizadas no Recôncavo baiano, principalmente, uma área de solos férteis em torno da Baía de Todos os Santos e em Pernambuco, imediatamente ao sul de Recife. Ao norte de Recife o cultivo da cana estava confinado aos solos aluviais dos vales, separados uns dos outros pelos tabuleiros áridos de arenito. Nas capitanias menores de Itamaracá e Paraíba as plantações estavam totalmente restritas aos vales dos rios Goiana e Paraíba. O açúcar dessas duas capitanias era enviado a Recife para exportação. Uma segunda cultura comercial, o fumo, desenvolvia-se nos solos arenosos, nas proximidades de Cachoeira, mas apenas em escala bem pequena em outras partes do Nordeste. Não era uma plantação industrial, mas cultivada por homens livres com mão-de-obra da família. O fumo de qualidade superior era exportado para a Europa, o inferior para a África, a fim de ser trocado por escravos. Para o interior da zona da mata, nos espaços abertos das terras interiores ou sertão, criava-se o gado. Carne bovina e bestas de carga eram vendidas para as plantações, e os couros crus exportados. Os canaviais constituíam a chave para a economia regional, constituindo-se não apenas na principal exportação, mas num mercado para os criadores de gado e, indiretamente, através da demanda dos escravos, para os lavradores de fumo. Das quatro capitanias, a Bahia foi a mais importante, porque contribuía com cerca da metade da produção agrícola total do Nordeste.

De acordo com a historiografia tradicional, devemos contar com os registros para assinalar um marcante declínio na produção agrícola logo após a descoberta do ouro, uma vez que alguns plantadores abandonaram seus estados para ir para Minas, enquanto aqueles que permaneceram, encontraram dificuldades em refazer seu suprimento de mão-de-obra, por causa da elevação do preço dos escravos. Este declínio seria seguido por um prolongado período de baixa produtividade agrícola. Mas os registros não revelam tal padrão. Pelo contrário, os primeiros anos do século dezoito foram tempos de prosperidade para a indústria açucareira. Bons preços foram obtidos e exportou-se mais açúcar do que jamais havia sido antes. Os contratos de dízimos também alcançaram níveis recordes. Não foi senão cinquenta ou mais anos depois da descoberta do ouro, e depois deste período de expansão e prosperidade, que ocorreu o declínio na produção de açúcar. Mas este declínio, que alcançou o ponto mais baixo em 1710/12, foi temporário, e nem os funcionários coloniais da época puseram a culpa dele na falta de braço escravo. Durante os anos do declínio a zona da mata foi atingida por uma seca severa, que na Paraíba foi descrita como a pior de que se teve memória.¹⁷ A seca sozinha teria causado uma queda nas exportações e nos títulos de contrato, mas houve problemas adicionais. Já para os fins da primeira década do século os preços do açúcar começaram a

17 A.H.U.L. Paraíba, caixa 2, 1700/713, João da Maya da Gama ao Rei. Paraíba, 27 de maio, 1772. Veja também A.H.U.L. Pernambuco, caixa 17, 1714/16, Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 6 de junho, 1711.



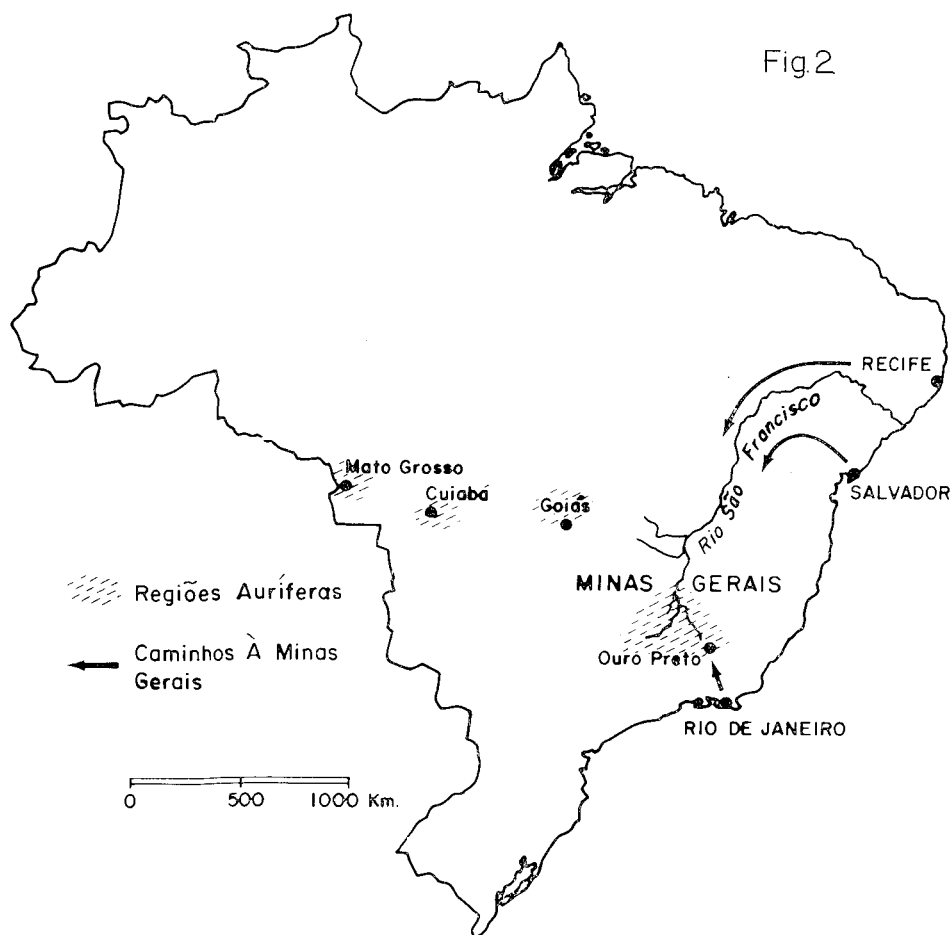
baixar.¹⁸ Relatórios de Salvador, de cerca de 1710 reclamam que a falta de embarques estava retardando as exportações,¹⁹ enquanto em Pernambuco e Paraíba a vida normal era perturbada por uma breve guerra

18 Os preços para o açúcar branco mascavo e refinado brasileiro em Amsterdam são dados em Posthumus, op. cit., Vol. I, 119/25 e 139/40.

19 A.H.U.L. Bahia, caixa 23, 1712/14, Luiz Lopes (?) ao Rei, Bahia 13 de junho, 1712.

civil (a guerra dos Mascates).²⁰ Uma vez restabelecida a paz e dissipada a seca, as culturas entraram novamente em fase de desenvolvimento,²¹ declaração sustentada pelo aumento dos contratos de dízimos. Na Bahia, a taxaço dos lavradores, na segunda década do século, ordena os contratos de dízimos acima do ponto recorde alcançado nos anos de 1704/6, uma perspectiva de restituição que se justificava, uma vez que ocorresse aumento na exportação do açúcar. O declínio da agricultura, no final da primeira década do século, foi causado por dificuldades temporárias e a recuperação não pôde ser feita porque as plantações perderam seu suprimento de mão-de-obra para Minas Gerais. O registro da produção agrícola, na segunda década do século, não se enquadra com a historiografia tradicional.

Podia-se argumentar que esta boa apresentação da indústria do açúcar e sua capacidade de manter a mão-de-obra pode ser atribuída ao sucesso da política recomendada por Lencastre, da Costa e outros



20 Para um comentário sobre os efeitos depressivos na agricultura, causados pelos distúrbios civis veja A.H.U.L. Pernambuco, caixa 16, 1712/13, João de Rego Barros ao Rei, Recife, 24 de setembro, 1713.

21 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 16, 1712/13, Félix José Machado ao Rei, Pernambuco, 1.º de setembro, 1713.

que foram admitidos pelo governo metropolitano. Durante os primeiros anos do século Lisboa tentou proteger o Nordeste dos efeitos perniciosos acarretados pela corrida do ouro. Foram editados regulamentos para limitar o número de escravos que Minas Gerais podia importar anualmente, a fim de controlar o movimento de escravos dentro do Brasil e assegurar que esses fossem enviados da África diretamente para o Nordeste. Não havia, entretanto, nenhum modo de Portugal poder policiar as trilhas no interior do Brasil ou a extensa costa atlântica, e este plano para organizar o tráfico de escravos, em favor dos interesses do Nordeste, era inexequível. Os registros da indústria do açúcar durante esses anos mostram que era também desnecessário. Como o Nordeste não havia sofrido a catástrofe prevista, enquanto um aumento na produção de ouro ocasionou um crescimento de importância para o Tesouro Real da cobrança de uma taxa em ouro, o quinto, a política de restrição do fornecimento da mão-de-obra para Minas Gerais tornou-se cada vez menos defensável e os regulamentos foram revogados no fim da década.²² O abandono da posição pró-agrícola por parte de Lisboa não frustrou a recuperação da produção de açúcar. Seguindo o declínio de 1710, os índices da produção agrícola variaram no seu testemunho, de capitania para capitania, sendo o contraste mais marcante aquele entre as duas maiores capitanias e as duas menores. Tendo em conta esta variação, o ouro de Minas Gerais teve o seu papel.

A capitania que continuou a resistir mais fortemente ao modelo subentendido pela historiografia tradicional foi a Bahia. Nos princípios de 1720 e de novo dez anos mais tarde, as exportações e os contratos de díizimos se aproximaram dos níveis registrados nos primeiros anos do século. A queda da produção nos mercados de 1720 foi causada pela seca que afligiu todo o Nordeste.²³ Nos relatórios em que esta baixa foi discutida não há menção de problema de mão-de-obra. Houve, na verdade, um aumento no preço dos escravos desde 1700,²⁴ mas a evidência diante de nós indica que os plantadores de cana baianos foram capazes de absorver este custo extra. Os plantadores baianos estavam numa posição competitiva mais favorável do que a maioria dos outros plantadores do Nordeste. Desfrutavam da vantagem dos solos mais férteis do Recôncavo e a Bahia de Todos os Santos oferecia abrigo para a frota comercial de exportação e transporte marítimo barato para Salvador. Suas plantações eram grandes, estabelecidas há muito tempo e bem equipadas. Pode-se supor, portanto, que tinham fácil acesso ao crédito. Talvez a vantagem mais destacada de todas residia no fato de que a Bahia plantava fumo, mercadoria de muita procura na África, onde podia ser negociada em troca de escravos. Durante os anos que se seguiram a 1700, os registros da *Junta do Tabaco* — a agência que administrava o comércio do fumo — mostravam não somente um aumento na produ-

22 Essa sentença resume o importante tópico da reação da Coroa em relação a descoberta do ouro e os debates sobre a política a ser adotada. Um interessante artigo sobre o assunto encontra-se em Manoel Cardoso, "The Brazilian Gold Rush", *The Americas* 3 (1946) 137/160.

23 Veja os comentários in A.H.U.L. Bahia, caixa 31, 1725, Vasco Luiz Cesar de Menezes para o Rei, Bahia, 20 de janeiro, 1725, e A.H.U.L. Bahia, caixa 35, 1726, Paulo Luiz da Costa para o Rei, 4 de fevereiro, 1726. Existem numerosas outras referências no documento sobre a seca durante esses anos.

24 Stuart B. Schwartz, "Free Labor in a Slave Economy: The Lavradores de Cana of Colonial Bahia", pp. 147/197 em Dauril Alden (Ed.), *Colonial Roots of Modern Brazil* (Berkeley, Los Angeles, London, 1973), gráfico na p. 194.

ção, mas também que a maior porcentagem do total da produção foi exportada para a África.²⁵

A Bahia, na verdade, possuía os meios para comprar escravos. Seus estreitos laços com Minas, da qual Salvador era seu porto principal, significava que algum ouro também passava ilegalmente para a África, recebendo escravos como recompensa. O resultado foi que Salvador continuou a ser o principal porto de escravos e a capitania, que contava com cerca da metade da produção agrícola do Nordeste, não havia, por volta de 1730 — mais de trinta anos depois da descoberta do outro — experimentado uma depressão agrícola.

Os registros da produção na segunda maior capitania, Pernambuco, durante o ano de 1720, não são tão completos. A recuperação da baixa de 1710 é claramente indicada, mas a amplitude total dessa recuperação não é registrada. Os plantadores pernambucanos desfrutaram de algumas vantagens. A área imediatamente ao sul de Recife é bastante adequada ao cultivo da cana e as plantações aí eram igualmente grandes como às do Recôncavo e de há muito estabelecidas e bem equipadas. A principal desvantagem em comparação com a Bahia era que o fumo não era cultivado em Pernambuco numa extensão significativa. O comércio de escravos era, portanto, mais difícil. Pernambuco também sofreu com a seca dos meados do ano de 1720.²⁶ Concluiremos que a produção de açúcar em Pernambuco, entre 1715 e 1730, provavelmente não tenha alcançado os níveis dos primeiros anos do século.

As curvas da produção agrícola que chegaram bem perto das ideais dentro da historiografia tradicional são aquelas referentes às capitânicas menores de Itamaracá e Paraíba. Aqui houve pequena recuperação do declínio de 1710 e a produção de açúcar permaneceu baixa. Paraíba e Itamaracá eram as capitânicas mais desfavorecidas. Não só eram as mais remotas, tendo que negociar através de Recife — que adicionava despesas de importação e exportação — assim como constituíam fonte constante de contendas com os funcionários pernambucanos, pois as plantações eram pequenas e muitas delas apenas recentemente fundadas. Os plantadores estavam longe de possuir a mesma riqueza e prestígio daqueles do Recôncavo e suas modestas propriedades não valiam como garantia para levantamento de crédito. Cultivava-se pouco fumo em ambas as capitânicas. Em acréscimo a essas desvantagens tinham que lutar contra as secas periódicas. A de 1720 foi particularmente difícil. Em 1723 a Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, a capital de Itamaracá, apresentava um cenário de ruína total, com os escravos morrendo de inanição.²⁷ Na Paraíba, um ano mais tarde, João Abreu de Castelbranco, o Capitão Geral, relatou que mais da metade dos escravos em sua capitania morreram, que o alimento era escasso e a pilhagem e o roubo a mão-armada tornaram-se comum.²⁸ A produção de açúcar caiu de tal maneira que as plantações, que anteriormente produziam 200 caixas de açúcar por ano, só davam apenas 50.²⁹

25 A afirmação é baseada no exame das exportações de tabaco de Salvador nos registros da Junta do Tabaco (T. do T.), maços 96 a 104A, 1698 a 1759.

26 Ver A.H.U.L. Pernambuco, caixa 19, 1721-24, Conselho da Cidade de Olinda para o Rei, 8 de dezembro, 1723, e A.H.U.L. Pernambuco, caixa 20, 1725/26, Conselho da Cidade de Olinda para o Rei, 16 de agosto, 1725.

27 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 21A, 1726, a Santa Casa de Misericórdia da Vila de Goiânia, Itamaracá ao Rei, 15 de agosto, 1725.

28 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 6, 1714-1725, João de Abreu Castelbranco ao Rei, Paraíba, 22 de abril, 1722.

29 A.H.U.L. Paraíba, caixa 6, 1714-1725, João de Abreu de Castelbranco ao Rei, Paraíba, 22 de abril, 1722.

O declínio da renda dos dízimos causou uma crise no tesouro paraibano. A folha de pagamento não era feita (por volta de 1726 os soldados não receberam pagamento durante três anos³⁰) enquanto as finanças da capitania viessem a depender de subsídios vindos de Pernambuco.³¹ Ao contrário da Bahia e Pernambuco, no ano de 1720, Itamaracá e Paraíba se encontravam num estado de depressão econômica próximo ao caos, acarretado, em primeira instância, pela seca, mas prolongado e agravado pelas dificuldades de mão-de-obra.

O declínio da população escrava da Paraíba e Itamaracá foi devido mais à morte, durante a seca, do que à venda de escravos para Minas Gerais; mas qualquer que tenha sido a causa da perda, os plantadores tiveram dificuldades em fazer a reposição. A partir de 1715 em diante, as reclamações a respeito da deficiência e despesas com escravos apareciam nos despachos de ambas as capitanias. O governo de Lisboa reconhecia a dificuldade e aconselhava cada capitania a negociar seus escravos diretamente com a África, passando por cima de Recife, o que ambas se decidiram a fazer.³² Esta política resultou apenas em grau limitado de sucesso. João da Maya da Gama, Capitão-Mor da Paraíba por vários anos durante a segunda década do século, tentou fazê-la funcionar. Foi um observador muito mordaz dos negócios locais, em relação às opiniões pobres dos plantadores, a quem caracterizava como homens imprestáveis e desprezíveis. Já no ano de 1714 aprontou uma escuna para mandar à África, mas teve grande dificuldade em conseguir um carregamento para trocar por escravos. Nenhum dos plantadores de cana contribuiu para o carregamento, e apenas dez rolos de fumo foram embarcados. Da Gama teve, pessoalmente, que providenciar as mercadorias — não especificou quais em seu relatório — assim como cidadão particulares, na cidade de Paraíba e em Itamaracá. Dentro de quatro meses a escuna havia voltado com 170 escravos, mas não foi bem sucedido na venda de nenhum dos escravos aos plantadores da Paraíba, nem foi capaz de vender, localmente, os escravos trazidos numa segunda viagem.³³ Talvez da Gama estivesse procurando uma desculpa para vender os escravos em Pernambuco e obter um lucro muito maior, mas quaisquer que tenham sido as observações pessoais tendenciosas, no relatório, dois pontos sobressaem que realmente refletem as dificuldades que as duas capitanias estavam passando. Arranjar um carregamento para negociar por escravos criava problemas, porque as mercadorias ficavam distantes das fontes do ouro e plantavam pouca quantidade de fumo. Daí estarem em grande desvantagem, comparadas

30 A.H.U.L. Paraíba, caixa 7, 1726-1730, João de Abreu de Castelbranco ao Rei, Paraíba, 17 de setembro, 1726.

31 Tive dificuldade em datar o começo deste subsídio. A referência mais antiga que obtive para o verdadeiro pagamento do subsídio foi a de 1729. A.H.U.L. Paraíba, caixa 7, 1726-1730, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao Rei, Paraíba, 22 de junho, 1729. Em 1724 20.000 cruzados para Paraíba são mencionados no contrato para os Dízimos das Alfândegas de Pernambuco e Paraíba: relatório sobre as finanças paraibanas, datado de 2 de maio, 1747, em A.H.U.L., Paraíba, maço 9, 1746-48 há uma referência para um pedido de subsídio em 1703. O subsídio era pago muito irregularmente. Por volta de 1747, de acordo com o relatório acima mencionado, deste ano, o subsídio era em obrigações num total de 50:318\$197 milreis.

32 Veja a correspondência em A.H.U.L., Pernambuco, caixa 18, 1717-1720, João de Rego Barros, Recife, ao Rei, 13 de novembro, 1718; Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 10 de março 1719; Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 3 de julho, 1719. Também Documentos Históricos (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1953), Vol. XCIX, pp. 83/85.

33 A.H.U.L. Paraíba, caixa 6, 1714-1725, o Rei ao Capitão-Mor da Paraíba, Lisboa 2 de setembro, 1715 e A.H.U.L. Paraíba, caixa 6, 1714-1715, João da Maya da Gama ao Rei, Paraíba, 22 de agosto, 1716.

com a Bahia, no comércio de escravos. Em segundo lugar, os anos de colheitas pobres tinham deixado os plantadores sem recursos ou crédito para comprar escravos. Foi nessas pequenas e pobres capitanias que as repercussões da descoberta do ouro produziram efeitos duradouros na agricultura.

Nos começos de 1730 os índices de produção de açúcar registraram acentuada queda. Na Bahia e Pernambuco o declínio foi extremamente acentuado, com o ponto mais baixo alcançado nos fins de 1730, que foi bem abaixo do que o de vinte anos atrás. Além disso, ao contrário do que aconteceu nessa época, a recuperação demorou muito, especialmente na Bahia. Durante os anos do meio século as exportações de açúcar da Bahia atingiram a apenas 40 ou 50% daquelas dos anos bons do começo do século, e não alcançaram novamente os elevados níveis até 1780.³⁴ Em Pernambuco, as exportações de açúcar durante o ano de 1750, quando os dízimos indicaram a medida da recuperação do ponto mais baixo até atingir uma média anual de apenas 5.500 caixas e no ano de 1760 de 7.200 caixas, em contraposição à média anual de 12.000 caixas do começo do século.³⁵ É no ano de 1730 e nas décadas seguintes, e não imediatamente depois da descoberta do ouro, que ocorreu aí acentuado declínio da produção, seguido de muitos anos de baixa produtividade que está contido no modelo da historiografia tradicional. De fato, apenas depois de 1730, com o declínio da produção do açúcar nas principais capitanias, pode ser dito que houve depressão agrícola no Nordeste.

O deslocamento da atuação da depressão, de uns 30 a 40 anos, onde tradicionalmente havia sido estabelecida, é a principal conclusão a ser tirada deste reexame da crise. A nova data para a depressão traz com ela, inevitavelmente, a necessidade de se reconsiderar as causas. Os acontecimentos que causaram apenas impactos temporários sobre a produção podem ser excluídos como causa do que foi uma depressão prolongada, embora a intensidade do declínio no começo dos trinta possa, em parte, ser devido à seca. A historiografia tradicional tem dado ênfase ao problema da mão-de-obra causado pela descoberta do ouro. Nos anos do meio do século ocorreu o período máximo da produção de ouro em Minas Gerais. Houve um aumento irregular na arrecadação do *quinto* durante o ano de 1730, alcançando o máximo em 1740; houve, também, um aumento de rendimento na cobrança de impostos sobre as importações de Minas Gerais,³⁶ embora o gráfico geral de exportação de ouro não se correlacione com o gráfico da exportação de açúcar. Contudo, há evidência de uma coincidência entre o aumento da atividade em Minas Gerais e a depressão agrícola no Nordeste, o que suscita a questão de que devamos aceitar a tese de que a expansão da economia de mineração provocou uma crise agrícola no Nordeste, quando a descoberta inicial do

34 Para as exportações do açúcar baiano do ano de 1780, veja o "Discurso Preliminar, Histórico, Introductivo com Natureza de Descrição Economica da Comarca, e Cidade da Bahia", publicado nos *Annais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* 27 (1906) 281-348, ref. p. 315. Este Discurso dá números mais baixos para as exportações de açúcar da Bahia do que os compilados por mim para o gráfico 1. De acordo com o Discurso, o total das exportações, para os anos de 1736-39 inclusive, foram de 10.000 caixas, e a média anual das exportações de 1739-1766 foi de 6.629 caixas. Esses números parecem ser aqueles usados por Jorge de Macedo, *A Situação Econômica no Tempo de Pombal, Alguns Aspectos* (Porto, 1951) 170.

35 Antonil, Mansuy (Ed.). op. cit. 276, menciona Pernambuco como produzindo 12.300 caixas de açúcar por ano, das quais 12.100 foram exportadas. Para as exportações de 1750 e 1760 veja o relatório: "Informações da Junta da Administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba" datada em Lisboa, 20 de abril, 1780, in A.H.U.L. Pernambuco, caixa 65, 1777.

36 Kenneth R. Maxwell, *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1803* (Cambridge, 1973) 254.

ouro não o fez. Não houve necessidade de se recorrer a esta orientação ou argumento para uma explicação alternativa de que a depressão residiu no preço do açúcar no mercado mundial. Em 1731, o Conselho Ultramarino em Lisboa comentou a queda dos preços do açúcar;³⁷ em 1738 o Conselho da Cidade de Olinda, a primeira capital de Pernambuco, reclamava que os preços do açúcar, do fumo e de couros estavam todos baixos.³⁸ Os preços do açúcar flutuavam de fato, mas a julgar pelo que evidenciava o mercado de Amsterdam, alcançaram seu ponto mais baixo na metade do século, no ano de 1730.³⁹ Os preços permaneceram geralmente baixos nas décadas do meio do século e, apenas quando os preços aumentaram substancialmente para os fins do século, a produção de açúcar no Nordeste alcançou, realmente, os níveis da pré-depressão. O preço do açúcar, portanto, aparece como variável decisiva na regulação do tempo da depressão.

O argumento de que foi o preço do açúcar, de preferência às dificuldades de obtenção de mão-de-obra que acarretou a depressão, seria fortalecido se pudesse ser demonstrado que durante a depressão havia disponibilidade de mão-de-obra para os plantadores. Os escravos estavam sendo importados pelo Nordeste, mas também por Minas Gerais. O que

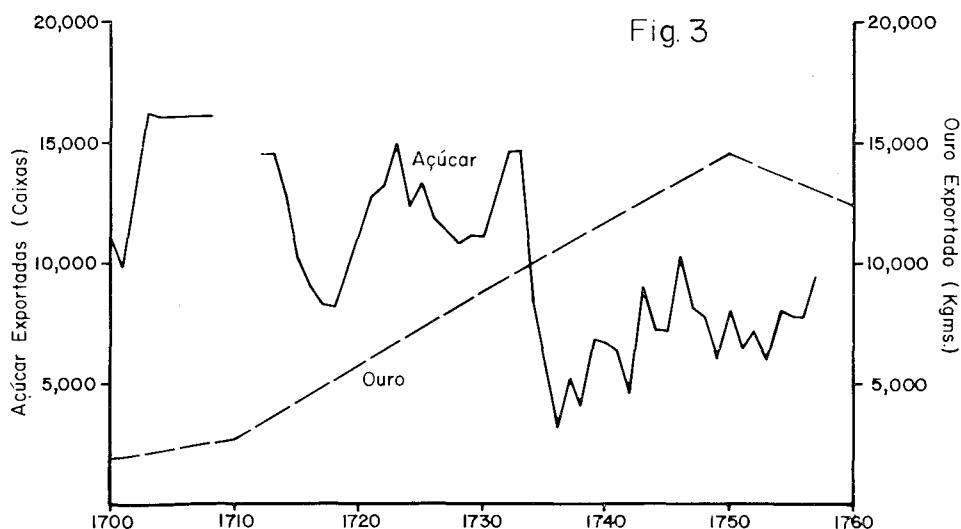


Fig. 3 — Açúcar Exportado de Salvador: Médias variáveis em cinco anos. As exportações para os anos de 1704/08, inclusive, foram enviadas em três comboios. O carregamento desses comboios foi dividido proporcionalmente pelos cinco anos.

Fontes: Torre do Tombo, Lisboa, Junta do Tabaco, maços 96-104 e a Gazeta de Lisboa.

Exportações de Ouro: gráfico desenhado a partir dos números sobre exportação do ouro, frequentemente publicados nas fontes padrões, mais recentemente em H.E.S. Fisher, *The Portugal Trade* (London, 1971) 30.

Veja também Frédéric Mauro, "De l'or du Minas Gerais au Café du Paraíba: Remarque de l'Histoire Comparée", pp. 235/246, em F. Mauro, *Études Economique Sur l'Expansion Portugaise 1500-1900* (Paris 1970), 236. Veja também J. F. Normano, *Brazil, a Study of Economic Types* (Chapel Hill, 1935), 31.

A fonte para esses números é A. Soetbeer, "Edelmetall Produktion und Werthverhältnis Zwischen Gold und Silber", *Petermann's Mitteilungen, Ergänzungsheft*, 57 (1879).

37 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 26, 1730-1732, Conselho Ultramarino, Lisboa, ao Rei, 27 de agosto, 1731.

38 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 32, 1738, Conselho da Cidade de Olinda ao Rei, 5 de abril, 1738.

39 Posthumus, op. cit. 119/25, 139/40.

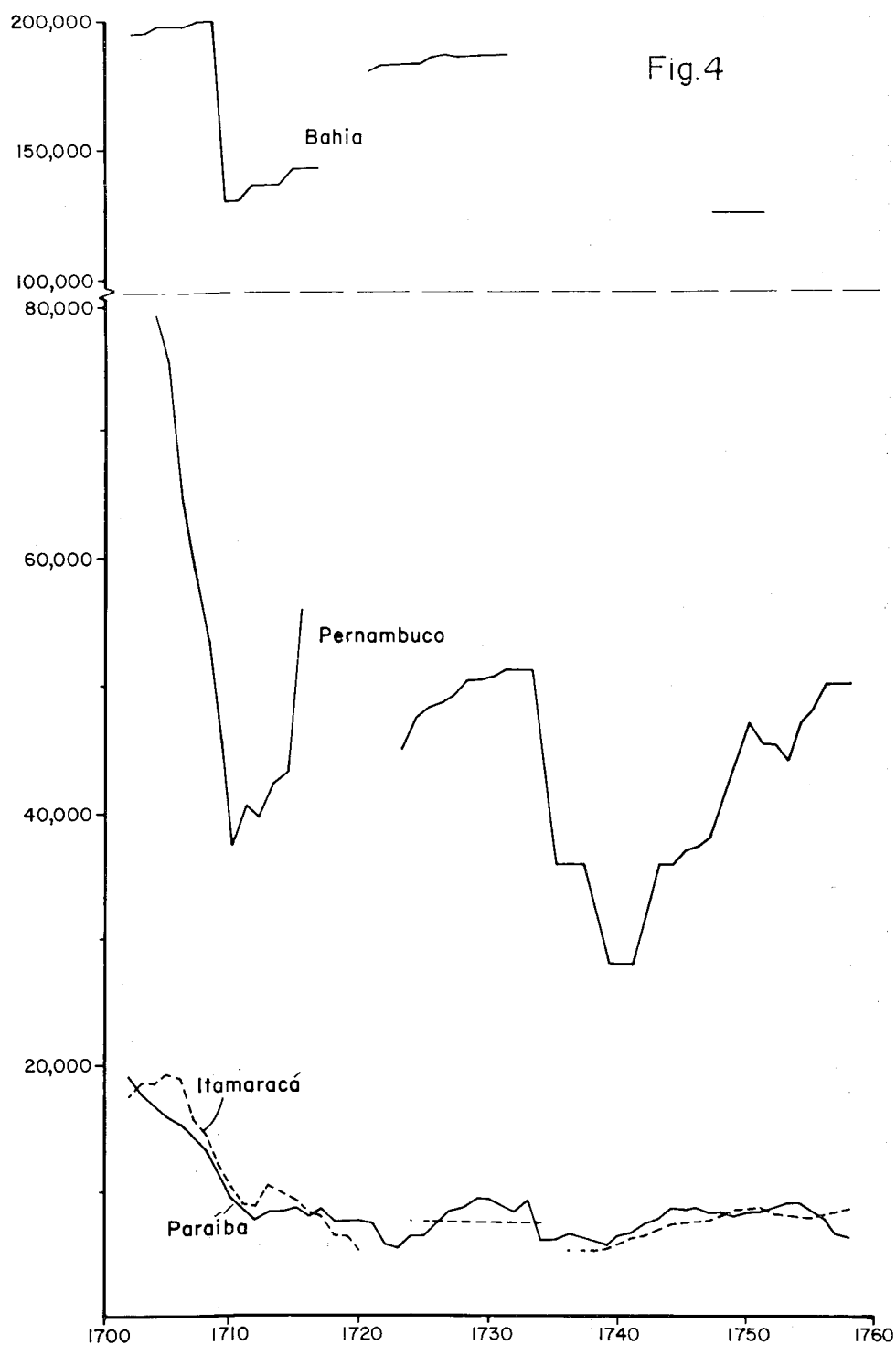


Fig. 4 — Contratos de Dízimos: Médias variáveis em cinco anos, valor em cruzados.
 Fontes: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, caixas e maços para Bahia, Pernambuco e Paraíba, 1700/60. Bahia, 17006, de Documentos Históricos, 95 (1952) 218/19.

se tem de descobrir é quantos escravos permaneceram no Nordeste. Em outras palavras, temos de calcular a estimativa do comércio de escravos para o Nordeste, por ano ou década. Um documento prevê justamente tais informações para o ano de 1750. Esta foi a década de maior atividade em Minas Gerais, uma vez que dos 21.848 escravos trazidos da África para Recife, 8.463 ou 40% foram comprados localmente, enquanto 13.385 foram enviados para o Rio e Minas.⁴⁰ Infelizmente não descobri semelhante computação para os primeiros anos ou para a Bahia. A discussão está, de fato, prejudicada pela falta de informações. Dados esparsos sobre a importação de escravos para o Nordeste realmente existem, mas ainda mais difíceis de se conseguir são os números sobre o movimento de escravos do Nordeste para Minas. Entretanto, não é necessário exatidão absoluta para estabelecer o ponto em que havia disponibilidade de escravos para os plantadores; o que é preciso é apenas uma indicação do volume do movimento de escravos dentro e fora do Nordeste. Para este fim, é possível calcular o número de escravos envolvidos no tráfico entre o Nordeste e Minas Gerais, dos registros de impostos que a Coroa começou a cobrar em 1714/15 sobre os escravos que deixavam o Nordeste para Minas.⁴¹ Todos os escravos eram taxados, quer estivessem apenas em trânsito pelo Nordeste quer retirados da população escrava existente na região. Inicialmente a taxa era de 4\$500 reis por cabeça, mas em 1725 a taxa sobre os escravos que seguiam a rota terrestre para Minas foi estabelecida em 9\$000 mil reis, para aqueles que iam por mar, via Rio de Janeiro, a taxa permanecia em 4\$500. A rota interna era mais popular — daí a taxa mais elevada — com, aproximadamente, dois terços dos escravos da Bahia dando preferência a ela, pelo menos era esta a situação no começo de 1720.⁴² As taxas foram arredondadas em dois contratos: uma para os escravos que deixavam ou passavam pela Bahia; a outra para os que deixavam ou passavam por Pernambuco e Paraíba. Presumivelmente houve evasões, mas o valor dos contratos refletem o número aproximado de escravos que os cobradores de impostos antecipavam e seriam incluídos cada ano no tráfico.

Por alguns anos o valor desses contratos, assim como os números dos escravos permaneceram, de modo que é possível calcular o balanço do comércio. Em Pernambuco, a informação para os anos de 1722/31 é particularmente boa e o cálculo do balanço do comércio para cada ano é apresentado na tabela. O ponto básico apresentado por esta tabela foi favorável a Pernambuco e Paraíba. Os números dados na tabela, com relação aos escravos que permaneceram nessas capitanias, são certamente baixos para o cálculo da parte da importação; apenas aqueles escravos importados da Costa da Mina são incluídos, e mesmo sendo esta a principal fonte de escravos, alguns escravos foram importados de ou-

40 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 65, 1777, "Informação da Junta da Administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba", submetida à Rainha em Lisboa, 20 de abril, 1780. Este relatório pretende, também, que dos 21.289 escravos trazidos de Angola para Pernambuco entre 1761 e 1770, apenas 1.653 foram para o Rio de Janeiro; dos 4.322 trazidos da Costa da Mina durante esses mesmos anos, 2.920 ficaram em Pernambuco.

41 Um despacho de João do Rego Barros, Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, ao Rei, 20 de agosto, 1726, mostra a cobrança das taxas começando em 1715: A.H.U.L. Pernambuco, caixa 20, 1725/26. Veja também Aiden, op. cit. 303.

42 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 20, 1725/26, Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros, 20 de agosto, 1726 ao Rei; A.H.U.L. Bahia, caixa 31, 1725, o Rei a Vasco Fernandez Cesar de Menezes, 24 de janeiro, 1725. Houve discussão a respeito dos impostos: na mesma caixa, veja resposta de Menezes, Bahia, 24 de junho, 1725 ao Rei. No período de 3 anos, terminando em junho, 1725, 10.558 escravos deixaram a Bahia para Minas, 3.587 deles por mar.

tras partes da África. Os dados baianos (tabela 2) corroboram o mesmo ponto, de que o balanço do comércio de escravos foi favorável ao Nordeste. Como pode ser visto nessas tabelas, o valor dos contratos baianos foi muito mais alto do que os de Pernambuco e Paraíba, um fato que reflete a maior importância de Salvador sobre Recife como porto de escravos. Os poucos contratos baianos que permaneceram sugerem que seu valor flutuou pouco. Para os anos de 1728/48, Verger calculou que Salvador importou da Costa da Mina uma média anual de 4.750 escravos.⁴³ Usando este número em conjunção com o valor do contrato de escravos com destino a Minas, de 20.000\$000, e considerando que dois terços dos escravos seguiam a rota por terra, o balanço do comércio em favor da Bahia foi da ordem de 2.000 por ano. Este também é o número mínimo para os cálculos de Verger, que são apenas para escravos importados da Costa da Mina e não leva em conta escravos vindos de outras partes da África. A corrida do ouro e o aumento no preço dos escravos nos primeiros anos do século não impediu o registro das exportações de açúcar e, apenas eventualmente, começou a restringir o cultivo da cana nas plantações mais pobres; os cálculos nas tabelas 1 e 2 e o registro do comércio em Recife, no ano de 1750, mostram que no segundo quartel do século, se tanto, o Nordeste dispunha ainda de um balanço favorável no comércio de escravos e podia competir com Minas, mesmo durante os anos de produção máxima do ouro.

A discussão acima não se vale, finalmente, da tese da escassez de mão-de-obra como causa da depressão, pois o excedente no comércio de escravos pode ter sido abaixo do nível necessário para substituir os escravos que morriam nas plantações. Seria este o caso: o braço escravo estaria gradativamente definhando? A resposta a esta pergunta terá que esperar até que mais dados sobre a população escrava do Nordeste venham a luz. Um enfraquecimento da força de trabalho teria produzido uma crise que não tinha alternativa para a existência da escravidão, mas há evidência de que existe, de fato, uma alternativa, e que não tinha sido explorada pelos plantadores. Homens livres, de acordo com um relatório, estavam sendo empregados em algumas plantações da Paraíba que tinham poucos escravos⁴⁴ e, na metade do século, havia numerosa população livre empregada no Nordeste; dita em números, cerca de 50.000 somente em Pernambuco. Havia interesse em saber como esse povo podia estar empregado. A solução proposta foi pô-lo a trabalhar no cultivo do algodão, de preferência ao da cana. Foi ainda sugerido que os plantadores de cana cultivassem algum algodão em suas terras.⁴⁵ Estas propostas para solucionar problemas de emprego não concordam com o ponto de vista de que a indústria do açúcar sofresse depressão por causa da falta da mão-de-obra. O algodão chegou mais tarde no século, tornando-se importante produto de exportação do Nordeste. Em resumo, a evidência de fornecimento de escravos para o Nordeste e a existência de emprego rural leva à conclusão de que a historiografia tradicional superenfatizou o problema da mão-de-obra como causa da depressão. Repercussões no mercado internacional em relação ao açúcar e não a economia de mineração em Minas Gerais acarretaram a crise agrícola.

43 Pierre Verger, *Flux et Reflux de la Traité des Nègres entre Le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du Dix-Septième au Neuvième Siècle* (Paris et La Haye, 1968) 664.

44 Os índios eram empregados para cortar lenha para as plantações. Sem seu auxílio a fabricação de açúcar não teria sido possível. A.H.U.L. Paraíba, caixa 6, 1714/25, João da Maya da Gama, Paraíba, 20 de agosto, 1716.

45 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 49, 1756/57, Luiz Diogo da Silva a Sebastião José de Carvalho e Mello, Recife, 9 de maio, 1757. Esse desemprego foi descrito como tendo sido os brancos convencidos de que o trabalho era apenas para os pretos.

O dogma final da historiografia tradicional é o declínio da população no Nordeste, uma vez que o povo migrou para Minas Gerais. As descrições, na literatura, dos movimentos das populações não foram acompanhadas pelas estimativas da escala de migração ou da extensão do declínio no Nordeste. Tanto quanto possa estar informado, há apenas uma única exceção para a declaração acima. Em 1938 Friederich W. Friese escreveu que “estimava-se que pelo menos meio milhão de pessoas, incluindo cerca de 300.000 escravos, deixaram a região”.⁴⁶ Foi dada ampla divulgação a este total por intermédio de Preston James, que o incluiu no relato sobre o Nordeste, em seu clássico trabalho sobre geografia regional da América Latina.⁴⁷ Infelizmente, a discussão de Friese não foi documentada e ele não nos diz como chegou a esta avaliação. A convicção foi posteriormente reduzida por sua reivindicação, repetida por James, de que 1710/20 foi o maior período de migração, especialmente da Bahia. Assim mesmo, durante esta década, a produção de açúcar foi aumentada, especialmente na Bahia. A cifra de 300.000 implica numa média de movimento anual por toda a metade do século, de 6.000 escravos, mas os cálculos nas tabelas 1 e 2 indicam um movimento de cerca de 3.500 escravos por ano e destes, muitos deles, se não quase todos, dificilmente podiam ser considerados uma perda para o Nordeste, uma vez que eram importados diretamente da África para Minas. Todavia, Friese chega a este total, que parece elevado e deve ser posto de lado.

A existência de grande número de desempregados na metade do século e a demonstração de que as plantações não foram repentinamente despojadas de sua mão-de-obra, sugere que o tema do despovoamento foi esgotado. Há uma evidência adicional de que o Nordeste continuou como uma região populosa, a julgar pelos padrões brasileiros. As cidades, tanto grandes como pequenas, se desenvolveram. A cidade de Salvador cresceu de cerca de 21.000 habitantes, no começo do século, para entre 35.000 e 40.000, em 1750.⁴⁸ No ano de 1720 tanto Cachoeira como Santo Amaro foram elevadas à categoria de vila. Nos inquéritos que precederam esta designação constava que ambos os centros tinham a finalidade de servir a uma zona rural bem populosa.⁴⁹ No ano de 1770 há resultados de alguns censos: depois de anos de depressão, o Nordeste tinha ainda, aproximadamente, 700.000 habitantes, ou 45% do total da população do Brasil.⁵⁰ Algumas pessoas deixaram realmente o Nordeste para garimpar ouro, muitos passaram por aí, no seu caminho de Portugal e da África, para Minas. Provavelmente jamais saberemos em que quantidade, mas, certamente, não escreveremos mais sobre um êxodo geral da região, do abandono da costa para ir em perseguição ao ouro.

46 Friederich W. Friese, “The Drought Region of Northeastern Brazil” *Geographical Review* 28 (1938) 363-378, ref. p. 373.

47 Preston E. James, *Latin America* (Indianapolis and New York, 1974, Fourth Edition) 728/29.

48 Os números para Salvador são os seguintes: 1706: 4.296 fogos ou 21.601 almas de confissão. Os censos de 1755/57 e 59 registraram a população de Salvador com 37.543, 34.170 e 40.263 respectivamente. Fontes: para 1706 e 1755 veja A.H.U.L. C. e A., Bahia, doc. 2010, 1759: A.H.U.L. C. e A. Bahia, doc. 10.319, 1757 e para discussão veja Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade de Salvador* (Editora Itapuá, Salvador, Bahia, 1969), “Os Censos do Século XVIII”, pp. 181/217.

49 Petição de Cachoeira in A.H.U.L. Bahia, caixa 33, 1725, Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 20 de abril, 1723, e A.H.U.L. Bahia, caixa 31, 1725, Vasco L. Cezar de Menezes ao Rei, Bahia, 19 de janeiro, 1725. Para Santo Amaro: A.H.U.L. Bahia, caixa 37, 1727, Conselho Ultramarino ao Rei, Lisboa, 28 de julho, 1727.

50 Alden, D. “The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: a Preliminary Study”, *Hispanic American Historical Review* 43 (1963) 173/205.

As conclusões principais deste reexame da crise no Nordeste desloca o início da depressão para o ano de 1730, pondo a culpa dela no preço do açúcar e sustentando que o movimento da população saída da região foi exagerado. Tomadas juntas, essas conclusões importam numa revisão maior da historiografia tradicional. O artigo concorda com esta historiografia no que se refere a ter havido grave depressão agrícola.

A crise do Nordeste durante o século dezoito foi a da indústria do açúcar. No ponto mais baixo da depressão, nos fins de 1730, a produção de açúcar caiu a menos da metade do que havia sido no começo do século e permaneceu (durante 1740 e 50) em cerca de 50% do nível dos anos bons. Paraíba e Itamaracá deixaram de ser produtores importantes em Pernambuco e, no ápice da crise, entre um terço e a metade das plantações de cana foram abandonadas.⁵¹ Na zona da mata o cultivo comercial se retraiu, os pobres e desempregados voltaram à cultura de subsistência. Anteriormente as plantações congregavam a economia regional, provendo juntas um mercado para os fazendeiros de gado e fumo. Pela metade do século esse relacionamento havia se desfeito.

A descoberta do ouro criou novos padrões de dependência. Os escravos negociados na África, em troca do fumo baiano, iam principalmente para Minas, enquanto a demanda aí da carne de boi e bestas de carga desfazia a dependência das fazendas de gado do interior com as plantações costeiras. Minas Gerais constituiu-se em tal mercado para o gado, que promoveu grande estímulo na difusão das fazendas de gado, alargando suas fronteiras para o interior. Esta modificação atuante na agricultura no Nordeste refletiu-se nas Rendas Reais: as fazendas de gado começaram a contribuir mais para os dízimos, na Paraíba, substituindo o açúcar como principal contribuinte.⁵² Mas esse apogeu da criação de gado teve vida curta. A expansão dependeu de uma fonte efêmera. Quando essa fonte começou a se exaurir, depois da metade do século, e as populações das cidades mineiras do ouro começaram a se dispersar, então a demanda do gado no Nordeste começou a minguar.

Durante o segundo quartel do século dezoito o Nordeste do Brasil se tornou região-problema, reconhecida como tal em Lisboa. Houve tentativas, durante a segunda metade do século, de reanimar a indústria do açúcar e de diversificar a agricultura da região, tentativas que resultaram em algum sucesso com o cultivo do algodão e que pode ser visto como primeiro dos muitos esforços para desenvolver a economia.

51 A.H.U.L. Pernambuco, caixa 34, 1739/40, Francisco do Rego Barros, Provedor Mor da Fazenda Real, Recife, ao Rei, 30 de novembro, 1739.

52 Veja os relatórios em A.H.U.L. Paraíba, caixa 12, 1755/59, Luiz Antonio de Lemos de Britto, Paraíba, 4 de maio, 1755, ao Rei e do Provedor Mor da Fazenda ao Rei, Paraíba, 20 de fevereiro, 1759.

TABELA I

Balanço do Tráfico de Escravos em Pernambuco e Paraíba

Ano	Escravos Importados	Contratos	Escravos p/Minas	Balanço em Favor de Pe. e Pb.
1722-23	2.825	5.434\$000	1.208	1.617
1723-24	3.154	5.434\$000	1.208	1.946
1724-25	2.132	5.434\$000	1.208	924
1725-26	2.193	6.930\$000*	924	1.269
1726-27	2.709	6.000\$000	800	1.909
1727-28	2.744	6.000\$000	800	1.944
1728-29	2.115	2.432\$500*	324	1.791
1729-30	1.668	1.037\$000*	138	1.530
1730-31	1.385	738\$000*	98	1.287
	20.925		6.708	14.217

NOTA: Escravos importados somente da Costa da Mina.

* Indica rendimentos efetivos.

FONTE: Importação de escravos: A. H. U. L. Pernambuco, caixa 26, 1730/32. Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros ao Rei, Recife, 16 de janeiro, 1732. Contratos: A. H. U. L. Pernambuco, caixa 20, 1725/26; 21A, 1726; 24, 1729 e 1730/32.

TABELA II

Balanço de Tráfico de Escravos, Bahia, 1728/48

Contrato de escravos que foram para Minas

1722-25	20.000\$000 por ano
1727	20.000\$000 " "
1745-48	21.090\$000 " "

Escravos Importados	Escravos P/Minas	Balanço em Favor da Ba.
4.750 p/a	2.667 p/a	2.083 p/a

NOTA: Escravos importados somente da Costa da Mina.

FONTE: Para contratos: A. H. U. L. Bahia, caixas 31, 1725; 37, 1727 e 59, 1735/98.

Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas

Através do Decreto n.º 74.084, baixado pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel, em 20 de maio de 1974, foi aprovado o *Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas*, do IBGE. Publicado no *Diário Oficial* da União, de 21 de maio/74, consta de onze artigos e de anexo que discrimina o elenco de tópicos a serem levantados e transformados em informação.

Em entrevista sobre o *Plano* concedida à revista *Planejamento e Desenvolvimento* (P&D),* n.º 15, ano 2, o Presidente do IBGE, Professor Isaac Kerstenetzky, disse que o documento “compreende o conjunto de informações estatísticas, geográficas, geodésicas, demográficas, socioeconômicas, de recursos naturais e de condições do meio-ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Brasil, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico-social e à segurança nacional. Desse modo, o *Plano* discrimina amplo espectro de informações, que já estão sendo produzidas ou que ainda virão a ser produzidas pelo IBGE em função das áreas de competência definidas pela Lei 5.878, de 11 de maio de 1973.

Ao comentar o *Plano*, em síntese, o Professor Kerstenetzky explicou que “em primeiro lugar ele abrange estatísticas primárias e estatísticas derivadas.”

“Os levantamentos primários dizem respeito a apurações de registro ou de levantamentos diretos. Os dados derivados resultam de elaboração com base nos levantamentos primários. Assim, uma tabela de relações intersetoriais da produção de bens de serviço dá um sistema de referência tipo estatística de derivado. Ele pressupõe e, ao mesmo tempo, condiciona as estatísticas primárias indispensáveis à sua elaboração. Não podemos pensar em elaboração de tabelas de relações intersetoriais sem que esse tipo de estatística derivada esteja vinculado a um levantamento universal como um censo, especialmente o censo industrial. As estatísticas primárias envolvem levantamentos sobre situação demográfica, a situação econômica, a situação social, a situação cultural e a situação administrativa e política. As estatísticas derivadas abrangem indicadores demográficos e projeções de população, mais indicadores sociais, índices de preços, vários tipos de balanços — entre os quais o balanço alimentar — o balanço energético, matriz energética e contabilidade social”.

“A terceira parte do *Plano* trata da caracterização do território, recursos naturais, meio-ambiente e poluição. Cuida-se, aí, de sistematizar as informações relativas a estruturas, relevo e geologia, climatologia, revestimento florístico, etc., sistematização de dados sobre recursos naturais, meio-ambiente e poluição. O importante dessa nova área de competência do IBGE é que se possa, através de tal sistematização de informações, estabelecer melhores condições numa inter-relação entre dados de recursos naturais, meio-ambiente e poluição, e informações quanto à estrutura econômica do País e à própria dinâmica de crescimento da economia. O

* Órgão de Divulgação da Coordenação de Relações Públicas, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

quarto capítulo refere-se às atividades cartográficas, compreendendo os levantamentos geodésicos e trabalhos cartográficos propriamente ditos. Finalmente, o quinto capítulo, Estudos e Pesquisas, é sobre pesquisas sistemáticas do espaço brasileiro, estudos sobre a divisão regional e elaboração do Atlas Nacional”.

O *Boletim Geográfico* n.º 240 publicará o texto do Decreto 74.084, bem como o respectivo anexo.

Estudos e Pesquisas Atuais da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento

Para o desenvolvimento e busca de novas opções estratégicas da política econômica e social do Governo, é de importância fundamental as atribuições da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sua atuação, norteadada pela Lei 5.878, de 11 de maio de 1974, dirige-se no sentido de dotar o País de informações necessárias que impulsionem e acelerem o esforço desenvolvimentista brasileiro em diferentes setores ligados à economia, bem-estar e segurança nacional. Desse modo, o IBGE em suas áreas básicas de atividades — produção e divulgação de informações e estudos estatísticos, geográficos, cartográficos e demográficos — vem se estruturando através da criação de novas unidades de trabalho, conciliando, sempre, métodos avançados de levantamentos, pesquisas, análises e difusão da informação, às imposições da realidade brasileira de país em desenvolvimento, sujeita a constantes e rápidas modificações estruturais e setoriais.

A Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, uma das principais unidades de trabalho do IBGE ligada à Diretoria Técnica, funciona dentro desse esquema. Um exemplo são as atividades que atualmente ali se desenvolvem, através de departamentos, centros de estudos e grupos de trabalho que a compõem, buscando constantemente a cooperação interdisciplinar:

O Departamento de Geografia (DEGEO) ocupa-se, basicamente, em desenvolver suas atividades segundo dois níveis, um em escala nacional, no sentido de proporcionar uma visão global do País através da generalização e da integração de fatos geográficos num sistema nacional, outro em escala regional ou local, mediante a realização de estudos particulares de temas e áreas selecionadas de acordo com prio-

ridades, interesses e diretrizes da política governamental.

Assim, dedica-se à revisão sistemática dos modelos de Divisão Regional do Brasil, mediante pesquisas que objetivem o conhecimento do quadro natural, bem como dos processos agrários, urbanos e industrial do País, valendo-se de novas técnicas e da mais moderna metodologia, e de molde que tais estudos constituam-se também em subsídios à política nacional de desenvolvimento.

No que tange aos programas que constituem as efetivas linhas de ação do DEGEO, destacam-se os estudos pertinentes à regionalização, às migrações internas, às formas de atuação das cidades brasileiras, ao processo de metropolização, à população, aos domínios ecológicos e recursos naturais e, por fim, ao programa do Atlas Nacional do Brasil, este no que toca à parte regional, correspondente a cada uma das macroregiões do País.

O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, por sua vez, dedica-se à realização de estudos, pesquisas e trabalhos científicos sobre aspectos qualitativos e quantitativos de população; elaboração de trabalhos e execução de pesquisas que contribuam para o diagnóstico da situação demográfica brasileira, em seus aspectos estruturais, dinâmicos e espaciais; colaboração com os órgãos técnicos do IBGE no aprimoramento de estatísticas e estudos de população. Em seu rol de atividades para o exercício de 1974 destacam-se, entre outros, os seguintes itens do programa de trabalho:

1. Estudos teóricos e metodológicos visando a estimativas de população de áreas metropolitanas a nível de municípios; determinação de níveis e padrões de mortalidade.

2. Estudos das variáveis demográficas, mortalidade, fecundidade, migrações internas, nupcialidade e de suas relações com outras variáveis econômicas e/ou sociais.

3. Análises globais e regionais dos resultados do Censo de 1970.

4. Projeções de População do Brasil; estudos e análises dos resultados obtidos nos itens já mencionados e ainda outros, onde poderiam ser abordados a composição e a distribuição da força de trabalho no Brasil, bem como o planejamento de nova pesquisa que identifique padrões e aspirações de fecundidade.

Grupo Projeto de Indicadores Sociais — GPIS. O aumento do consumo das estatísticas, tendo em vista o crescimento e a complexidade de projetos e programas de desenvolvimento nacional, levou o IBGE a reformulações nessa área, segundo o Plano Geral de In-

formações Estatísticas e Geográficas, no sentido de fornecer uma visão global bastante aproximada, a partir do Censo de 1970, do retrato do País. Procurando evitar uma defasagem entre os resultados já alcançados e a realidade em constante mudança, a Entidade vem se dedicando ao estudo sistemático de aspectos setoriais relevantes, como a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios — PNAD, com a finalidade de mostrar, p. e., o rendimento familiar e apresentar resultados que funcionem como elementos auxiliares na política de preços.

A elaboração de indicadores sociais, conforme explicou o Professor Issac Kerstenetzky, Presidente do IBGE, em Seminário sobre Documentação e Informática, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, em novembro de 1971, tem em vista o fato de que é cada vez mais importante aferir o desenvolvimento não apenas em termos de indicadores econômicos, mas também em termos de indicadores sociais, que dêem uma idéia de difusão de crescimento do país.

Tais estudos constam da agenda de trabalhos do GPIS para 1974, assim resumidos:

1. Elaboração de Indicadores Sociais a partir da exploração de dados censitários e resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios — PNAD.

2. Aprofundamento dos estudos teóricos sobre Indicadores Sociais e realização, em paralelo, de estudos para a redefinição de conceitos básicos, tendo em vista o aprimoramento de conteúdo sociológico dos dados a serem utilizados em pesquisas futuras.

3. Realização de estudos de embasamento teórico sobre Orçamento Familiar, com vistas à análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios — Orçamento Familiar (PNAD-OF), que deverão estar disponíveis a partir do 2.º semestre de 1974.

4. Participação e acompanhamento no processo de instrução da PNAD-OF.

5. Elaboração e implementação do Projeto de Pesquisas de Desemprego e Subemprego a ser realizado na área do Grande Rio, em julho de 1974.

O Departamento de Estatísticas Derivadas — DESD. No âmbito da economia planificada, é de vital interesse a posse de dados cada vez mais aperfeiçoados que revelem, com um mínimo de distorção, o comportamento dos diferentes setores econômicos e sociais de um país. Esses elementos básicos na elaboração de modelo demonstrativo de simulação da economia favorecem, no âmbito administrativo, a tomada de decisões, podendo indicar as inter-relações existentes entre numerosos fatores que influenciam aquele comporta-

mento, tais como salários, consumo e produção.

No Brasil, diversos tipos de pesquisas desse gênero estão programadas, muitas já em fase adiantada de desenvolvimento. Cabe ao IBGE, órgão integrante da Secretaria de Planejamento do Governo Central, a elaboração e execução dessa programação. Uma delas, a de Matriz de Relações Intersetoriais, fornecerá, às entidades governamentais e de pesquisa, visão de todos os elos e interdependências da economia, tornando possível ver quais os reflexos diretos e indiretos de uma medida tomada numa determinada área sobre toda a economia.

Esse gênero de sistematização estatística integra o elenco das atuais atividades do Departamento de Estatística Derivada, da Superintendência de Pesquisas e Desenvolvimento, do IBGE. Essas atividades estão assim distribuídas:

1. Elaboração de Matrizes Nacionais de Relações Intersetoriais de Bens e Serviços a preços do produtor e a preços do consumidor. Estão sendo construídas a partir de matrizes de “input” (valor de bens e serviços consumidos segundo as diversas atividades econômicas e consumidoras e a demanda final) matrizes de “output” (valor dos bens e serviços produzidos segundo as diversas atividades econômicas produtoras e o setor importador).

2. Elaboração de tabelas complementares tais como: matriz de importações, tabela de investimentos (evidenciando setores produtores dos bens de investimento segundo setores consumidores dos mesmos), tabelas evidenciando as inter-relações de compra e venda de bens e serviços do setor público enquanto exercendo atividade de natureza empresarial com o resto da economia.

3. Elaboração de matrizes regionais de “input” e de “output”, conforme definidas no item 1.

4. Colaboração estreita no planejamento, complementação e aperfeiçoamento dos levantamentos de estatística econômica do IBGE, no sentido de adequá-los gradativamente às crescentes necessidades de informações para planejamento e decisão do Governo e do setor privado.

5. Planejamento, elaboração e revisão de Indicadores Econômicos de Curto e Médio Prazo. Neste campo atualmente está o DESD desenvolvendo:

- 5.1. Elaboração sistemática e estudo de aperfeiçoamento de indicadores de produção real, mensal e anuais, a nível nacional, para a Indústria de Transformação; indicadores anuais a nível nacional do comércio exterior;

indicadores mensais e anuais de produção real e consumo do setor de Energia Elétrica; indicadores anuais do comércio de cabotagem; indicadores anuais de produção real dos setores agrícola, pecuária e extrativo vegetal.

5.2. Elaboração em fase de teste: indicadores mensais de comércio exterior, índices de preços ao nível do consumidor.

5.3. Em processo de planejamento: concepção de um sistema integrado de indicadores econômicos, definição das prioridades de sua implantação. Seguir-se-á a implantação dos indicadores, o que pressupõe já complementada a fase de revisão das metodologias empregadas nos indicadores atualmente existentes no âmbito do Departamento.

Mapeamento Topográfico de Santa Catarina

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através de convênio firmado com a Secretaria do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, executará mapeamento topográfico de parte do território coberto por Santa Catarina.

As etapas de mapeamento são de aproximadamente 37.236 km², na escala de 1:50.000, totalizando 61 folhas de 15' x 15' em 3 áreas, assim distribuídas:

Área	Delimitação	N.º de Folhas
1	48°30' a 50°00' — 26°00' a 27°00'	15
2	48°30' a 50°00' — 27°00' a 28°00'	23
3	48°30' a 50°00' — 28°00' a 29°15'	23

Os trabalhos de mapeamento serão realizados pelos Departamentos de Geodésia e Topografia e de Cartografia, da Superintendência de Cartografia do IBGE, e deverão ser executados, conforme dispõe o Convênio, de acordo com as normas e padrões estabelecidos nas "Especificações Técnicas" adotadas pelo IBGE e seguindo as seguintes etapas de trabalho:

a) planejamento da obra; b) apoio suplementar; c) aerotriangulação; d) substituição; e) preparo para impressão; f) impressão das folhas topográficas resultantes do presente Convênio, em 5 (cinco) cores.

ção feita da plataforma de um avião ou satélite espacial.

Embora formada no Reino Unido, o conselho da Sociedade é internacional, tanto no conceito como no caráter. Para 1974 estão previstas duas reuniões: uma, em Londres, sobre "Fundamentos dos Sensores Remotos"; outra, na Universidade de Sheffield, ligada ao tema "Aplicação dos Sensores Remotos — Processamento de Dados e Análises".

Informações sobre esta Sociedade e suas atividades poderão ser obtidas através do Secretário Geral Dr. W. G. Collins, Dep. de Engenharia Civil, Universidade de Aston, Birmingham, B4 7ET.

Sociedade de Sensores Remotos*

Após uma série de reuniões realizadas no Reino Unido, criou-se a Sociedade de Sensores Remotos em 1 de janeiro de 1974. A iniciativa partiu de um grupo de cientistas, técnicos e administradores profundamente interessados no estudo dos métodos, cálculos, controle dos recursos e ambiente da terra.

O objetivo e finalidade desta sociedade é o avanço do conhecimento sobre o significado do sensor remoto. Tal fato se refere principalmente ao estudo à Terra e seu ambiente, pela observa-

Fundamentos de Geomorfologia — Lançamento

Vem sendo grande a procura da obra *Fundamentos de Geomorfologia*. Em face desse interesse entre especialistas e estudiosos, em geral, do assunto, o IBGE se sente recompensado pela iniciativa do lançamento.

Da autoria de Margarida Maria Penteado, professora assistente-doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro — SP, trata-se da primei-

* Adaptado de *Geography* n.º 262 — Janeiro de 1974.

ra publicação, no gênero, editada em língua portuguesa. Dirige-se a alunos, em nível universitário, professores, pesquisadores e a todos aqueles cujas atividades sejam afins com a Geomorfologia, apresentando larga margem de interesse, que justifica a aceitação que vem tendo.

Até onde permite o nível dos ensinamentos e conceitos que expõe, Fundamentos de Geomorfologia é apresentado em linguagem simples e objetiva, facilitando a assimilação ou a consulta das noções básicas e indispensáveis ao entendimento da gênese e evolução do relevo terrestre. A análise e explicação da paisagem terrestre e a compreensão de sua organização, preocupação primordial do geógrafo, necessitam, como um dos primeiros passos, do estudo das formas de relevo.

O texto é amplamente ilustrado com exemplos brasileiros conduzindo o leitor à visualização dos diferentes aspectos geomorfológicos e, bem assim, ao encaminhamento e visão da paisagem física.

Complementa mais este lançamento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, índice analítico que torna mais fácil a consulta dos diferentes termos da terminologia geomorfológica constantes do texto.

Curso para Professores de Geografia n.º 19

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vem de lançar o número 19 da série Curso de Geografia para Professores do Ensino de I e II Graus.

Trata-se de coletânea do Curso de Férias realizado em julho de 1972, em que o IBGE efetuou — explica o professor Ney Strauch, na apresentação da obra — “experiência que se poderia chamar de pioneira ao tentar associar estreitamente os acontecimentos históricos aos aspectos geográficos básicos de nosso território”.

“O objetivo de tal experimento foi alertar o professor de geografia que ele, agora mais do que outrora, necessita se familiarizar com as “outras” ci-

ências sociais, principalmente com a História, dado a grande correlação que ela apresenta com a Geografia”.

Temário: O Brasil de Hoje e o Brasil de Ontem, Maurício Silva Santos; O Espaço Brasileiro, Gelson Rangel Lima; Presença Física e Humana, Luiz Carlos de A. Santos; O Ciclo do Açúcar. As Unidades Regionais do Nordeste, Hilda da Silva; O Ciclo do Ouro. O Ciclo do Café. Caracterização da Região Sudeste, Maria Francisca Thereza C. Cardoso; A Região Sul: Os Processos de Ocupação e a Organização de seu Espaço, Aluizio Capdeville Duarte; As Vias de Transportes como uma das Formas da Integração Nacional, José Cezar de Magalhães; O Norte: Uma Região a Ser Integrada, José Cezar de Magalhães; Centro-Oeste: Uma Região Periférica em Integração, José Cezar de Magalhães; O Homem Brasileiro, Ney Strauch.

Geografia da Guanabara — 2. edição

Rigorosamente atualizada, vem de ser editada a 2.^a edição da Geografia da Guanabara, da Prof.^a Ceçary Amazonas.

Em nível de 1.^o grau, essa edição atende às transformações por que vem passando a Guanabara. Procura fornecer ao jovem a visão mais fiel possível da terra carioca do presente, incluindo a noção do grande Rio, área que se impõe como expressão econômica e social no País.

São exemplos dessa renovação a abertura de túneis e estradas, conquistando novas áreas de expansão urbana; a construção de viadutos e as obras do Metrô, aliviando a “crise” dos transportes; os modernos edifícios que emergem em ritmo assustador; a abertura de novas áreas públicas de lazer e ampliação e saneamento de praias.

Nova feição gráfica, mais cores e maior abertura entre os assuntos fornece à esta edição da Geografia da Guanabara mais agilidade e dinamismo, procurando concretizar uma realidade que em muito facilitará a melhor visualização das noções apresentadas.